



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PEC 287/16 - REFORMA DA PREVIDÊNCIA			
EVENTO: Reunião Ordinária/Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0083/17	DATA: 15/03/2017	
LOCAL: Plenário 2 das Comissões	INÍCIO: 14h54min	TÉRMINO: 22h26min	PÁGINAS: 170

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

CLAUDIO ALBERTO CASTELO BRANCO PUTY - Professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal do Pará.
KAIZÔ BELTRÃO - Professor da Fundação Getulio Vargas.
MARCOS DA CUNHA ARAÚJO - Membro da Comissão de Reforma da Previdência da Associação Brasileira dos Magistrados — AMB.
ALEXANDRE ZIOLI FERNANDES - Coordenador-Geral de Estatística, Demografia e Atuária do Ministério da Fazenda.
ANDRÉ CALIXTRE - Técnico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA.

SUMÁRIO

Eleição dos Vice-Presidentes da Comissão.
Debate sobre o tema: parâmetros de projeção do orçamento da Previdência, e dos subtemas: Definição do fluxo de contribuintes: tipos e vazamentos de receita; Definição do fluxo de beneficiários: expectativa de vida e duração esperada dos benefícios; Dinâmica do mercado de trabalho: aspectos de gênero, clientela, idade, informalidade e salário-médio; Influência de parâmetros econômicos: inflação, produtividade e produto interno bruto.

OBSERVAÇÕES

Há oradores não identificados em breves intervenções.
Houve tumulto no plenário.
Houve exibição de imagens.
Houve intervenções ininteligíveis.
Houve intervenções inaudíveis.
Há palavras ou expressões ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu estou consultando e estão me informando que o cálculo atuarial já está sendo distribuído. Então, informe-me a Secretaria que o cálculo atuarial já está sendo distribuído.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, eu queria cumprimentar V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu ainda não comecei a reunião. Deixe-me começar a reunião primeiro.

Então, vamos começar.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Por isso mesmo. Posso cumprimentá-lo fora da reunião. Não há problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Então está bem.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Vou cumprimentá-lo na reunião, para que o meu cumprimento vá para a ata. Faça o favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Havendo quórum, vamos iniciar os trabalhos da nossa 12ª reunião.

Há número regimental.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, declaro abertos os nossos trabalhos.

Encontram-se à disposição dos Srs. Deputados cópias das atas das 10ª e 11ª reuniões.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Peço dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Muito obrigado, Deputado Arnaldo.

Não havendo discordância, fica dispensada a leitura da ata, a pedido do Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Indago se algum membro deseja fazer retificação da ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira fazer retificação, coloco em votação a ata.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Está aprovada a ata.



Comunico que estão à disposição, na mesa de apoio, lista de expediente recebido e também lista para inscrição de oradores.

Passo a palavra ao eminente Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, primeiro eu queria cumprimentar V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - ...porque, graças a sua pressão, chegaram os dados que já deveriam ter vindo juntamente com a proposta de emenda constitucional, e não agora.

Quero deixar registrado também que a Juíza Marciane Bonzanini, de Porto Alegre, deferiu tutela antecipada e concedeu liminar, suspendendo em todo o território nacional a veiculação da propaganda que o Governo faz a respeito da Previdência Social (*palmas*) e estipulando uma multa de 100 mil reais por dia, para o caso de ele deixar de cumprir essa exigência. Lembro, inclusive, que isso vale para todos os meios de comunicação — não só para rádio, televisão e jornal, como também para as redes sociais, que o Governo tem utilizado. Ele está impedido, a partir de agora de fazer propaganda da reforma, e, se houver descumprimento da decisão judicial, nós iremos provocar a atribuição desta multa.

Queria agradecer V.Exa. por ontem ter recebido a OAB Nacional, juntamente com todos os Presidentes de Subseções, que vieram apresentar a V.Exa. a proposta de emenda feita pela OAB e pelas demais entidades em relação à Previdência Social. Tenho certeza de que V.Exa. tem sido o mínimo de contato que há entre nós e o Governo nesta questão. Portanto, quero ressaltar o trabalho do Deputado Carlos Marun.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Muito obrigado, Deputado Arnaldo.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Sr. Presidente, só uma questão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - A próxima inscrita é a Deputada Jandira Feghali. Na sequência, falarão os Deputados Pepe Vargas, Edmilson Rodrigues e Major Olímpio.



A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, V.Exa. perguntou se nós tínhamos recebido o documento do cálculo atuarial. Na verdade, há aqui três documentos. Um deles é sobre valor de benefício, pagamento e tal, que não é o cálculo atuarial.

Quanto ao que entra na questão do cálculo atuarial, eu estou impressionada, porque traz dados resumidos demais. E um dos argumentos aqui é o de que os resultados apresentados exigiriam uma extração onerosa de muitos dados, de muitas tabelas do Instituto Nacional do Seguro Social. Por isso, ficou difícil encaminhar o conjunto dos dados. Então, fico me perguntando: como fizeram uma proposta de reforma da Previdência, se não extraíram esses dados; se não têm todos esses dados em mãos?

É claro que vamos ler com mais cuidado, mas me chamou a atenção a capa do material, que diz: *“Os resultados apresentados são resultantes da aplicação de modelo de projeção de receitas (...)”*.

Ele mesmo diz que é difícil apresentar:

“O pedido de dados é bastante extensivo, cobrindo o período de 2000 a 2015, contemplando em geral as variáveis sexo, idade na Data de Início do Benefício (DIB), clientela (...)”.

E diz mais:

“O atendimento de pedido dessa natureza requer extrações de um enorme volume de dados das bases transnacionais do Instituto Nacional do Seguro Social — INSS, o que exige a execução do pedido exclusivamente pela Empresa de Tecnologia e Informações das Previdência — DATAPREV.”

Ou seja, já era para o Governo ter isso. Como ele não tem? É muito estranho que se mande para cá um documento sobre os cálculos atuariais dizendo que...

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Esse aperto de mão é falso, Delegado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Deixe-me fazer uma consideração.



A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - É só para V.Exa. olhar a capa do material. Quando argumenta isso, ou Governo não extraiu os dados da DATAPREV para mandar cópia para nós, ou ele está trabalhando secretamente com dados que não consegue enviar à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Deixe-me fazer uma colocação: nós temos hoje a eleição dos Vice-Presidentes e uma audiência pública, e vejo a intenção de vários Deputados de fazerem manifestações breves.

O que eu peço? Que nós iniciemos o processo de votação e, durante esse processo, eu abra a palavra a todos na ordem que eu pré-estabeleci: Deputado Edmilson Rodrigues e, na sequência, os Deputados Pepe Vargas, Major Olimpio e Alessandro Molon.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, só uma informação: quantas emendas foram apresentadas à reforma da Previdência?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Deixe o Relator chegar. O Relator está a caminho.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - A Secretaria da Mesa tem mais condições do que o Relator de responder a essa pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Foram apresentadas 146 emendas.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo. Vamos em frente. Eleição dos Vice-Presidentes.

Esclareço aos Srs. Parlamentares as regras que nortearão os trabalhos.

A eleição dos Vice-Presidentes da Comissão far-se-á em votação por escrutínio secreto e pelo sistema eletrônico, presente a maioria absoluta dos membros da Comissão, conforme determina o art. 7º do Regimento Interno.

Será eleito em primeiro escrutínio o candidato que obtiver maioria absoluta de votos entre o total de votantes e, num eventual segundo escrutínio, será eleito o Deputado que obtiver a maioria simples de votos entre o total de votantes, presente a maioria absoluta dos membros da Comissão.



Esta Presidência informa que recebeu e considera registradas, em razão de acordo partidário, as seguintes candidaturas, que serão submetidas a voto dos membros desta Comissão: Primeiro Vice-Presidente: Deputado Marcus Pestana; Segundo Vice-Presidente: Deputado Julio Lopes; Terceiro Vice-Presidente: Deputado Thiago Peixoto.

Na urna eletrônica constarão as seguintes opções de voto: chapa oficial dos candidatos e voto em branco.

Posso iniciar a votação? *(Pausa.)*

Informo que a partir deste momento novas alterações na composição da Comissão somente serão consideradas após o término da votação. Positivo?

Posso abrir a votação? *(Pausa.)*

Posso iniciar o processo de votação? *(Pausa.)*

Eu estou só esperando eles liberarem a votação.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Nós podemos falar enquanto ocorre o processo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Pode. Passo a palavra, então, ao Deputado Pepe Vargas.

Avisarei assim que a cabine estiver pronta. *(Pausa.)*

Está pronta! Já é possível que os Deputados se dirijam à cabine secreta para manifestar o seu voto.

Concedo a palavra, neste momento, ao Deputado Pepe Vargas.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Presidente, em relação a esses documentos que V.Exa. disponibilizou para a Comissão, que contêm os dados requeridos à Secretaria de Previdência Social do Ministério da Fazenda, o primeiro pedido que eu queria lhe fazer é que eles nos sejam cedidos de forma eletrônica.

A razão é a seguinte: há algumas tabelas aqui que, impressas, ficaram com letra tão miúda que talvez só com lupa possa ser lidas. Se encaminhadas por meio eletrônico, nós podemos fazer sua ampliação, para analisá-las.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Está deferido o pedido do Deputado Pepe Vargas.

Peço que o material seja colocado à disposição por meio eletrônico. *(Pausa.)*

Está disponível na página da Comissão.



O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Obrigado.

A segunda questão que eu queria levantar, Presidente, segue a linha do que a Deputada Jandira Feghali disse. Porém, esta é mais uma manifestação não em relação a V.Exa., longe disso, mas é uma manifestação de desagravo de minha parte, e eu creio que de todos os Deputados.

Nós estamos discutindo uma proposta de reforma da Previdência, e o Governo alega que terá, na projeção de longo prazo, até 2060, uma explosão de gastos. Não é possível que, quando os Deputados que são membros desta Comissão — mas poderia ser qualquer Deputado. Aliás, isso poderia ser requerido, inclusive, com base na Lei de Acesso à Informação —, solicitam informações, venha uma resposta da natureza da que está colocada aqui.

Isso é um desrespeito com o Parlamento brasileiro! Eu vou ler três parágrafos aqui, apenas.

O primeiro diz assim, e de certa forma a Deputada Jandira já levantou isso:

“O atendimento de pedido desta natureza requer extrações de um enorme volume de dados das bases transnacionais do Instituto Nacional de Seguro Nacional, o que exige a execução do pedido exclusivamente pela Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência — DATAPREV.”

Ora, ele quer me dizer que a Secretaria de Previdência não tem acesso aos dados da DATAPREV? É isso o que ele quer dizer? E a segunda coisa que é dita aqui, Presidente, é: *“Trata-se, portanto, de uma extração onerosa”*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Está registrado o seu descontentamento...

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Não, mas eu gostaria que V.Exa. prestasse atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Ele está dizendo aqui que a Secretaria da Previdência não tem acesso aos dados da DATAPREV para disponibilizar. Então, se ele não tem acesso, como ele calculou?



Em segundo lugar: *“Trata-se, portanto, de uma extração onerosa, tanto em termos financeiros como em tempo necessário para sua execução, cujo valor não está previsto no orçamento atual desta Secretaria de Previdência em despesas com a DATAPREV”*. Mas isso é um escárnio!

Por fim... Aliás, mais duas coisas: *“Concomitantemente com a questão orçamentária, há também outro ponto a ser considerado. Após a extinção do Ministério do Trabalho e Previdência Social, o INSS passou a ser uma autarquia subordinada ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário”*. Então, ele não pode, como Secretário da Previdência, ter informações do INSS? Ele quer nos enganar?

Por fim: *“Desta forma, pedidos de extração de dados que envolvem as bases de dados transacionais do INSS para atendimento à demanda de terceiros não são de competência desta Secretaria da Previdência”*. Não dá, não é?

Então, apesar do esforço que todos nós aqui reconhecemos — V.Exa. cobrou —, ele está aqui nos enrolando, ele está dizendo o seguinte: *“Vou mandar umas folhinhas, mas essas folhinhas não são os dados completos”*. Portanto, o que ele mandou é insuficiente.

Não é possível que a Nação brasileira e o Parlamento brasileiro, que representa o povo brasileiro, sejam tratados desta forma e que sejam omitidos dados oficiais que calculam projeções de longo prazo da Previdência Social. Se o Parlamento brasileiro aceitar esse tipo de tratamento, então é melhor fechar este Parlamento. É óbvio que nós não defendemos isso, mas não é possível que sejamos tratados dessa forma por uma pessoa do Governo que sequer cumpre a Lei de Acesso à Informação.

Eu parablenizo V.Exa. por ter pedido que enviasse os documentos, mas o que o Governo está fazendo aqui é brincadeira!

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Proponho que V.Exa. peça ao Ministério que complete essas informações, porque essas aqui não são aceitáveis.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, há um detalhe importante...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Só um momentinho. Nós temos aqui inscritos...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Adicionando ao que o Pepe falou, não vou usar a palavra de forma longa, só quero chamar a atenção de V.Exas. para um ponto: *“Item 5: Trata-se de uma extração onerosa”*. Qual o problema em ser onerosa? A extração de dados é onerosa? O que é isso, Presidente? O cara está fazendo todo mundo aqui de palhaço! Está escrito aqui, no item 5: *“Trata-se de dados de extração onerosa”*. Onerosa o inferno, Presidente!

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Arnaldo, esse é exatamente o tema da nossa Mesa da audiência pública.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não, não. Não é, não.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - São os critérios de projeção.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não. Não. Não.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Esse não é o tema, não. Esse não é o tema, não.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Esses são os dados que tinham que vir junto com a proposta original.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Esse não é o tema, não, Marcus Pestana. Esse não é o tema.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - A metodologia é uma coisa, a base de dados é outra.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Não, mas aqui, se não tem a base de dados para fazer a proposta, como é que fez? Como é que fez?

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - A base de dados... Eu acho que tem que dar acesso aos Deputados...

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Mas não deu. É essa a reclamação.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - V.Exas. têm noção do que é uma base de dados de cálculo atuarial?

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Sei, mas tem que mandar as questões fundamentais.



O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Deputado, nós também temos assessores, nós também temos relações com setores da sociedade que querem esses dados para inclusive checar isso.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Esse é o tema da audiência pública.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - É óbvio que nós, Deputados, não temos...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O tema da audiência é: *Parâmetros de Projeção do Orçamento da Previdência.*

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Nós queremos dados que a proposta inicial não trouxe.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Está certo. Tem que cobrar.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O absurdo é ele dizer que é onerosa!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Está registrada a inconformidade dos Parlamentares que se manifestaram em relação aos dados apresentados.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - O Presidente vai fazer o que em relação a isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vou levar essa inconformidade...

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Não. Tem que cobrar formalmente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Além de onerosa, ele disse que *“em termos financeiros para sua execução, cujo valor não está previsto no Orçamento da Secretaria”*.

Ah, vá para o inferno, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao próximo inscrito, Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Inscreva-me, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vou fazê-lo agora.



V.Exa. já está inscrito. Aqui nós agimos por telepatia, inclusive.

Com a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, uma primeira questão: eu e o Deputado Ivan — eu queria que V.Exa. ouvisse — apresentamos um requerimento de reforço, aprovado por consenso, em bloco, em globo, de propostas para a realização das audiências, os convidados, e não se tem dado atenção a essas propostas, para garantir mais diversidade, digamos assim, uma representação mais democrática das opiniões.

Ontem mesmo, aquele seminário estava totalmente desequilibrado, com exceção do chileno, mesmo assim eram posições muito voltadas ao... O Banco Mundial foi vergonhoso. Eles têm que respeitar a soberania nacional, e agem como se nós fôssemos um quintalzinho do mundo. Eu acho que V.Exa. — o Relator não está aqui — poderia tentar ver isso.

Por exemplo, eu participei de uma banca com a Dra. Denise Gentil, uma das convidadas, pessoa ligada à auditoria cidadã da dívida, que tem dados muito importantes para contribuir no debate, assim como a Dra. Maria Lucia Fattorelli e outros nomes. O Dr. Fagnani, outra autoridade importante da UNICAMP, que tem uma visão crítica, já tem participação prevista num seminário na quinta-feira, amanhã. É claro, o debate é democrático. Essa é uma questão.

A segunda questão é como eu previa. Eu tive o privilégio de ser Perfeito, mas sofri o drama de ter que administrar um instituto de previdência no momento da reforma do Fernando Henrique. O instituto teve que contratar um cálculo atuarial. É complexo. O Governo não pode alegar dificuldade para nos oferecer informações. Nós estamos falando de um Estado nacional dos mais ricos, de uma estrutura de Ministérios.

Então, realmente, eu queria me expressar aqui solidarizando-me com os demais Deputados. Como eu havia dito, não serão apresentados cálculos atuariais por um motivo simples: há um sistema atuarial, é claro, mas anárquico e totalmente sem condições de ser, pelo menos, sinteticamente nos apresentado. Isso é um desrespeito ao povo brasileiro, que vai sofrer as consequências dessa proposta que é apresentada de forma tão irresponsável, e um desrespeito a nós que temos a legitimidade da representação da soberania do voto popular.



Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao Deputado Major Olímpio.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, em primeiro lugar, eu quero agradecer e enaltecer o esforço do Presidente da Comissão para que esses dados finalmente chegassem às nossas mãos. Não posso ainda tecer considerações, mas companheiros já disseram da impropriedade ou de não estarem exatamente na forma necessária para esta Comissão.

Se, pelo que estão me dizendo meus pares, o Governo não conseguiu, mais uma vez, atender a esta Comissão, fica mais convicta ainda a nossa posição de o projeto ser inapropriado na origem, porque nem o próprio Governo consegue dizer o que nós temos de fato em relação à Previdência.

Quero dizer muito rapidamente, Sr. Presidente, que, em todo o País hoje, nós tivemos a mobilização de milhares e milhares de trabalhadores de várias áreas, públicas e privadas, que estão justamente tentando chamar a atenção da sociedade brasileira para o descalabro que é esta PEC 287.

Agora, desde as 14 horas — eu faço um convite aos membros da Comissão —, policiais federais, rodoviários federais, civis, militares e agentes prisionais e socioeducativos estão concentrados no gramado do Congresso. Quando V.Exas. passaram, devem ter visto centenas e centenas de cruces, que representam justamente os agentes públicos dessas categorias profissionais que morreram, nos últimos tempos, no cumprimento do dever. Eles estão sendo afetados, arrebatados, sim, pela PEC 287, quando se fala nas atividades de risco e perigosas. E a mobilização ficará cada vez mais intensa. Não se trata de ameaça, mas sim de constatação de uma realidade. Nós não vamos aceitar que se suprimam mais ainda garantias daqueles que estão contribuindo já há muitos e muitos anos.

Quero dizer que quem está lesando o País são covardes, bandidos que dilapidaram o patrimônio, que concederam anistia, que concederam benefícios, que estão roubando o País, que estão recebendo aposentadorias indevidas.

Quero só lembrar à população um dado: só nesta Casa, nós temos hoje um número de 501 Deputados aposentados e 462 pensionistas, o que dá um universo de 963 aposentados como Deputados. E muitos vêm aqui fazendo a defesa do



Governo — de que tem que arrebentar, tem que quebrar e tem que fazer vir o teto geral da Previdência —, mas já têm a sua aposentadoria garantida como Parlamentar.

Por isso é que nós vamos colocar a limpo o que está acontecendo nesta Casa. Outros tantos que são até devedores do INSS em suas empresas estão aqui arrebitando e dizendo que nós temos que cobrar duas vezes do trabalhador o que for. Ninguém quer mexer no que é justo, mas temos que colocar o dedo na ferida e vamos colocar também um a um nesta Comissão, vamos demonstrar exatamente o que representa quem e quem está representando.

Há Parlamentares aqui nesta Comissão que receberam até doação direta. O Presidente Michel Temer foi condenado porque doou 100 mil reais para dois Parlamentares na campanha porque é amigo deles. Depois foi condenado pelo Tribunal e pagou a multa dizendo: *“Estou errado mesmo, não deveria ter feito a doação”*. No momento oportuno, vamos mostrar e escancarar para o País como é isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Temos aqui quatro filas reservadas a Parlamentares. Sua manifestação é uma manifestação que não atrapalha, mas são quatro filas reservadas a Parlamentares, e é necessário que essas filas fiquem reservadas aos Parlamentares. Temos ali um bom espaço para ser ocupado por assessores e outras pessoas. As filas reservadas aos Parlamentares, peço que assim permaneçam.

Nós temos quórum, vou encerrar a votação.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, tenho uma questão importante para colocar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Mas o senhor vai falar.

Tenho aqui uma lista de três pessoas que pediram a palavra nesse ambiente extraordinário...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Vamos iniciar a votação. Vamos iniciar a Ordem do Dia!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - ...o Sr. Alessandro Molon, o Sr. Ivan Valente e o Sr. Darcísio Perondi. Falarão os três, encerraremos a votação e



começaremos a Ordem do Dia. Peço celeridade para que possamos dar andamento aos trabalhos.

Concedo a palavra ao eminente Deputado Alessandro Molon.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, quero me somar aos colegas aqui da Comissão no repúdio a essa resposta que nós recebemos do Governo.

Destaco que, além desse aspecto de dizerem que custa dinheiro mandar os dados para a Câmara e que não está no Orçamento — ou seja, nós erramos na Lei Orçamentária, porque somos nós que a aprovamos —, e, como nós não prevíamos essa despesa, eles não podem mandar os dados, não bastasse isso, aqui também há uma deselegância dizendo que isso deveria ser pedido a outro órgão, porque agora o INSS está em outro Ministério.

Esse tipo de resposta é uma afronta, ou seja, a Comissão pediu para quem não devia e não previu o orçamento que devia, ou seja, a culpa é do Parlamento. Pelo amor de Deus!

Em segundo lugar, Sr. Presidente, cumprimento a juíza que deu a liminar suspendendo essa propaganda que cansamos de ver em aeroportos sobre a reforma da Previdência. Veja que interessante o que a Dra. Marciane Bonzanini escreveu:

“Trata-se de publicidade de programa de reformas que o partido político que ocupa o poder no Governo Federal pretende ver concretizadas. Ou seja, não há normas aprovadas que devam ser explicadas para a população; não há programa de governo que esteja amparado em legislação e atos normativos vigentes. (...)

Há a intenção do partido que detém o poder no Executivo Federal de reformar o sistema previdenciário e que, para angariar apoio às medidas propostas, desenvolve campanha publicitária financiada por recursos públicos” — ou seja, o uso inadequado de recursos públicos.



Para isso o Governo tem dinheiro, mas para mandar informação para o Parlamento, para abrir os dados do Parlamento, não tem dinheiro? Isso é uma vergonha! Deixo nosso repúdio ao Governo.

Sr. Presidente, peça, por favor, que mandem as informações pedidas e não arrumem desculpa para continuar escondendo os dados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, peço atenção da Comissão para que vejamos o que aconteceu com essa resposta do Ministério da Fazenda sobre os cálculos atuariais. A Comissão vem pedindo esses dados. Mas eu entrei com um requerimento de informação, Deputadas e Deputados, no dia 22 de fevereiro. Está aqui o requerimento! Eu entrei com esse requerimento diretamente no Ministério da Fazenda e na Mesa da Câmara.

Regimentalmente, o Ministério da Fazenda tem um mês para responder ao requerimento parlamentar, sob pena de crime de responsabilidade, ou seja, de prevaricação no cargo. O Sr. Henrique Meirelles não mandou para o meu gabinete. O Deputado, nesse caso, é soberano. Ele não mandou para o meu gabinete a resposta que ele tinha que dar. Ela não chegou ao meu gabinete.

Eu, como autor do requerimento, fico sabendo aqui, agora, que a resposta ao meu requerimento chegou à Comissão Especial. É isso aqui! Eu vou mostrar para todos. Essa resposta padrão do Ministério da Fazenda é a mesma resposta que foi entregue ao Senador Lindbergh Farias. É uma resposta padrão!

Só que o nosso requerimento, Deputado Major Olimpio, tem 17 perguntas. E ele não respondeu a nenhuma pergunta. Ele mandou um documento para cá. Ele não respondeu ao requerimento de informações e escreveu na face "*respondendo ao Deputado Ivan Valente*". Ele não responde!

Por exemplo, primeira pergunta: quais as completas equações do modo atuarial para o Regime Geral da Previdência Social? Segunda pergunta: quais as séries históricas das variáveis utilizadas para fazer as estimativas? Qual o modelo de previsão de cada uma delas e seus pressupostos? E assim vai. Há 17 perguntas aqui. Ele não respondeu a nenhuma!



O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - V.Exa. me permite um aparte, Deputado?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pois não.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Eu queria apresentar aqui uma sugestão para a Comissão. Além de tudo, há isso: *“Não, isso aqui não é com o nosso Ministério. É com outro.”* Eu queria propor que pegássemos as assessorias e refizéssemos todas as perguntas e aprovássemos extrapauta, agora, aqui, um pedido de informações diretamente ao Presidente Temer. Ele que chame os seus Ministros e que organize para nos mandar a resposta. Eu faço essa sugestão.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E a segunda sugestão que eu quero fazer, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vamos avançar?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não, eu ainda não terminei. Eu quero dizer o seguinte. O que está acontecendo não é só um absurdo. Ele desrespeitou o Parlamento brasileiro, porque o Parlamentar, quando manda um requerimento de informação, tem que receber uma resposta, pelo Regimento e pela Constituição Federal. Não houve isso. Ele mandou a resposta diretamente para a Comissão. *“Olha, Comissão, essa aí é a resposta sobre o cálculo atuarial. E manda já o do Lindbergh também, que eu já respondi.”*

Que negócio é esse? Isso é uma picaretagem! Nós temos que convocar o Ministro da Fazenda para responder a essa questão aqui. E eu peço que nós incluamos extrapauta a convocação do Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. Ele não pode brincar com o Parlamento brasileiro! Ele não pode fazer isso, Presidente! Isso é um desrespeito à Comissão! E ele não respondeu às perguntas!

Inclusive, houve essa verdadeira gozação, dizendo que, quanto ao item 4, um enorme volume de dados não pode ser passado, e que o INSS... Veja, como não existe mais o Ministério da Previdência, nós solicitamos a informação ao Ministério da Fazenda. E o INSS está vinculado — agora o Deputado Arnaldo Faria de Sá me diz — ao MDA. O INSS não está mais no Ministério da Saúde nem no da Previdência, porque não existe mais. Ele está em algum lugar, no Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.



Então, Sr. Presidente, eu quero dizer o seguinte. Primeiro, nós vamos tomar as medidas judiciais cabíveis pela não resposta do Ministro da Fazenda. E eu peço que nós façamos um requerimento extrapauta para aprovar hoje a convocação do Ministro da Fazenda. Que façamos isso agora.

Em terceiro lugar, que nós façamos uma nota conjunta de apoio à decisão judicial da 1ª Vara Federal do Rio Grande do Sul que suspendeu a propaganda enganosa do Governo Temer, a propaganda enganosa sobre a Previdência Social.

Quero dizer a todos que eu já entrei no Conselho Nacional de Autorregulação Publicitária — CONAR, que trata de propaganda, para que tire do ar a propaganda também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo, Deputado. Vamos encerrar.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Nesse sentido, Sr. Presidente, nós queremos repudiar a atitude do Ministro da Fazenda, que fizesse, por unanimidade a convocação do Ministro da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - O tempo que está sendo utilizado aqui está prejudicando o debate na sequência. Já estão registradas as suas manifestações.

O último orador inscrito nesta pré-pauta é o Deputado Darcísio Perondi.

Deputado, eu vou me dirigir à urna eletrônica para votar.

Convido o Relator para acumular, durante sua manifestação, a Presidência.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, são 15h30min. Se nós não começarmos a audiência pública, vamos perder muito tempo aqui ainda.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é perfeitamente normal que a Oposição reaja. A Oposição pediu que viesse. Veio, não veio. Não vieram as 10, 20, 30 mil páginas que possivelmente eles queriam, mas aqui está. Nós cumprimos.

Na semana passada, em relação às empresas que devem. E ontem...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, ele disse que “nós cumprimos”, mas...

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - E ontem nós encaminhamos e está aqui.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Ele está com a palavra, Deputado. Vamos lhe garantir a palavra.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Está aqui. Se, de fato, não contentou, estudaram muito rapidamente. Vamos ver.

Aqui há uma proposta em que o custo é de 500 mil reais. E nós estamos, sim, agora, sob o comando da Emenda nº 55, do controle de gastos. O que eles pediram aqui é meio milhão de reais.

Então, precisa de mais tempo, se os senhores querem.

(Não identificado) - Quem disse que é meio milhão de reais?

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Vocês querem isso aí? Duzentos milhões vamos deter para o povo pobre.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Os senhores não vão nem ler. Então, isso é mais...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Isso é exercício do mandato parlamentar.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Isso mostra...

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Isso é exercício do Parlamento brasileiro.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Por favor, garanta-se a palavra do orador que está falando! Esta é a praxe na Comissão. Quem fala tem a sua palavra garantida. Eu peço que seja mantido o respeito.

Por favor, Deputado, conclua.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Então, estudem isso. Daqui a pouco, um dos convidados, que é o Sr. Alexandre Zioli, que é um dos que trabalharam no cálculo atuarial, que conhece esse material, estará aqui à disposição de todos os Deputados. Os senhores terão a oportunidade de perguntar.

E, se precisar mais, vamos trabalhar para atendê-los. Mas, mais uma vez, acho que é o desespero, porque, ontem, no seminário internacional, os seis disseram que é uma imposição à idade mínima, que é necessária uma transição, que ela não pode ser generosa, e quase todos os países do mundo confirmaram que



há idade mínima. Talvez seja esse um dos pontos do nervosismo de alguns colegas, que eu respeito, realmente eu respeito. Façam oposição.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Respeitem vocês, que estão querendo punir Deputados, expulsar Deputado da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Alguém ainda não votou? Alguém ainda não votou? *(Pausa.)*

Por favor, Deputado. É votação lá na cabine. É voto secreto. *(Pausa.)*

Eu passo a palavra ao Deputado Glauber Braga, que veio pela primeira vez e pede para fazer uma rápida comunicação, enquanto o Deputado vota.

Deputado, nós temos necessidade de tocar em frente a audiência. Em função da sua vinda hoje, estamos felizes, eu lhe concedo a palavra por 2 minutos.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, pela primeira vez, não. Nós já tivemos, inclusive, alguns embates aqui nesta Comissão, no momento em que, inclusive, foi anunciado o plano de trabalho. Mas eu agradeço a possibilidade de estarmos aqui dialogando e conversando. E eu falo pela Liderança do PSOL. Como já foi dito aqui pelo Deputado Ivan Valente e pelo Deputado Edmilson Rodrigues, é inconcebível para o Parlamento brasileiro e para esta Comissão que um pedido de informação remetido ao Ministério da Fazenda seja respondido dessa forma; que, na verdade, não seja respondido, fazendo-se um tipo de piada, como se esse tipo de informação não fosse relevante para a formação de convicção dos Parlamentares não só desta Comissão, mas do Plenário da Câmara dos Deputados.

Então, nós gostaríamos que V.Exa., como Presidente desta Comissão, tomasse as medidas cabíveis, porque, se hoje um Parlamentar pede uma informação, e essa informação não é concedida por parte de qualquer Ministro de Estado, é a abertura de um precedente para que isso possa acontecer em qualquer momento da história. Quem é hoje Governo pode amanhã ser Oposição. Isso não pode ser tolerado como algo natural.

O Brasil inteiro está em movimentação, manifestações estão acontecendo em vários Estados brasileiros, nos quatro cantos do País, nós já sabemos que essa reforma não será aprovada pelo Plenário da Câmara dos Deputados, já se tem



maioria para barrar essa reforma, as manifestações populares só vão se intensificar, e o Ministro da Fazenda não pode reagir às manifestações da população brasileira com piada, com escárnio, ou não respondendo aquilo que é solicitado por um Parlamentar, como foi feito pelo Deputado Ivan Valente.

Nós esperamos que esta Comissão tome as medidas cabíveis para que esse tipo de conduta não se repita por outros Ministérios e que o Ministro da Fazenda responda devidamente àquilo que foi questionado e que é fundamental para a convicção dos Parlamentares que vão votar essa matéria.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Chega-me a informação de que um CD também acompanha essa manifestação escrita, essa resposta.

(Não identificado) - Custa 500 mil o CD, eu acho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Existe cópia do CD para todos?

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - É um CD da Ivete Sangalo.

(Não identificado) - Deve ser um CD que custa meio milhão. É isso?

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Ele tem um *show* da Ivete Sangalo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente, mas isso não responde...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu vou fazer o seguinte...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - ...ao nosso requerimento de informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Estou só conversando aqui.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, deixe-me fazer uma sugestão a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Nós vamos encaminhar todos os...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, quero fazer uma sugestão. Mande algum técnico olhar o CD. Se houver alguma informação importante, ele a copia para todo o mundo; se não houver, devolve o CD.

(Não identificado) - Eu não recebi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo. Vamos analisar o CD.



Quem fizer questão de ter o CD com informações complementares terá condições de recebê-lo. Quem se julgar já suficientemente informado não necessita dessas informações complementares.

Alguém ainda não votou? *(Pausa.)*

Todos votaram? *(Pausa.)*

Está encerrado o processo de votação.

Por favor, vamos à divulgação do resultado. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Boa!

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ninguém está eleito aí.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não está eleito ninguém.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ninguém foi eleito. *(Manifestações no plenário.)*

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não há ninguém eleito, não. *(Manifestações no plenário.)*

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Branco para Presidente!

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Coloque outro nome agora.

(Não identificado) - Coloque outro nome, Presidente. Coloque o Deputado Delegado Waldir aí.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - O Deputado Delegado Waldir é o meu candidato agora.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Tem que colocar outros nomes, Presidente. Esses foram rejeitados.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Os três foram rejeitados.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Esses nomes foram rejeitados. Arrume outros.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Põe mais três nomes aí, que nós vamos derrubá-los.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - A Mesa pede um tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Deu empate.

Eu já estou cansado de apurar votações empatadas. Lá no PMDB, já tive oportunidade de fazer isso duas vezes.

Vamos lá.



O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Aqui o Presidente não desempata, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Qual é a atitude?

(Não identificado) - Isso é só um exemplo do que vai acontecer em plenário.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - No plenário, vai dar isso.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Isso aí é um aperitivo.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - É preciso marcar outra eleição, Presidente.

Vamos agora ter a audiência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vamos, então, para um novo escrutínio. Zerem o processo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Hoje ainda?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Hoje ainda. Vamos a um segundo escrutínio.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Presidente, deixa para outro dia.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Mas, Presidente, esses dois não foram aprovados. É preciso apresentar outros nomes.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Hoje não. Nós temos que debater nomes.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Esses nomes não tiveram maioria.

(Não identificado) - Eles foram derrotados pelas urnas.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Está reiniciado, em conformidade com o Regimento...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, haveria segundo turno se houvesse disputa, se houvesse dois candidatos disputando...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não há dois candidatos.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - ...e ocorresse o empate. Mas não foi isso que ocorreu. O Plenário rejeitou os nomes.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É verdade, Presidente.

(Não identificado) - Há outros nomes nesta Comissão. Presidente...



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Transfira a eleição para amanhã e vamos resolver.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Indique outros nomes, mas esses não podem mais ser votados.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Transfira a eleição para amanhã, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Os três perderam para o branco. Viva o branco!

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Viva o preto!

(Não identificado) - Viva o negro também!

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Presidente, vamos abrir a audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu vou seguir o Regimento. O que diz o Regimento? Ele diz que a eleição será feita no primeiro escrutínio, se for obtida a maioria. Ela não foi obtida. Então, deve ser feito o segundo escrutínio. É isso que está aqui claramente colocado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas isso não é imediato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vou seguir o Regimento.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas isso não é imediato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - O segundo escrutínio pode ser feito imediatamente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Isso aí é só no PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Em conformidade com o art. 7º, está reiniciado o processo de votação. Peço que se dirijam a...

(Processo de votação.)

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Esse é o espelho do resultado lá no plenário. Aguardem. Vocês não vão ter 308 votos nunca!

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Tem Presidente essa Mesa aí? Mande alguém sentar à mesa.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, gostaria de fazer uso da palavra neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo. A palavra é sua.



O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Obrigado.

Sr. Presidente e nobre Relator, nós estamos num momento, após esta eleição aqui, que vemos que o Governo está numa situação extremamente grave. Inclusive, com as delações da Odebrecht, nós estamos num momento em que o Governo está balançando, não sabe se cai hoje, se cai amanhã, se cai depois.

Eu digo que é muito temerário o Governo continuar com esta reforma da Previdência, é muito temerário. Vários membros do Governo tiveram o nome mencionado na Lava-Jato. Penso que o melhor caminho é... o Governo está paralisado, as Comissões não se iniciaram, a Câmara está paralisada, quem está vindo toda semana aqui só vê enrolação. Eu queria propor ao Ministro da Fazenda que suspendesse o andamento desta reforma da Previdência, até que novo Governo chegue.

As ruas demonstraram hoje que o cidadão brasileiro, professor, policial, metalúrgico, trabalhador rural, e os sindicatos estão todos unidos. O Governo Temer conseguiu algo inédito: uniu todo o povo brasileiro contra este Governo.

Então, eu pediria a V.Exa. que levasse o recado ao Governo, aos representantes do Governo aqui: acordem, acordem, enquanto é tempo! Salvem seus mandatos! Salvem seus mandatos! Pulem do barco! Pulem do barco! Salvem seus mandatos!

Eu pediria ao Governo sensibilidade. Este é o momento de ver que errou — está em tempo ainda, e hoje foi apenas a primeira manifestação nas ruas.

Este é o recado que venho deixar, Sr. Presidente.

Convoco, novamente, todos os trabalhadores do Brasil que estão nos assistindo neste momento a não se calarem, a trabalharem nas redes sociais, a virem para as ruas. Eu acho que, se nós não nos unirmos, o Governo vai tentar aqui, com base na sua força política e em negociações de cargos, a aprovação desta reforma.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, por favor, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - A próxima inscrita é a Deputada Jandira, usando o tempo de Liderança da Minoria.

(Não identificado) - Sr. Presidente, inscreva-me, por favor.



A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, eu que, na verdade, puxei a grita em relação a este documento que chegou do Governo... eu gostaria que o Presidente ouvisse, porque o Relator já não está à mesa, fica difícil.

Eu puxei a grita, Sr. Presidente, e é bom que se diga pela resposta do próprio Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, que, na verdade, o Governo desmontou o Ministério da Previdência, pegou parte do Ministério e colocou dentro do Ministério da Fazenda; outra parte, mandou para o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Enfim, desmontou toda a estrutura...

Gente, assim é difícil de falar, é complicado, o Presidente não ouve, não há silêncio. É difícil, assim não dá. Estou falando com V.Exa., Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Desculpe, Deputada. Sou todo ouvidos a V.Exa.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Então, o Governo desmontou o Ministério da Previdência — desmontou! Dividiu-o em pedaços, alocou no Ministério da Fazenda a parte principal do próprio Ministério, e agora argumenta que é essa fragmentação de estrutura a razão principal de ele não ter acesso aos dados.

Ora, o requerimento de informação é um direito regimental do Parlamentar. Não tem cifrão aqui no requerimento de informação. Ninguém pergunta o custo disso, até porque, para se extrair dados digitais, até onde eu sei, isso não existe. Quando se fala em quarta revolução industrial — pelo menos na terceira nós já chegamos —, é tudo digitalizado.

Se o Governo não tem acesso às informações, eu fico me perguntando como ele montou a proposta; como ele conseguiu, sem acessar os dados da DATAPREV e do INSS, constituir uma reforma da Previdência, sem um mínimo de análise dos dados objetivos e concretos da realidade brasileira, porque, para além dos dados da DATAPREV, é preciso ter dados do PNAD e do IBGE.

Então, se tudo isso é oneroso, não tem como o Governo propor uma reforma da Previdência sem dados, para que se façam as projeções de médio e longo prazo da Previdência Social brasileira. É, no mínimo, um escárnio; é, no mínimo, um acinte esse tipo de resposta.

Em segundo lugar, somando-me ao conjunto dos Deputados, eu quero elogiar a decisão da juíza de Porto Alegre de suspender a propaganda do Governo. E já fiz



um requerimento de informação, há algumas semanas, sobre o quanto o Governo está gastando com as propagandas que faz — é dinheiro público, dinheiro do povo brasileiro —, para que meios de comunicação e quanto para cada meio de comunicação. Estou aguardando a resposta do Governo sobre esse gasto.

Um Deputado aqui fala pelo Governo — ele disse “*nós respondemos*”, apesar de não estar na estrutura do Governo — e precisava, então, ele dizer aqui quanto o “*nós*”, ou seja, o Governo dele está gastando com mídia, com dinheiro público, já que está sob a égide da PEC do teto de gastos, de contenção orçamentária. Parece-me que o dinheiro aí só aparece quando interessa ao Governo, para executar as suas ações.

A Juíza Marciane Bonzanini, na verdade, analisa o gasto do dinheiro público no uso dessa propaganda, que, além de tudo, é de teor mentiroso e tem sido confrontado por nós.

Outra questão que eu queria registrar é o que acontece hoje no Brasil. Hoje, o Brasil inteiro, não só nas capitais, mas também no interior, está nas ruas. E não são manifestações pequenas, não; não são manifestações apenas de militância ou de líderes sindicais; é o povo na rua. Em Brasília, 1.500 pessoas do campo ocuparam o Ministério da Fazenda e estão se manifestando desde as 8 horas da manhã. No País inteiro, o povo se mobiliza, com paralisações de transporte, com paralisações na indústria, com paralisações de vários setores, inclusive na educação, em protesto contra as reformas, particularmente, a reforma da Previdência.

Não imaginem os senhores — eu falo “*os senhores*” porque a única mulher titular desta Comissão sou eu, e eu estou falando aqui aos Parlamentares — que vai ser fácil transitar com essa proposta, não, porque a sociedade já percebeu a mentira do déficit, assim como o tamanho da crueldade, da desumanidade dela. A proposta vai impedir que a maioria do povo trabalhador de menor renda consiga alcançar os benefícios, sejam eles aposentadorias, sejam eles pensões, sejam eles Benefícios de Prestação Continuada.

O Brasil se levantou. É bom que os Parlamentares observem isso. Ele se levantou contra a reforma da Previdência e vai se levantar na base eleitoral dos Deputados, naturalmente. Os Deputados terão que responder se vão votar ou não



essa proposta de reforma da Previdência. E essa questão não é menor; ao contrário, ela é o centro das preocupações da sociedade brasileira hoje.

Aliás, nós precisamos discutir a reforma da Previdência; precisamos discutir a reforma trabalhista. Seremos assaltados, na semana que vem, por uma pauta centralizada na terceirização do trabalho do povo brasileiro. E ainda, por fora, na medida em que a mídia não está tratando do assunto — é óbvio, porque a mídia apoia a desnacionalização da economia —, está-se fazendo um programa de desinvestimento do setor no Estado brasileiro, da economia nacional que nunca se viu antes neste País! Está-se abrindo mão de setores estratégicos da economia brasileira por preço de banana! E o povo brasileiro vai ter que ser informado e se antenar em relação a essa questão que nós estamos vivendo hoje.

É necessário que, no bojo das discussões, dos protestos e da reação a essa virada daquilo que se constituiu... Nós levamos 65 anos para construir um sistema solidário, de repartição, intergeracional, para que queiram canetá-lo em 1 mês e destruir a Constituição brasileira, no que se chama o sistema de proteção social da Seguridade Social brasileira, que só foi possível ser construída após a derrota da ditadura militar. Até o termo “seguridade” tem relação com a conquista democrática.

E querem destruir isso com uma canetada, mas não vão conseguir! São 65 anos de luta, 30 anos de Constituição. Vocês não vão derrotar isso em 30 dias! Este Governo, além de tudo, não tem legitimidade, credibilidade, não tem voto para decidir por uma mudança constitucional desse porte!

Hoje é o momento em que nós precisamos fazer um alerta sobre um processo como este, porque nós estamos destruindo a Seguridade Social brasileira com esta proposta. Vocês, do Governo, não tem legitimidade, credibilidade e autoridade política para fazer o que estão fazendo!

O Brasil se levantou e vai se levantar ainda mais. Ele não vai parar de se levantar até que derrotemos a reforma da Previdência, até que derrotemos a reforma trabalhista, e que consigamos, no bojo desse movimento, fazer com que os conscientes deste País façam a denúncia política, além de atuarmos judicialmente para impedir o desmonte do Estado brasileiro nos setores estratégicos da economia.

Essa resposta do Governo é uma vergonha! Um Governo que não consegue acessar os dados da DATAPREV e do INSS não existe mais, acabou, não tem mais



argumentos para discutir a reforma da Previdência. Acabou! Vocês conseguem usar dois argumentos: nós vamos ter mais idosos e não há sustentabilidade. Provem isso! Provem isso com dados concretos, objetivos, utilizando os dados competentes que a Nação brasileira já produziu! Provem isso!

Em respeito aos convidados, Sr. Presidente, proponho, se esta votação não obtiver quórum e não der certo, até porque não sei se já abriu a Ordem do Dia do Plenário, que se inicie a audiência pública. Vamos ouvir os convidados, que têm muito a dizer sobre a projeção atuarial da Previdência brasileira.

Sr. Presidente, a minha proposta concreta é que encerremos esta fase — estamos vendo que não há quórum, objetivamente — e que abramos a audiência pública, em respeito aos convidados, que não são apenas de Brasília, mas do Estado do Pará. Eles se deslocaram de lá para cá para contribuir com a discussão sobre a Previdência Social brasileira e a Seguridade Social.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao Deputado Mauro Pereira, e, na sequência, ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Deputado Mauro Pereira, V.Exa. tem 5 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Sr. Presidente, Deputado Carlos Marun, colegas Deputados e Deputadas, é muito importante que eu, como Deputado, neste momento, me dirija à sociedade brasileira, aqui representada também pelos Deputados presentes.

É importante deixar bem claro que, se hoje nós estamos aqui falando da reforma da Previdência, da reforma trabalhista, é porque já fizemos em torno de 57 projetos de ajuste fiscal no ano passado, justamente para poder equilibrar as finanças do nosso País e buscar credibilidade no mercado nacional e internacional.

Nós, liderados pelo Presidente Michel Temer e pelo Ministro Henrique Meirelles, já conseguimos isso, em parte. Hoje, para desespero de quem torce pelo pior em nosso País, nós já estamos com a inflação em declínio, com os juros em declínio e contando com a esperança do povo brasileiro, em especial, dos nossos empreendedores.



Sobre as manifestações que hoje ocorreram no País, é muito importante deixar bem claro — todo mundo viu, o povo brasileiro está vendo — que delas participam pessoas que trabalham para a Central Única dos Trabalhadores, para a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, para os partidos políticos que, nos últimos 13 anos, Deputado Julio Lopes, foram cúmplices do massacre que fizeram em nosso País, que destruíram as finanças do nosso País. Conforme o Procurador da República, Rodrigo Janot, e o Procurador Deltan Dallagnol, coordenador da Operação Lava-Jato, eles montaram um dos maiores esquemas de corrupção da história do nosso País.

Tudo isso levou ao momento que estamos vivendo hoje, com 13 milhões de desempregados. E o que nós estamos fazendo aqui é debater um assunto importante. A Previdência Social precisa, sim, ter segurança; precisa ter estabilidade; precisa ser fortalecida. São 32 milhões de pessoas que estão aposentadas ou recebendo benefícios, e essas pessoas têm que continuar recebendo esses benefícios. É essa a grande preocupação do Presidente Michel Temer. Outra grande preocupação de S.Exa. é criar confiança nos investidores, para que nós possamos trazer investimentos e gerar mais de 13 milhões de empregos em nosso País. Esse é o nosso objetivo aqui.

Quanto à reforma da Previdência, eu quero dizer, com todo o respeito aos meus colegas — em especial àqueles que votaram a favor do *impeachment*, e foram 366 Parlamentares —, que nós estamos, sim, debatendo, dialogando. O Relator ainda não apresentou a proposta dele. No dia em que apresentá-la, a partir desse momento, o Relator Arthur Oliveira Maia vai, sim, estar iniciando um debate franco.

O que nós precisamos fazer é isto: mesmo os que ajudaram a quebrar o nosso País — aqueles que fazem parte do PT, PCdoB, PSOL, Rede e outros — devem, sim, participar com sugestões, para que nós retiremos os excessos, porque não é justo 10% dos aposentados serem iguais a 90%. Nós temos que fazer justiça e pensar no equilíbrio da Previdência Social no futuro.

Nós, por exemplo, estamos trabalhando, ouvindo as pessoas, participando de audiências públicas, para fazermos o melhor aqui na hora de votar. Temos que votar, sim, naquilo que realmente valorize a Previdência, naquilo que a fortaleça. Esse é o nosso objetivo.



Agora, quero deixar bem claro: todas as pessoas que estavam nas ruas hoje são aquelas que ajudaram a quebrar, a destruir o nosso País. CUT, CTB, PT, PCdoB, PSOL e outros organismos foram cúmplices do desastre que aconteceu no nosso País — e alguns do PMDB também.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Encerre a votação, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - É isso o que nós temos que deixar bem claro. Nós temos que trabalhar pelo bem do nosso País, pelo bem do povo brasileiro, em especial, para o futuro dos nossos filhos, dos nossos netos. Era isso.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Michel Temer, Romero Jucá, está todo mundo aí na delação; Michel Temer, Romero Jucá, essa turma toda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Fale do PMDB! Fale do PMDB!

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero deixar registrada aqui parte da sentença da Juíza Marciane Bonzanini, Juíza Federal do Rio Grande do Sul, que diz:

(...) fica configurado uso inadequado de recursos públicos na campanha publicitária encomendada pelo Poder Executivo federal (...), configurando desvio de poder que leva à sua ilegalidade”.

São as palavras da juíza, não são palavras minhas. Estou apenas lendo. Diz ainda a juíza:

Anoto, apenas a título de acréscimo argumentativo, que a campanha publicitária desenvolvida, utilizando recursos públicos, faz com que o próprio princípio democrático reste abalado, pois traz consigo a mensagem à população de que a proposta de reforma da Previdência não pode ser rejeitada e de que nenhuma modificação ou aperfeiçoamento possa ser feito no âmbito do Poder Legislativo, cabendo apenas o cancelamento das medidas apresentadas. O debate político dessas ideias deve ser feito no Poder Legislativo, cabendo às partes



sustentarem suas posições e construam as soluções adequadas do ponto de vista constitucional e democrático. O que parece destoar das regras democráticas é que uma das partes envolvidas no debate político busque reforçar suas posições e enfraquecer argumentos diferentes mediante campanha publicitária utilizando recursos públicos. Aqui também se configura o desvio de finalidade da norma prevista no art. 37, § 1º, da CRFB.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não somos só nós Parlamentares que estamos dizendo que o Governo mente. A Justiça também está dizendo que o Governo mente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É a juíza que está dizendo!

Nessas condições, defiro o pedido de tutela de urgência, determinando a imediata suspensão, em todo o território nacional, de todos os anúncios da campanha do Poder Executivo federal sobre a reforma da previdência nas diversas mídias e suportes em que vêm sendo publicadas as ações de comunicação — televisão, rádios, publicações impressas (jornais e revistas), rede mundial de computadores, painéis de mídia exterior (outdoors) e de mídia interior (indoors instalados em aeroportos, estações rodoviárias e em quaisquer outros locais públicos), sob pena de multa diária de R\$100.000,00 em caso de descumprimento.

Intimem-se, inclusive a União com urgência para cumprimento imediato da tutela provisória de urgência deferida e para que se manifeste no prazo de 72 horas (...), especialmente acerca das demais medidas requeridas em caráter liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal (...).



Senhoras e senhores, essa é a decisão da Juíza Marciane Bonzanini, demonstrando que, realmente, quando dizíamos que o Governo faz propaganda enganosa, nós tínhamos razão. A sentença judicial assim o determina.

E veja, Sr. Presidente, a falta de respeito e a falta de consideração para com esta Comissão quando respostas são dadas da maneira mais estapafúrdia possível, dizendo-se que não é possível elaborar os dados todos porque é uma despesa onerosa. Qual é o problema da despesa onerosa? Não está no Orçamento. Qual é o problema de não estar no Orçamento? Muitas outras coisas não estão no Orçamento e não vêm com essas respostas sem sentido, semnexo, desrespeitosas, deslavadas, desconsideradas e desnecessárias. Certamente, os Deputados que fizeram os requerimentos de informação poderão agir judicialmente — e até no aspecto criminal —, porque foram desrespeitados. A Constituição manda que a resposta seja feita de forma imediata.

Parece que há uma certa letargia. Se na votação para a escolha dos Vice-Presidentes eles perdem por voto em branco, a situação é grave, é complicada. Sem dúvida nenhuma, tem que se repensar, até porque, na semana passada, já se retiraram alguns membros da Comissão, porque, sendo da base aliada, eles não concordam com essa proposta, e aí vem a forma abrupta de ação.

Nós estaremos aqui, Deputado Major Olimpio, para continuar segurando essa luta. O que se mostrou no dia de hoje, em mais de 18 Estados brasileiros, foi a insatisfação geral. Acabar com o Benefício de Prestação Continuada, elevando para 70 anos...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Deixe-o falar, Deputado Perondi. Deixe-o falar. Eu estou ajudando, não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Por favor, vamos garantir a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Obrigado.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não adianta. Eu também entendi, Deputada Jandira. Ele nem marcou meu tempo lá, achando que está me enganando, mas tudo bem. Na verdade, eu vou...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Por favor! Por que não foi marcado o tempo do Deputado?

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Vamos retomar o tempo do Deputado Arnaldo Faria de Sá, façam o favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Retomem do início.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Busquem alguém, pelo amor de Deus! Olhem que vergonha!

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Está encerrada a minha manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Ivan Valente.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, nós temos duas pautas hoje: a audiência pública e a sessão que ocorrerá às 16 horas. Daqui a pouco começa a Ordem do Dia e não vamos conseguir mais votar. V.Exa. tem que encerrar esta votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vou encerrar a votação às 16h15min, independentemente de os Deputados terem chegado ou não. Está feito o compromisso.

Passo a palavra ao Deputado Darcísio Perondi e, na sequência, ao Deputado Júlio Delgado.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Os Deputados estão com vergonha de vir aqui votar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - O Deputado Ivan Valente não está aqui. Ele se inscreveu. A palavra...

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, que fase é esta? Não é fala de Líder. Que fase é esta? V.Exa. está falando sobre o quê?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - É uma fase... Estou abrindo gentilmente a palavra...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Já pedi a inscrição, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - V.Exa. está tentando ganhar tempo para dar quórum.



O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Já pedi a inscrição...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Normalmente, esse é o tempo em que as pessoas querem se manifestar, enquanto transcorre o processo eleitoral.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Se o Governo não tem competência para dar quórum em tempo hábil, V.Exa. deve encerrar a votação e abrir a audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Por que não posso passar a palavra ao Deputado Júlio Delgado, que nos honra agora com a sua presença?

Deputado Júlio Delgado, a palavra está com V.Exa.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, primeiramente gostaria de agradecer à bancada do PROS, através do seu Líder, Deputado Eros Biondini, que me indicou como suplente para esta Comissão, a fim de que viéssemos aqui confirmar o que está sendo dito pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá e outros que me antecederam, como a Deputada Jandira Feghali: a farsa que está sendo armada de se transformar a previdência pública brasileira na automatização da previdência privada, que é o desejo de muitos economistas e daqueles que só pensam nos números e não nas pessoas.

Deputado Arnaldo Faria de Sá, falando em números, isso está muito claro! Está muito claro! Uma justificativa que foi dada ao Deputado Ivan Valente é a de que não haveria condições de se levantar informações em um banco de dados do Poder Executivo Federal, porque elas custariam aproximadamente 500 mil reais. Não puderam fornecê-las, mas gastou-se com publicidade talvez mais do que isso para mentir! Gastaram mais do que isso para enganar! Gastaram mais do que isso para induzir o cidadão a uma reforma que não tem o menor objetivo!

Quero aqui rapidamente agradecer ao PROS a minha indicação e dizer a V.Exas. que fico muito feliz por ter iniciado a minha trajetória nesta Comissão no dia de hoje, quando pude mostrar claramente que, nem nesta Comissão, nem no Plenário, eles terão dois terços para aprovar nenhuma dessas propostas ridículas. Aqui precisamos de maioria simples, mas a maioria se fez hoje, quando se tentou fazer, no primeiro escrutínio, o voto em branco empatar com a indicação oficial.



Nós já estamos, como disse a Deputada Jandira Feghali, há 40 minutos no segundo escrutínio, e o Deputado Carlos Marun está tentando votar, mas viu que os Deputados do PMDB e do Bloco de S.Exa. já foram chamados ao extremo. Aqueles que já foram chamados para dar o 19º voto não conseguem chegar com vergonha de aprovar isso que está aqui. Essa é a demonstração que é dada a V.Exas. daquilo que estão patrocinando. Vamos estar aqui, nesta Comissão, para resistir e para mostrar que essa reforma, da forma como foi apresentada pelo Governo, não passará não só na Comissão, mas também no Plenário da Câmara dos Deputados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Muito bem, Deputado Júlio Delgado.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Mesmo que consiga o 19º voto, já será uma vergonha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao Deputado Major Olímpio.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Falo rapidamente, só para as pessoas que estão nos acompanhando pelo Brasil todo prestem atenção: os próprios Deputados não querem participar desta farsa em relação ao projeto da Previdência como ele está. O Governo está há mais 40 minutos escalando, correndo, buscando pelos corredores os Deputados, que não querem vir aqui votar para escolher os três Vice-Presidentes. É para o Brasil acompanhar e pressionar mais ainda. Por essa vergonha, o Governo vai passar mais ainda. Nós vamos arrebentar aqui na Comissão, e não vai chegar ao plenário essa farsa que está se passando.

Eu estou esclarecendo, só para as pessoas prestarem atenção: precisavam de 19 votos, e estão tentando, agora, de todas as formas, *“Pelo amor de Deus, venha um deputado aqui para dar o 19º voto!”* Por quê? Porque o voto em branco, aqui, só para dizermos *“não concordamos com isso”*, já derrotou essa chapa apresentada pelo Governo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao Sr. Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, eu tenho me mantido, até o presente momento, em silêncio. Foi dito agora pelo Major Olímpio



que V.Exa. está se esforçando para que se consiga o quórum. Então, se eu fosse registrar, eu quase apresentaria um requerimento de informações para saber quem é que está vindo. Mas não é o caso.

O que eu queria dizer, e me dirijo aos colegas da Comissão, é que alguns ficam o tempo todo fora, chegam aqui lá pelo meio da tarde e fazem um discurso político e ideológico com o seguinte jaez: *“É preciso ter responsabilidade; não vê a crise quem não quer, e, portanto”*. Só faltam complementar com a frase do Temer, dizendo: *“Quem não aprovar a reforma não tem responsabilidade com o País”*.

A juíza hoje atendeu à solicitação e suspendeu a propaganda — e foi lido aqui pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá aquilo que a Dr. Marciane Bonzanini disse —, com acréscimo de argumentação, que não faz sentido, no regime democrático, fazer uma propaganda apresentada da seguinte maneira: ou se aprova ou é o caos.

Pois bem, eu queria dizer, especialmente para aqueles de São Paulo, que eu gostaria muito de convidá-los para fazer sucessivos debates lá no nosso Estado, quando e onde quiserem. Porque vir aqui e dizer — esse é outro conteúdo — *“temos que respeitar os técnicos, são todos bons técnicos”*, como se nós não os respeitássemos, e, aí, dizer *“é preciso ter responsabilidade”*, mas não apresentar uma mísera ideia nova, então são apenas retransmissores de uma tese. Outros ainda capricham mais: *“Eu não estou aqui para ter aplauso fácil, eu não estou aqui pela demagogia”*. Então digam que estão aqui pelo mercado! Digam aqui que estão pelos bancos! Digam aqui que estão contra os pobres! Sejam totalmente sinceros, antes de nos acusarem.

A maior prova de que o Governo não tem dados — se tem dados, os esconde; e, se esconde, é porque não está seguro — é que, mesmo com requerimento de informação, o que já foi apontado por vários companheiros e colegas, ele se recusou, mais uma vez, a enviar os dados.

Finalmente, eu queria propor que nós ou façamos um esforço continuado, Sr. Presidente, para que tenhamos, finalmente, as informações, ou peçamos uma auditoria independente. Não é possível! Quando falamos que queremos debater é porque, na lógica de que só o que vem do Governo está correto, nós não confiamos, nós não concordamos com ela. Temos ene argumentos para debater. A lógica das audiências públicas — não é a primeira vez que eu faço referência a isso — não nos



permite fazer isso, porque são vários convidados e o tempo que temos é de no máximo 5 minutos, e não conseguimos.

Portanto, as minhas propostas são três: que se coloquem os técnicos, eventualmente, numa reunião de trabalho para haver o confronto, e V.Exa. escolheria uns, nós escolheríamos outros; segundo, se isso não for possível, que se faça um empenho para o Governo mandar os dados; se nada disso for possível, e não é exclusivo, que se faça uma auditoria independente. Até porque ontem, no seminário internacional, o que foi dito? Os dados atuariais não mudam tão repentinamente assim.

Então, que diferença faz 1 mês a mais ou 1 mês a menos? Não faz diferença alguma. Então, vamos fazer o trabalho da maneira mais séria possível para merecermos aquilo que nós achamos que somos, o título de representantes populares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Como eu havia declarado, vou encerrar a votação às 16h15min. Se algum Deputado estiver se dirigindo para cá, às 16h15min será encerrada a votação. Já há quórum. Se a Oposição quiser votar, não mexe mais no quórum.

Passo a palavra ao próximo inscrito, que é o Deputado Julio Lopes.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria aqui, com o maior respeito que tenho pelo Deputado Arlindo Chinaglia, que merece de todos nossa admiração e respeito, dizer que certamente a sentença da magistrada será revogada e revista por um tribunal em função de que o Governo tem o dever público de esclarecer as inverdades, as mentiras e as falsidades que estão sendo largamente veiculadas em toda a mídia nacional pela Associação dos Auditores Fiscais da Previdência Social.

Eu queria dizer, Deputado Arnaldo Faria de Sá, com a admiração que tenho por V.Exa., que auditoria e contabilidade são ciências exatas, não se podem interpretar contas sem o rigor de contas, Deputada Jandira Feghali, porque, se assim não fosse, o Brasil não poderia fazer parte da Comunidade das Nações, empresas chinesas não poderiam investir no Brasil, assim como empresas brasileiras não poderiam investir na Índia, nos Estados Unidos e na Europa. Exatamente porque contas têm regras de observação e porque no Conselho Federal



de Contabilidade há contas sérias a serem observadas, o Governo precisa dar, Deputado Marun, conhecimento público às mentiras, às falsidades e às inverdades que estão sendo veiculadas, como se não houvesse déficit da Previdência.

Isso é um absurdo! Precisa ser esclarecido à população que nós vamos reformar a Previdência Social do Brasil para o bem dela e do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao próximo inscrito, que é o Deputado Darcísio Perondi. *(Pausa.)* S.Exa. não se encontra.

Deputado Aureo, a palavra é sua.

O SR. DEPUTADO AUREO - Sr. Presidente, queria fazer um apelo: apresentamos alguns requerimentos na Comissão que ainda não foram votados. Há um específico, que é o Requerimento nº 135, que requer seja realizada na Comissão Especial que analisa a PEC 287/16, da reforma da Previdência, reunião de audiência pública com representantes de entidades filantrópicas para discutir isenções previdenciárias concedidas ao setor.

Esse tema tem deixado muitos brasileiros preocupados: estudantes da rede de educação, usuários das Santas Casas, usuários das APAEs, que hoje vivem o drama de, na reforma da Previdência, ser retirado o caráter filantrópico de instituições sérias que desenvolvem vários trabalhos no País. Eu queria contar com a Presidência para podermos colocar esse requerimento em votação e aprová-lo, a fim de realizarmos uma audiência pública sobre o tema.

Na Liderança do Solidariedade, eu tenho recebido vários reitores de universidades, como a PUC, a Metodista, a Presbiteriana, as Batistas, vários provedores de Santas Casas, de associações, de representantes das APAEs, os quais solicitam possamos discutir esse tema na reforma da Previdência, já que o Governo não encaminhou nada sobre as entidades filantrópicas.

No entendimento do Solidariedade, o Governo apresentou uma proposta desumana para o trabalhador, o que nos levou a apresentar uma proposta alternativa, mas o Relator quer piorar o que já é péssimo. Então, queremos ampliar essa discussão, ampliar esse debate e pedir urgência na aprovação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Está registrado o seu pleito, Deputado.



O SR. DEPUTADO AUREO - E há outros requerimentos, também apresentados pelo Deputado Major Olimpio — os Requerimentos nºs 43 e 119 —, que não foram levados à deliberação.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Vamos começar a audiência, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo. Muito obrigado. Estão registradas as manifestações.

Alguém entre os presentes, entre os que estão no ambiente, não votou?

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Sr. Presidente, nós vamos deliberar isso, não? Hoje é reunião deliberativa, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não. Hoje não é reunião deliberativa. É reunião de eleição.

O SR. DEPUTADO AUREO - Quando será a próxima reunião deliberativa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vou avaliar com o andamento do processo. *(Pausa.)*

Existe um colega dentro da cabine de votação. Não posso interromper a votação nessa situação.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É lógico que pode.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Sr. Presidente, como se delibera eleição de Vice-Presidente, e a reunião não é deliberativa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Existe a reunião de eleição e existe a reunião deliberativa.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Não. Onde está isso? Presidente, pelo amor de Deus! A reunião é deliberativa, e ele está pedindo um requerimento extrapauta. Então, eu acho que nós deveríamos deliberar.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não tem ninguém votando, Sr. Presidente!

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Não tem mais ninguém votando!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não tem mais ninguém votando? Não tem ninguém? *(Pausa.)* Por que vieram me informar que havia?



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Encerre a votação, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Está encerrada a votação. Por favor, proceda-se à proclamação do resultado. *(Pausa.)*

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Mas eram 19 votos e apareceram 20?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - É que tinha alguém votando lá. Estou dizendo!

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Foram 19 votos e apareceram 20?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Aqui são 19 e apareceram 20 votos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É marmelada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Naquele momento havia alguém votando, e os senhores disseram que não havia.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quando V.Exa. declarou “*encerrada a votação*”, havia 19 votos, e apareceram 20.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Alguém quer fazer alguma queixa de que tenha sido...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mágico! Apareceu um voto a mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Existia uma pessoa votando...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo. Por favor, Deputada, levante-se para que as pessoas a vejam.

A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ - Sr. Presidente, Deputado Carlos Marun, eu estava chegando e me disseram que era votação, então, eu corri até a cabine. Era eu quem estava votando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Levante-se, por favor, para que as pessoas a vejam.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Belo exemplo!



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente, a reunião de hoje é ordinária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Está superada essa dúvida?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - A reunião de hoje não é de audiência pública, Presidente. É ordinária.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - V.Exa. pediu para a Deputada Raquel se levantar e se expor. Olhe que desgaste!

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - A reunião é ordinária!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Superado o episódio da eleição, declaro eleitos os seguintes colegas: Deputado Marcus Pestana, como 1º Vice-Presidente.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Queremos homenagear os eleitos, naturalmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - O Deputado Julio Lopes é o 2º Vice-Presidente; e o Deputado Thiago Peixoto é o 3º Vice-Presidente.

Vamos dar andamento aos trabalhos, pois tenho certeza de que alguns dos senhores querem se manifestar.

Com a palavra o Deputado Julio Lopes. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Marcus Pestana.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Eu abro mão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - V.Exa. contribui para o andamento dos trabalhos. Tenho certeza de que outros contribuirão no sentido de que possamos dar andamento ao trabalho da nossa Comissão.

Eu vou pedir que o Deputado Marcus Pestana assuma a Presidência. Eu estou vivendo um drama pessoal neste momento. Eu tenho um filho de 13 anos e a minha esposa em casa. Enquanto eu estou aqui, de forma teatral, porque sabem que eu estou aqui, mais de uma centena de pessoas está acampada em frente à minha casa, fazendo um protesto. A minha esposa está um pouco intranquila. Eu vou me retirar, porque eu vou fazer contato com eles.

Quero dizer que eu respeito a democracia e respeito o protesto, mas esse tipo de situação teatral e pirotécnica em nada soma. Que venham me constranger, mas



constranger o meu filho, constranger a minha mulher, constranger os meus vizinhos é coisa que eu tenho dificuldade de aceitar.

Então, peço ao Deputado Marcus Pestana, já eleito Vice-Presidente da Comissão, que conduza os trabalhos, pois vou tomar algumas providências em relação à situação da minha família lá em Campo Grande.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, receba a nossa solidariedade.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Sr. Presidente, da mesma forma receba a nossa solidariedade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Vamos dar início à audiência pública.

Gostaria de chamar para tomar assento à mesa, em primeiro lugar, o nosso ex-colega, Professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal do Pará, o Sr. Claudio Puty; um professor da FGV que assessora e aqui representa a Casa Civil, o Sr. Kaizô Beltrão; o Juiz Marcos da Cunha Araújo, membro da Comissão de Reforma da Previdência da Associação dos Magistrados Brasileiros; e o Dr. Alexandre Zioli Fernandes, Coordenador-Geral de Estatística, Demografia e Atuária do Ministério da Fazenda.

O Dr. Solon Venâncio de Carvalho teve problema e não pôde vir, mas comunicou esse impedimento à Comissão.

Por fim, convido o Prof. André Calixtre, do IPEA, para tomar assento à mesa.

Bem, como já estamos com o tempo bastante avançado, eu passo a palavra imediatamente ao primeiro expositor, o nosso ex-colega e Professor da Universidade Federal do Pará, o Sr. Claudio Puty.

O SR. CLAUDIO ALBERTO CASTELO BRANCO PUTY - Obrigado, Deputado Marcus Pestana. É um prazer rever V.Exa. e os colegas desta Casa em um debate fundamental para o futuro do nosso País.

Eu vou fazer uma apresentação pouco política, no sentido de que vamos tratar de parâmetros de projeção. E eu espero que ela seja provocativa suficiente para o Governo, para que ele responda algumas questões que foram levantadas aqui no plenário.

(Segue-se exibição de imagens.)



Então, primeiro, eu gostaria de fazer uma propaganda. Antes, porém, saúdo os representantes da DIEESE e da ANFIP, esta na presença do seu Presidente, assim como os representantes das demais entidades sindicais presentes, a exemplo do SINDI CT, de São José dos Campos, e do INPE.

Estamos lançando dois volumes que tratam exatamente do tema da reforma da Previdência, sendo um deles dedicado à projeção atuarial: quais são os critérios, o que nós sabemos, o que não sabemos, o que é necessário esclarecer, quais são os pressupostos que nós conseguimos descobrir e que levam à adoção de resultados presentes na LDO — os quais, acho, são de interesse de todos nós, independente de estarmos no Governo ou na Oposição.

Então, está no *site* da Plataforma de Política Social a edição eletrônica do livro. Estamos fazendo, digamos, o lançamento deste 2º volume, patrocinado pela ANFIP e pelo DIEESE, aos quais agradeço.

O André, que está aqui ao meu lado, é um dos autores desses trabalhos, mas eu queria fazer referência aos demais autores: Carlos Patrick Alves da Silva, Carlos Renato Francês, Denise Gentil, Eliane Cristina de Araújo, Marcelino Silva e Solon Carvalho, que, infelizmente, não pôde vir.

Eu começaria diretamente com os parâmetros, mas, como houve uma pequena provocação positiva do Plenário em relação à dívida, eu vou mostrar duas lâminas muito rapidamente, Deputada Jandira.

Este é o comportamento do PIB brasileiro nos últimos anos — são gráficos fornecidos pelo DATAFOLHA. Nós temos até 2014, 0,5%, e depois o colapso de 2015, 2016.

Essa é a série da relação dívida-PIB. Como o PIB contraiu muito, a dívida explodiu em relação ao PIB.

Então, nós temos um problema fiscal também, que é causado por um problema de ordem do denominador, de modelo de crescimento econômico. Como nós temos esse problema, que é de ordem conjuntural, propõem-se reformas estruturais, combinando o que deveria ser o combate anticíclico com uma visão de mundo, uma visão de Estado.

Pode-se fazer um superávit primário gastando 30 e poupando 32, o que dá um superávit de 2; mas se pode também fazer um superávit primário com o Estado



totalmente diferente, gastando 8 e poupando 10, ou arrecadando 10. Tem-se o mesmo superávit primário, mas estruturas de Estado totalmente diferentes, que é o que os liberais normalmente propõem. Quer dizer, misturam-se as duas coisas: debate sobre a visão de País e de Estado com ajuste fiscal. Esse é um comentário inicial. Quer dizer, temos um problema fiscal criado também pelo problema do crescimento econômico.

Mas vou direto ao assunto e aqui eu me reporto diretamente aos representantes do Governo presentes à reunião, que há muitos anos trabalham com isso e que eu gostaria que respondessem a alguns questionamentos, porque são de interesse público e já temos tentado esses questionamentos há alguns anos sem resposta.

Primeiro, nós vamos fazer referência ao que é público: aos dados publicados na LDO. A proposta de reforma da Previdência foi encaminhada no final do ano passado, quando nós tínhamos uma peça fiscal já apresentada. Nós tivemos várias declarações do Secretário da Previdência, que falou em 17% do PIB, se nada for feito, em 2060. Já o Ministro Henrique Meirelles falou em 17,5% do PIB, também em 2060, com a regra atual.

E o mercado, que nunca nos falha...

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Sr. Presidente, V.Exa. poderia trocar a localização para ele poder enxergar? E ponha o tempo, por favor, Sr. Presidente.

O SR. CLAUDIO ALBERTO CASTELO BRANCO PUTY - Então, o que nós fizemos? Nós pegamos diversas LDOs desde 2002. A Lei de Responsabilidade Fiscal determina, a partir de 2000 — e efetivamente, a partir de 2002 —, que haja um Anexo IV na LDO, que estabelece diversas metas fiscais. A referida lei obriga o Governo brasileiro, ou melhor, o Executivo — e nós estamos falando de vários governos, Fernando Henrique, Lula, Dilma, Temer — a apresentar esse anexo, no qual se tem um cálculo atuarial, um modelo apresentado e supostamente algumas projeções para 2050, 2060, enfim, projeções demográficas e tudo mais.

O objetivo da LRF obviamente foi fomentar a transparência. O que nós estamos fazendo aqui, na realidade, é uma provocação, porque nós consideramos o grau de transparência insuficiente para o debate. Nós queremos apontar algumas questões — e é importante o diálogo com o Governo nesse sentido —, para que nós



possamos melhorar a forma como nós fazemos projeções, ou pelo menos admitir que não sabemos o que estamos fazendo, projeções essas que embasam os números que foram apresentados.

Enfim, nós queremos resposta à seguinte pergunta: de onde saiu esses 17,5%?

No ofício do Ministro Henrique Meirelles, S.Exa. já fala em 16%. Ou seja, ele já baixou esse percentual novo modelo. Portanto, nesse ofício encaminhado pelo Ministro Henrique Meirelles — o qual li agora há pouco — está consignado que o benefício previdenciário é 16,5%, em relação a 17,5%. Se nós considerarmos os assistenciais, será 17,8%, ou alguma coisa assim.

Então, não são variações pequenas em relação ao PIB de 2060. É uma variação de um ponto percentual no PIB de 2060. Não são coisas triviais. Então, isso envolve uma margem de erro. Nós queremos saber como é calculada essa margem de erro. Já que são modelos probabilísticos, por que não são expressos?

São questões técnicas, mas que no fundo embasam declarações públicas do Governo, que diz: *“Ou nós fazemos assim ou não tem jeito”*. Esse é o ponto final. O Governo diz que só tem um caminho.

Então, nós fizemos um exercício simples. Nós pegamos todas as LDOs de 2002 até 2016 e vimos o que a LDO projetava em termos de receita e despesa em diversos anos. Os anos de maior frequência são 2012, 2013, 2014 e 2015.

Então, o que nós fizemos? O que a LDO, no seu Anexo IV, em 2002, dizia que iria ser a receita previdenciária? O que ela dizia que seria despesa previdenciária? E, como consequência, como seria a necessidade de financiamento?

Nós comparamos isso com o que aconteceu realmente. Obviamente, em se tratando de projeção, nós só temos uma certeza: nós vamos errar. Agora, devemos perquirir se o erro tem um viés ou não. Essa que é a questão. Portanto, trata-se de saber se o erro tem um viés ou não, ou se é um erro reiteradamente cometido e não há declarações públicas do Estado brasileiro.

Eu não estou querendo “fulanizar” — é importante dizer isso. Estou tratando de uma questão de Estado, de como o Parlamento aprova essas peças. Portanto, nós precisamos melhorar a maneira como nós fazemos as coisas, digamos assim.



Aqui apresento um quadro que se refere à despesa projetada e realizada. Só para entender, as colunas do eixo horizontal são as diversas LDOs. O primeiro é 2002, 2003, 2004, 2005, 2006 até 2017 — mas 2017 não precisa ser considerado, basta considerarmos até 2016.

Nós comparamos o que 2002 dizia que seria a despesa projetada. Para cada LDO nós temos quatro colunas referentes às despesas projetadas: 2012, 2013, 2014 e 2015. O que eles diziam que ia ser a despesa projetada em 2012?

Os senhores veem que quanto mais distante está do ponto presente, maior o erro. Então, a diferença nessa coluna, digamos, é o erro de projeção entre o realizado e o projetado. Isso é uma diminuição.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. CLAUDIO ALBERTO CASTELO BRANCO PUTY - Não, não, não. Deixe-me explicar. É importante perder um tempo com isso.

Cada uma dessas colunas é um ano projetado. O que é uma coluna? É a diferença do valor entre o que foi projetado e o que foi realizado. Significa dizer que nós temos um valor negativo, que é despesa. Significa dizer, nesse caso, que a despesa foi muito maior do que aquela antevista.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. CLAUDIO ALBERTO CASTELO BRANCO PUTY - Isso é importante esclarecer.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Presidente, se o Deputado interromper, vai acabar o tempo do expositor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Já foi feita a pergunta, agora vamos deixar o Sr. Puty desdobrar o raciocínio.

O SR. CLAUDIO ALBERTO CASTELO BRANCO PUTY - O tamanho da coluna é a diferença entre o realizado e o projetado. Então, nós temos um valor negativo. Significa dizer que se projetou uma despesa menor do que a que foi realizada.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Mas é que tem várias cores...

O SR. CLAUDIO ALBERTO CASTELO BRANCO PUTY - As várias cores são as despesas para os anos de 2012, 2013, 2014 e 2015.

O que o senhor não entendeu?



O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - O que significa a coluninha azul, a laranja, a cinza e a amarela.

O SR. CLAUDIO ALBERTO CASTELO BRANCO PUTY - A coluninha azul é 2012, a coluninha laranja é 2013, a coluninha cinza é 2014, e a coluninha amarela é 2015. Essa é a projeção da LDO de 2002 para a despesa; assim por diante: para o ano 2012, 2013, 2014 e 2015.

Esse gráfico é, digamos, pró-Governo. (*Risos.*) Projetou-se uma despesa menor em relação à despesa realizada. Nós temos um viés de projeção. Quer dizer, é quase monotônico o negócio aí. É bem comportado.

Se nós formos para a receita, o resultado é muito parecido também. Subestimou-se a receita. Por quê? Tivemos bons anos: houve *boom* das *commodities* e tudo mais; a arrecadação brasileira bombou, etc.

Mas quando você tira a diferença entre receita e despesa e observa como se projeta o resultado previdenciário, aí o resultado é um pouquinho mais complexo. Nós tivemos, no geral, com exceção da LDO de 2015 — que foi uma LDO, digamos, diferente —, em muitos anos o déficit foi superestimado. Com isso, eu não estou querendo dizer que na LDO não se calcule déficit e tudo mais; estou dizendo que ele foi superestimado — refiro-me ao projetado em relação ao realizado. Essa é a primeira questão.

Então, a primeira questão é: os modelos de projeção que temos utilizado são eficazes no sentido de projetar o resultado previdenciário futuro?

Ora, nós pegamos resultados de 2002 a 2015 e vimos que eles têm um grau de indefinição, digamos assim, ou de erro considerável. Essa é a primeira observação.

O problema não é só o erro, é o viés de superestimação do déficit. Mas o problema não é o Estado brasileiro errar; o problema é não tratarmos disso de maneira formalizada. Eu falo como alguém que foi Secretário-Executivo do Ministério da Previdência, ou do Ministério de Trabalho e Previdência, por um breve período de tempo.

Por exemplo, quando se lançava uma concessão, uma concessão de rodovia, a antiga SEAE publicava uma nota técnica que todo o mercado olhava para saber como é que ia ser o cálculo da Taxa Interna de Retorno — TIR. Tivemos um longo



debate sobre se o Governo iria ou não tabelar a TIR. Todos se lembram dessa história? Enfim, havia normas. E as normativas do Banco Central têm um caráter público considerável.

Mas quando essas normas se referem à Previdência, que são projeções de maior longo prazo e que impactam a grande maioria da população pobre do nosso País, o grau institucionalização é muito baixo. Não obstante o esforço heroico dos técnicos que trabalham com isso há muitos anos, o grau de controle social sobre isso é muito baixo. Inclusive, os próprios técnicos devem sofrer, porque os seus chefes, no afã do curto prazo, não devem achar importante, provavelmente, destinar recursos para melhorar essa capacidade de modelagem.

Então, o problema central é: nós temos um baixo grau de eficácia na projeção, esse baixo grau não é admitido pelo Governo brasileiro, que acaba recorrendo, a meu humilde ver, a subterfúgios protelatórios, tal como acabamos de ouvir aqui: *“Não temos os dados, porque isso é muito caro. A DATAPREV não forneceu”*. Enfim, há sempre essa história. Então, como é que calcularam? Como a Previdência não tem acesso à DATAPREV?

Em defesa da Previdência, portanto, nós temos que formalizar um processo de avaliação institucional com certo controle social do Parlamento, um controle que possa garantir um maior grau de transparência.

Esse é um problema de sistemas previdenciários no mundo todo. E esse é um problema de controle do Estado: tecnocratas iluminados acham que podem governar no lugar de vocês que foram eleitos. Ao fim, ao cabo, esse é o problema.

Eu e minha equipe fizemos um esforço para tentar entender o modelo adotado, a partir da LDO. No ofício aqui apresentado, basicamente o modelo tem o módulo demográfico — a demografia tem papel muito importante —, que calcula quantidades: população, urbanização, participação, taxa de desemprego. Não vou falar das equações aqui.

Há o módulo de receita, por meio do qual se calcula o valor da receita. Deve-se calcular o preço, para efeitos de receita, que é fundamental. Aqui também está o cálculo do salário: salário médio por idade e alíquotas previdenciárias. Com esses resultados, nós temos contribuições e receitas. E há o módulo de despesas.



Então, esse é um modelo muito simples: é receita menos despesa. Há um módulo que calcula quantidades e uma dimensão de preços.

Qual é o problema que qualquer pessoa enfrenta ao analisar o modelo da LDO? Os modelos da LDO estão incompletos. Se você tentar reproduzir aquilo, você não consegue reproduzir o resultado das tabelas da LDO. O ofício do Henrique Meirelles admite isso.

Basicamente, o ofício que eles acabaram de mandar diz basicamente o seguinte: a LDO de 2017, que é a LDO que está supostamente legitimando a reforma, foi calculada com um modelo que nós não vamos usar mais, a partir de 2018. Mas o fato é que não sabemos nem o modelo que se usava, nem o modelo que vamos usar.

Esperamos a apresentação do Governo para esclarecer esses pontos.

O que está escrito na LDO é que devem ser utilizadas as variáveis do mercado de trabalho. Pode até ser que não usem isso na prática, mas só de estar escrito na LDO e não se utilizar na prática é grave, porque você está encaminhando ao Parlamento um documento com assertivas falsas.

Portanto, diversos coeficientes no mercado de trabalho — taxa de participação, salários, população urbana — são advindas da PNAD. E essas Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios — PNADs têm um retardo, tal como observamos na LDO de 2017.

Na LDO de 2008, os dados do IBGE eram de 2004 e os dados da PNAD eram de 2000. Na LDO de 2009, os dados eram de 2004 e 2005. Na LDO de 2016, os dados eram de 2013 e de 2009. Se eu não me engano, na LDO de 2017, os dados da PNAD eram de 2009.

Então, a dúvida que aparece é: Se existem PNADs mais novas, por que são usados dados de 2009? Deve haver uma justificativa técnica, mas ninguém sabe qual é. E ninguém consegue essa informação. Isso está escrito na LDO de maneira lateral.

Quais são as consequências de você, por exemplo, utilizar dados dos contribuintes em relação à população de idade ativa entre 2009 e 2014, por exemplo? Há uma diferença significativa quando os cálculos utilizam os dados de 2009 ou os de 2014. Isso corresponde aos contribuintes ou à população em idade



ativa. Em 2014 houve muito mais contribuintes do que em 2009. Isso tem uma consequência. Para os dados relativos às mulheres, acontece a mesma coisa e assim por diante.

Se nós utilizarmos os coeficientes da PNAD de 2008 em relação aos da PNAD de 2009, por exemplo, temos a Série nº 1, de 2008, representado pela cor azul claro, uma taxa de desemprego por faixa etária muito menor do que em 2009. Essas coisas alteram os resultados futuros.

E aí chegamos à LDO de 2017, que apresenta um crescimento acentuado das despesas do RGPS, as quais, no fundo, oferecem a legitimação ou a narrativa para uma reforma desse tipo.

Para concluir, vou mostrar uma coisa importante aos senhores. Nós falamos muito em demografia no modelo. Se forem utilizados preços fixos ou coeficientes de mercado de trabalho fixos, ele passa a ser um modelo meio malthusiano, que depende só de população. Trata-se de um modelo equiparado ao do milho: cresce a população, cresce a despesa.

Mas nós pegamos as próprias séries do IBGE e dela retiramos a taxa de crescimento da população idosa. A população idosa vai crescer, mas a taxa de crescimento dela vai cair de maneira acentuada. Afinal, não existe uma sociedade em que todo mundo envelheça e não haja mais jovens.

Então, a taxa de crescimento da população idosa decai. Esses são dados do IBGE. Nós temos a prova de conceito e podemos mostrá-la aos senhores tranquilamente. Porém, a despesa cresce muito no resultado da LDO em relação ao PIB. E nos indagamos o seguinte: por que a taxa de crescimento da despesa cresce tanto, se o crescimento da população idosa vai decair? E a taxa de crescimento da população idosa realmente decai.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Puty, por favor, peço que o senhor conclua.

O SR. CLAUDIO ALBERTO CASTELO BRANCO PUTY - Eu vou concluir.

Nós pegamos dados da DATAPREV. Esses nós conseguimos porque estão no InfoLogo da DATAPREV. Com tais dados fizemos algumas simulações.

Basicamente, só para concluir, os dados que estão na LDO de 2017 imputam uma taxa de crescimento do salário mínimo — e está lá na tabela —, a partir de



2018, de 6% ao ano. E esse dado está em desacordo com a regra de reajuste do salário mínimo. Por exemplo, em 2039, com uma taxa de crescimento do PIB de 1%, e a inflação de 2 anos anteriores de 4%, a taxa de crescimento do salário estaria acelerada. Isso, a nosso ver, potencializaria a despesa — e está na tabela isso.

Considerando essa simulação, chegaríamos a 8%. Mas se usarmos a regra atual de reajuste do salário mínimo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Prof. Puty, por favor, conclua. Já demos 2 minutos de tolerância.

O SR. CLAUDIO ALBERTO CASTELO BRANCO PUTY - ...teremos uma estabilização da despesa. E, se nós reajustarmos o salário mínimo nos próximos anos, de acordo com a inflação, teremos uma redução da despesa e uma estabilização...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Por favor, temos que concluir.

O SR. CLAUDIO ALBERTO CASTELO BRANCO PUTY - Portanto, com o salário mínimo corrigido de acordo com o INPC, a partir de 2020 já há uma estabilização da despesa, com tendência à queda.

O resumo da ópera é: não existem soluções únicas, não existem soluções milagrosas. É necessário que nós tenhamos mais transparência no debate para que possamos encontrar saídas conjuntas.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Eu agradeço ao Prof. Puty. Peço que seja desfeita a troca de lugares.

Passo imediatamente a palavra ao Prof. Kaizô Beltrão, da Fundação Getúlio Vargas, por 20 minutos.

O SR. KAIZÔ BELTRÃO - Boa tarde a todos.

(Segue-se exibição de imagens.)

Neste gráfico, a linha verde representa a população brasileira; a linha preta, a população urbana; a linha vermelha, os contribuintes; e a linha azul, os beneficiários.

Esta aqui é a razão entre contribuintes e beneficiários. Quando o sistema começou, havia 30 pessoas contribuindo para cada beneficiário. Hoje, está-se



chegando a uma razão abaixo de 2 — e a projeção é de que ela continue abaixo de 2.

Aqueles símbolos representam o observado em relação aos benefícios previdenciários de segundo tipo de 2002 a 2014. O resto é projeção. Dá para ver que a quantidade de aposentadorias por idade teve um crescimento grande — isto aqui corresponde à quantidade de benefícios em milhões. A linha azul simboliza as rendas mensais. A linha verde representa as aposentadorias por invalidez, que não têm crescido tanto, e as pensões.

Então, eu tive bastante crescimento no passado.

O Puty escreveu um modelo em duas partes: uma demográfica e outra financeira. Eu estou trabalhando só com a parte demográfica.

Isto aqui é o total de benefícios previdenciários e assistenciais. Eu coloquei, para se ter uma ideia, o total de benefícios com a percentagem da população. Em 2002, eu tenho 12% da população recebendo algum benefício. Em 2010, isso já chega a quase 15%. Então, num período de 12 anos, ela cresceu de 10 para 15. Aumentou 50%. Se eu continuar essa trajetória, estimamos que, se não houver mudança nenhuma, em 2050, chegaremos a quase 40% da população recebendo algum benefício.

Então, de cada dez brasileiros, quatro estariam recebendo algum tipo de benefício previdenciário ou assistencial.

O que eu fiz foi tentar ver qual seria o impacto de se tomar algumas medidas. Eu estou utilizando a proposta do Governo como parâmetro. O que está apontado em cor azul era o que eu já tinha mostrado. Em verde seria quando se equalizar as condições de elegibilidade para homens e mulheres. Em cor roxa represento quando eu mexo na equalização do urbano e do rural, e o último é quando se transforma a idade mínima para o benefício da LOAS em 70 anos.

Então, dá para ver que todas essas medidas têm algum impacto.

Isto aqui é apresentado como percentagem da população. Aqui falo em se chegar a quase 40%. Pode haver uma redução, com essas medidas, chegando-se a menos de 25%.

A ideia é que, se continuarmos com a tendência histórica, condicionados pelos critérios de elegibilidade, mantendo a mesma idade, a diferença entre homens



e mulheres, a diferença entre urbanos e rurais, teremos uma tendência crescente. Continuando essa tendência crescente, eu devo chegar a alguma coisa como 40% da população. Notem que isso é o que já temos observado nos últimos anos.

Se eu pegar desde o ano de 2002, que é o primeiro ponto que eu tenho ali, até 2014, em que essa tendência é bem nítida. Mas, como eu disse, essas mudanças podem afetar a trajetória. Eu acho que valeria a pena pensar, então, nessas mudanças por causa desse impacto. Eu só fiz a parte da população, mas dá, é claro, para pensar que isso afeta a população, afeta os benefícios e que haveria uma redução semelhante se eu trabalhasse com essas restrições. Eu acho que esse era o último.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Eu agradeço ao Prof. Kaizô.

Passo imediatamente a palavra para o Juiz Marcos da Cunha Araújo, membro da Comissão de Reforma da Previdência da Associação Brasileira dos Magistrados — AMB, por 20 minutos.

O SR. MARCOS DA CUNHA ARAÚJO - Boa tarde a todos. Eu agradeço, em nome do Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, ao Exmo. Sr. Deputado Federal Carlos Marun, Presidente desta Comissão Especial, atualmente representado pelo Vice-Presidente, Sr. Marcus Pestana, Deputado Federal, a oportunidade trazida à magistratura. Nós tínhamos a previsão de nos manifestarmos na audiência passada, na semana em que se tratava dos servidores públicos, e, em virtude de um acordo com o próprio Presidente desta Comissão, foi cedido espaço a outro representante, sendo que fomos convidados gentilmente novamente pelo Presidente para participar desta discussão.

Inicialmente, eu gostaria de esclarecer que a magistratura do País de um modo geral não tem condições efetivas de contribuir no debate com técnicos que, inclusive, já se manifestaram hoje, os professores que antes falaram e que ainda falarão. A magistratura tem a mesma restrição que os doutos Deputados aqui presentes já manifestaram no início da discussão. Nós também estamos ávidos por ter acesso a esse estudo atuarial. Não conseguimos, de fato, entender a dinâmica para se chegar às propostas trazidas pelo Governo. Essa dificuldade foi apontada durante os estudos iniciados desde a apresentação do projeto, ou seja, há menos de



4 meses. É evidente que nós não conseguimos ter acesso. Na abertura dos trabalhos, hoje, os Srs. Deputados receberam o material, que, pelo que eu percebi, não está completo. A dificuldade da magistratura é a mesma.

Então, é evidente que nós não vamos reinventar a roda e trazer a solução matemática que é a discussão dessa data. Porém, acredito que nós possamos, sim, discutir de alguma maneira e contribuir nessa discussão, refletindo um pouquinho sobre os impactos que serão trazidos por essa reforma.

O ponto nevrálgico que a magistratura entende que essa reforma traz é justamente este: a ausência do estudo atuarial. Aliás, essa matéria já está sendo, inclusive, discutida no Supremo Tribunal Federal como sendo um dos requisitos para a própria apresentação desse projeto de emenda constitucional, que é o equilíbrio atuarial e financeiro.

Para se apresentar um projeto de alteração do sistema previdenciário, nós temos que ter um estudo comprovando exatamente onde está essa segurança atuarial, a projeção para o futuro.

A justificativa inicial da PEC começa com uma demonstração demográfica, uma projeção do aumento da população idosa e diminuição das pessoas que efetivamente estão em idade contributiva, projetando isso para o ano de 2060, ou seja, daqui a 43 anos, o que afetaria o equilíbrio do sistema. Até aqui, nada de novo.

Sugere, portanto, medidas que implicam na elevação da idade mínima, aproximando o RGPS, ou seja, o Regime Geral de Previdência, o INSS, e o Regime Próprio de Previdência, que são os servidores públicos de modo geral, estabelecendo o mínimo de 25 anos de contribuição.

Estabelece novos critérios para o cálculo do benefício, altera a forma de contribuição do ruralista e agrava os critérios para a LOAS, que é o benefício de prestação continuada, e as pensões, estabelecendo aqui regras de transição. Apresenta essas propostas como solução para o problema da crise e do rombo da Previdência.

A nossa crítica ao projeto é justamente esta: quanto é que o aumento da idade para o oferecimento da LOAS implicará no rombo da Previdência, se é que de fato existe? Quanto é que impedir a acumulação de pensão com aposentadoria do idoso lá na frente reduzirá o rombo da Previdência? Colocar 10 anos a mais para a



mulher trabalhar, mesmo aquela que está na iminência de fazer 45 anos, implicará em quanto na redução do déficit da Previdência?

Todos esses dados ainda são uma incógnita, mesmo não tendo acesso aos documentos que foram hoje apresentados. É evidente que nós tentaremos fazê-lo, e tentamos, mas infelizmente não conseguimos chegar a um resultado para dizer se a proposta é juridicamente viável do ponto de vista do corte social.

Quem é que tem que pagar essa conta? O cidadão que está na iminência de fechar 50 anos na regra de transição? Foram imputados a ele mais 10 anos de trabalho a partir da nova regra, além do pedágio. A mulher, o idoso, a acumulação da pensão... Para todos esses cortes que afetam exatamente a parte mais fraca do sistema é que nós não temos uma resposta. Estamos no escuro.

Infelizmente esse estudo atuarial é imprescindível para que possamos efetivamente avalizarmos que a reforma é necessária, desta ou daquela forma. Inclusive o estudo atuarial nos permite contestar esse próprio dado. Não basta somente apresentar o estudo atuarial. Nós temos condições de revê-lo, nós temos condições de contestá-lo. Como juiz, falo isso justamente porque na condição de magistrado nosso trabalho é ouvir as duas partes e só depois apresentar manifestação. E acredito que este é o trabalho que os doutos Deputados estão buscando aqui: informação, conhecimento, para poder manifestar efetivamente aquilo que é de maior interesse para a sociedade.

Apresentar e aprovar um projeto da forma como está significa que vamos solucionar o problema da Previdência? Nós não temos esse estudo. Por quanto tempo? Por quantos anos? Estudo atuarial serve para isso. Para isso os técnicos poderiam nos ajudar.

Em relação à idade mínima, a exposição de motivos da PEC 287-A traz índices comparando o Brasil a países da OCDE, que, diga-se de passagem, são países desenvolvidos. Estabelece-se como idade média entre esses países 64,6 anos. Até aqui está de acordo com a proposta do Governo, que é 65. Vamos pagar um pouquinho esse *plus*, vamos para 65. Porém, a expectativa de vida desses países é muito superior à nossa. O IBGE de 2015 estabeleceu que a média de vida do brasileiro é 75 anos. Porém, dentre os Estados, nós temos Santa Catarina, com 78, e o Maranhão, com 70. Os países da OCDE têm a expectativa de vida de 81,4.



Se compararmos essa expectativa do país que serve de referência e o Maranhão, veremos que há 11 anos de diferença. É muita diferença. Então, eu posso usar a regra que vale lá para fora para mim, para dentro da minha casa? Toda receita médica vale para todo paciente? Não! É evidente que não. Então me parece imprópria a adoção desta referência, dos países da OCDE — inclusive são 45 países.

É importante lembrar, nessa consideração da idade, a dimensão continental do nosso Estado. Impor o critério do país seria olvidar das pessoas mais humildes do País, em especial os Estados do Norte. Se temos que aumentar, então, busquemos o critério que considera a nossa própria realidade. Caso contrário, a aposentadoria será, sim, um risco, e não mais um direito social — sabe Deus se esse cidadão vai conseguir chegar aos 65 anos.

Aliás, em uma recente reunião que nós fizemos no Paraná, de onde eu venho, um comandante da Polícia Militar chegou a fazer a seguinte charge, vamos dizer assim: *“Doutor, vamos chegar à situação, se essa PEC passar, de receber um chamado para uma diligência e chegar uma viatura à frente do cidadão que acionou o chamado e saírem dois sexagenários, com um revólver 38 na mão, correndo atrás de um moleque de 18 anos”*. É para isso que nós estamos caminhando, se essa PEC trabalhar com a idade de 65 anos.

Quanto à equiparação da idade da mulher com a do homem, eu não preciso nem avançar na discussão, porque na semana passada nós celebramos o Dia Internacional da Mulher e tratamos justamente, na Justiça, da Semana da Cultura pela Paz em Casa. Um País que ainda tem que ter uma legislação que protege a mulher vulnerável dentro do ambiente doméstico não pode, numa legislação previdenciária, tratá-la como igual, como se igual fosse, na força de trabalho, na capacidade de ter a mesma remuneração. O próprio INSS demonstrou que a média de renda é 2,5 para o homem, 2,2 para a mulher. Ou seja, a desigualdade é manifesta. Fechar os olhos para isso e querer utilizar uma regra de outros países é mais um equívoco. Temos que lembrar a idade do nosso País. Não podemos comparar o Brasil com países maduros como os da Europa.

Como medida de justiça social e segurança, a regra de transição deve sempre considerar a condição daqueles que estão próximos da consolidação. Isso



foi uma das fundamentações trazidas pelo próprio Governo na PEC, porém, considera um corte etário, apenas a idade. Desconsidera-se a contribuição. Então, se se pegar a idade do homem de 50 anos, que é o corte etário, se ele começou a trabalhar aos 20 anos, ele vai trabalhar 30 anos. Ou seja, ele está próximo da consolidação daquilo que é os 35 anos que ela exige. Ele contribuiu com o Estado e tem direito a reaver aquilo que contribuiu. Cadê a observação daqueles que já contribuíram? Essa regra vale tanto para o homem quanto para a mulher. E não digamos que o fato de ele poder considerar isso na regra de cálculo do benefício, 51% mais 1%, vai beneficiá-lo, porque não vai. Todos sabem que no início da carreira de qualquer pessoa, principalmente quem inicia na idade escolar, é muito baixa a remuneração. Ao alterar a forma de cálculo para 100% das contribuições, a maior remuneração com a menor, o valor da soma da média do piso será muito baixo, mesmo considerando os 49 anos, que é o que está se propondo.

Eu dou o exemplo da minha vida. Trabalho há 11 anos na magistratura, 10 anos no Exército, como praça, e 5 anos na iniciativa privada, como auxiliar administrativo, ganhando um salário mínimo. Vou fechar 41 anos agora e vou ficar fora da regra de transição. Quando fizer 65 anos, terei trabalhado 51 anos, pois comecei a trabalhar aos 14 anos, com carteira assinada! E muitas pessoas estão nessa situação. Isso não está sendo considerado na regra de transição. *“Ah, mas você terá o benefício da contribuição aos 65 anos e vai pegar cheio, 100%.”* Considerando o meu salário mínimo durante 5 anos, já que não foi suficiente contribuir mais de 35 anos, que é o que tem que se fazer hoje na regra permanente? Eu teria que trabalhar até os 56 anos, pela regra atual. Eu não vou me aposentar aos 51 anos. Estarei próximo dos 60 anos. Isso que a regra de transição tem que fazer. Tem que ter essa sensibilidade com quem já contribuiu. Não é esse cidadão que tem que pagar a conta do déficit da Previdência.

O cálculo do benefício, 51% mais um. Estamos falando de uma expectativa de vida de 75 anos para o brasileiro. Exigir que o cidadão trabalhe 49 anos para conseguir aquilo que seria os 100% da média das contribuições é praticamente levá-lo ao túmulo às vésperas da sua aposentadoria. Estímulo maior seria, em vez de diminuir o abono de permanência, como está hoje, que é o limite máximo, o valor da sua contribuição, o máximo, considerar o mínimo, para estimular o servidor a



continuar trabalhando, mesmo com o tempo dele, porque teria outra remuneração integral e mais um estímulo para permanecer. Melhor do que pagar 76%, que é o que se exige hoje, 25 anos de contribuição.

Ou seja, se eu entrasse hoje na magistratura, era mais vantagem ficar na informalidade até os 40 anos para começar a trabalhar e aos 25 anos estar aposentado com 65 anos ganhando 76% da minha renda total como magistrado. Ou seja, vai ser quase o mesmo cálculo do que eu trabalhei 51 anos, porque o meu salário era muito baixo lá atrás.

Então dá com uma mão e tira com a outra. O cidadão que tem direito a 76% poderá abrir o seu *food truck* e ganhar seu dinheiro informalmente sem recolher nada para a Previdência. É isso o que está se propondo. Tem que estimular a permanência do servidor, como forma de reduzir o custo, e não estimular a permanência até a morte, como é o que tem sido feito nesta proposta de emenda.

Com relação às pensões, parece-me ainda outro ponto mais grave, a questão do redutor de 70% para pensionistas. Pensionistas devem ter feito alguma coisa muito grave, porque simplesmente terão a remuneração 70% reduzida acima do teto da Previdência. Além disso, mais a cota de 60%. Ou seja, se ganhava ontem 10 mil reais, a partir de amanhã, vai receber 5 mil reais, exatamente a metade, e vai ter que pagar as mesmas contas que tinha que pagar. Isso é para o servidor público, mas vale também para aquele que está no Regime Geral, inclusive permitindo que se pague pensão abaixo do mínimo, ofendendo a dignidade da pessoa humana. Se o meu cônjuge morreu e ganhava um salário mínimo, amanhã eu vou ganhar 500 reais e vou ter que pagar as mesmas contas.

Outro ponto que nós colocamos, e essa é uma dúvida, apenas para contribuir com essa situação, é a questão da previdência privada, vendida para muitos como a salvação da lavoura. Não discordamos que é uma opção. Inclusive os últimos magistrados da Justiça Federal que passaram no concurso já entraram nessa nova regra da previdência complementar. A pergunta que se faz é: é um benefício programado para a sua aposentadoria? Vamos programar para 60 anos. Eu pago uma parte, e o Governo paga outra parte. Ótimo. Eu tenho um aporte interessante. O mesmo que eu pago o Governo também paga. Porém, se que tiver um acidente de carro amanhã, quem vai pagar? Eu estou ganhando um salário de juiz, amanhã



eu passo a receber 5 mil e 300 reais, que é o teto da Previdência, e não tenho nada na previdência privada, não tenho auxílio acidentário. A Previdência privada não cobra acidente. Como é que fica isso?

Se eu continuar pagando mesmo depois de aposentado, o Estado vai dar a contribuição dele também? Essas perguntas não são respondidas.

E ainda há a questão da aposentadoria pela incapacidade permanente, criando-se a reabilitação para todos agora, para o regime próprio, ou seja, para os servidores públicos, e elimina o caráter de aposentadoria integral para aqueles que sofrem alguma doença grave, como câncer, AIDS, doenças incapacitantes. Azar o seu, amigo. E se vira! Essa é a mensagem que nós temos. Você vai receber 51% mais um que você contribuiu. Se você contribuiu 5 anos, 55 anos. No momento em que o cidadão mais precisa de apoio, ele é abandonado. A nosso ver, aqui morre o caráter social da Previdência. Se havia algum princípio da solidariedade que efetivamente tinha que ser garantido, era esse ponto.

Todos esses pontos, senhores, trazem um impacto financeiro importante no rombo da Previdência. A nossa pretensão é que cada um desses pontos, que são os mais gravosos, digamos assim, tivesse efetivamente a resposta de um impacto atuarial. Quanto gasta a Previdência hoje com essas aposentadorias de pessoas que sofreram moléstias graves? Quantas pessoas estão acumulando pensão e quanto isso vai impactar? Infelizmente esses dados não temos.

A AMB, de modo geral, se manifesta contra a proposta da forma como ela está e impugna pela abertura desses dados para que possamos contribuir com um caminho, uma proposta que seja viável e saudável para a futura Previdência e as futuras gerações.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Nós agradecemos as palavras ao Dr. Marcos da Cunha Araújo, representante da AMB.

Está havendo votação nominal, mas vamos prosseguir, porque estamos muito atrasados. É melhor irmos fazendo um revezamento, senão, não terminaremos nunca. Alguns já votaram. Vários partidos estão em processo de obstrução. Fica a critério de cada um.



Passo a palavra ao Coordenador-Geral de Estatística, Demografia e Atuária do Ministério da Fazenda, Alexandre Zioli Fernandes.

O SR. ALEXANDRE ZIOLI FERNANDES - Boa tarde a todos. Vou tentar ser breve para recuperar um pouco do tempo na minha apresentação.

(Segue-se exibição de imagens.)

Primeiro eu gostaria de destacar um aspecto importante da Previdência Social, que está no art. 3º da Lei 8.212, de 1991, só para lembrar:

“Art. 3º A Previdência Social tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, idade avançada, tempo de serviço, desemprego involuntário, encargos de família e reclusão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.

Parágrafo único. A organização da Previdência Social obedecerá aos seguintes princípios e diretrizes:

a) universalidade de participação nos planos previdenciários, mediante contribuição;”

Eu quis dizer isso porque aqui nós temos os dois aspectos que eu julgo serem os mais importantes para estarmos atentos em relação à Previdência Social, que é a questão dos beneficiários e a dos contribuintes.

Os contribuintes contribuem para que essa contribuição possa pagar os benefícios dos beneficiários. Essa é a forma como está estruturado o nosso regime de repartição, em que os inativos recebem o pagamento que vem das contribuições dos ativos.

Vejamos primeiro o lado dos beneficiários. Essa é a quantidade de benefícios que foram emitidos no mês de dezembro de cada um desses anos listados. Esses são dados administrativos e não projeções, esses são valores efetivamente realizados.

Vamos observar o quanto esse estoque evoluiu de 2005 para 2010 e 2015, principalmente no caso das aposentadorias. Em 2005, elas passaram de 13 milhões e 200 mil para 18 milhões e 600 mil, em 2015. O total de estoque de benefícios passou de 21,2 milhões para 28,3 milhões. Foi um crescimento bastante expressivo.



Em 10 anos, as aposentadorias cresceram 41%, enquanto o estoque cresceu 34%. Para um período de 10 anos, é uma taxa de crescimento bastante alta.

Agora vamos observar o outro lado, o das contribuições. No mesmo período, de 2005 a 2015, nós temos duas formas de verificá-las. Primeiro pela média da quantidade de pessoas que contribuíram em cada mês; segundo, ao longo do ano, pela quantidade de pessoas que realizaram ao menos uma contribuição para o regime. São dois pontos diferentes, porque existe muita rotatividade da mão de obra. Algumas pessoas contribuem e param de fazê-lo, mas há um grupo de 75% que consegue contribuir o ano completo. Nesse caso, nós temos o número médio, que é o que efetivamente sustenta o sistema — as contribuições mensais.

De 2005 a 2015, passamos de 32,5 milhões para 53,5 milhões de contribuintes. O aumento foi mais expressivo ainda, de 65%. Se nós considerarmos os que realizaram ao menos uma contribuição no ano, nós passamos de 45 milhões para 70,1 milhões de contribuintes. São números muito expressivos.

Por que cresceu tanto? Cresceu muito mais do que o estoque de benefícios. Isso aconteceu por três motivos. O primeiro motivo foi o aumento da formalização da mão de obra no período, ou seja, houve mais pessoas trabalhando com carteira assinada. O segundo motivo foi a criação de novas categorias de contribuintes na Previdência Social, principalmente voltadas àquelas de baixa renda, que é o caso dos planos simplificados de Previdência, que contribui com uma alíquota menor.

Também existe um terceiro fator, que é mais oculto, menos conhecido, mais restrito aos demógrafos, que é a questão do bônus demográfico. O Brasil ainda está passando por um bônus demográfico, em que a população em idade ativa cresce mais do que a população jovem ou a população idosa. Esses três fatores fizeram com que nós tivéssemos esse resultado.

Em princípio, olhando para um sistema de repartição simples, isso é muito bom, mas na prática nós vamos ver que nós temos um problema potencial aparecendo. É um problema que vai começar a tomar força num período razoavelmente curto de tempo.

Sintetizando, então, essas duas informações, contribuintes e beneficiários, nós podemos estabelecer o que nós chamamos de razão de dependência entre contribuintes e aposentados. Nós podemos até fazer englobando todos os



benefícios, mas fica mais fácil focar nas aposentadorias. É um benefício único, uma pessoa não pode ter mais de uma aposentadoria. Então, quando nós falamos de aposentadoria, nós também estamos falando de pessoas.

Ao longo desse período de 2005 a 2015, nós saímos de uma média de 2,5 contribuintes por aposentados. Esse número vai crescendo e em 2014 chega a 3,0; no ano de 2015 há uma queda, cai para 2,9. Se considerar aqueles contribuintes que fizeram pelo menos uma vez no ano, sai de 3,4, chega a 4,0 em 2013, e depois começa a cair. Essas quedas estão muito ligadas a um fator de mercado de trabalho, uma questão conjuntural.

Nós temos os gráficos mostrando exatamente essas cores: o azul, que é da média, e o vermelho que é da quantidade total de contribuintes no ano. Reparem que veio crescendo, como eu falei antes. Nós tivemos um ponto de inflexão, uma pequena queda que não deu nem para ver no número, mas que ocorreu. Quando chega a 2013 e 2014, essas quedas se acentuaram. Volto a dizer que são dados de exames estatísticos, não são projeções nem nada. Nesses dois períodos, nós tivemos uma queda nessa relação entre contribuintes e aposentados.

Esse é o resultado primário da Previdência Social, do RGPS. São dados financeiros que saíram do fluxo de caixa. Comecei em 2006, que era o ano mais recente que eu tinha disponível, até 2016. A arrecadação líquida são contribuições para pagamento dos benefícios e o valor da despesa com os benefícios previdenciários.

Nós tivemos o resultado primário negativo em todos os anos, considerando a arrecadação líquida menos os benefícios. É o conceito. O resultado primário negativo nem sempre foi crescente. Reparem que em 2007 para 2008 houve uma queda, reduziu-se! Mas em 2009 esse resultado primário voltou a aumentar. Vai aumentando. Nem sempre esse resultado é crescente. Há momentos de melhoras. Há melhorias aqui. Nós temos uma melhoria pontual. De 2008 para 2009, voltou a crescer. Saiu de 36 bilhões para 42 bilhões negativo.

Quando nós chegamos a 2013, 2014, 2015 e 2016, o resultado realmente explodiu. Reparem que nós tivemos crescimento no resultado primário mais preciso. Passamos de 56 bilhões para 85 bilhões e 150 bilhões praticamente, exatamente no final.



Reparem que existe uma forte correlação entre esses resultados e esse gráfico aqui. Olhem só o que aconteceu no ano de 2008 para 2009, quando nós tivemos uma queda nessa razão de dependência, coincide exatamente com essa piora no resultado. Exatamente no mesmo ponto, há uma piora no resultado, porque essa razão de contribuintes e aposentados teve uma redução, piorou o resultado. Depois o resultado volta a melhorar, volta a estabilizar. Ele volta a cair forte no final. O que aconteceu no final? Exatamente isso.

Quando há uma razão de dependência entre contribuintes e aposentados piorando, o resultado da Previdência também tende a sofrer esse impacto. O que está acontecendo aqui? Para ter certeza que eu não estava fazendo análise errada, eu fiz uma correlação. Quer dizer que, quando a razão de dependência melhora, o resultado piora, e vice-versa. Então, ela tem que ser uma correlação negativa e forte.

Peguei as taxas de variações, e realmente a correlação ficou negativa e bastante próxima de 1. Então, realmente existe uma correlação entre essas duas variáveis.

Agora vamos para outra razão de dependência. Não estou mais falando da razão de dependência de ativos e aposentados. Eu estou agora falando da razão de dependência entre o total de pessoas em idade de 15 anos a 65 anos, em relação às pessoas que estão com idade de 60 anos ou mais. Então, eu pego 60 anos ou mais e divido pela quantidade de pessoas em idade ativa. É a razão de dependência total, que é exatamente esse formato aqui.

Quanto mais essa curva cai, melhor para o RGPS. E nós estamos exatamente aqui neste ponto. A tendência é que, quando essa curva começar a subir, que é o fim do bônus demográfico, nós tenhamos uma piora daqueles resultados que nós apresentamos aqui, mas desta vez não é uma piora por questões conjunturais, não é uma piora porque o mercado de trabalho não está respondendo bem. É uma piora porque a população está mudando seu perfil etário. A população está envelhecendo.

Nesse caso, o bônus demográfico vai começar a jogar contra. Acabou o bônus demográfico na verdade. Vai virar o ônus demográfico. E com isso vai-se exercer uma pressão muito mais forte nas contas do RGPS, por um lado, ao reduzir



a quantidade de pessoas que estão contribuindo, em valores absolutos. Com isso se reduz a massa salarial e se reduz então a base de contribuição para a Previdência. Arrecada-se menos. Por outro lado, sempre tem cada vez mais pessoas entrando em benefício que estão atingindo a idade, que estão aumentando a despesa com benefício.

Eu vi que as pessoas atualmente se aposentam com uma idade muito próxima a 60 anos. Vejam que tempo de contribuição a idade média é 55 anos; aposentados por idade é um pouco menos de 61 anos; e invalidez é 52 anos. Vamos fatiar a nossa população em dois grupos: um que vai de 15 a 59 anos, que são os que contribuem, e de 60 para frente, que são os que entram em aposentadoria.

E fiz essas contas com base nos dados de projeção populacional do IBGE. O IBGE tem a projeção populacional até 2060. A nossa situação hoje é esta aqui: 134 milhões de pessoas com 15 anos ou mais, praticamente 25 milhões ou mais com 65 anos ou mais. Em 2030 essa quantidade de pessoas na idade contributiva vai passar para 142 milhões, vai crescer 5,9%. Já as pessoas com 60 anos ou mais vão passar de 25 milhões para 41 milhões e meio, vão crescer 66%. Esses são os dados do IBGE e estão disponíveis no *site*. Acho que aqui no Brasil não há ninguém que possa ter mais expertise no assunto para contestar. Em 2060 estão os demais resultados. Eu nem vou tratar de 2060.

Então eu resolvi fazer uma simulação. Se pegarmos essa estrutura etária de 2030, se hoje estivéssemos com essa estrutura etária, como estariam as nossas contas? A arrecadação deveria crescer então 5,9%. Já 60 anos ou mais, eu nem vou considerar os 66%, porque só dois terços aproximadamente da população com 60 anos ou mais têm aposentadoria. Então vou considerar 42,4%. Isso é o que esperamos que vá crescer a despesa do RGPS por conta dessa transição demográfica. Ou seja, em 2030 o resultado primário saltaria de 149,7 bilhões para 344 bilhões. Isso apenas fazendo essa simulação.

Qual é pressão? A pressão é estrutural, não é conjuntural. A quantidade de pessoas que estão em idade de contribuir proporcionalmente cresceu muito pouco, cresceu 6%. A quantidade de pessoas que estão em idade para se aposentar



cresceu dois terços, 617%, e aqui nessa conta só considere 42% de crescimento. Ainda coloquei muita gente fora do regime.

Então precisamos melhorar a arrecadação. Por que precisamos melhorar a arrecadação? Porque a despesa é contratada, dívida da Previdência com o segurado beneficiário. Imaginem a situação, uma vez que o benefício é concedido, ele passa a ser dívida do RGPS com essa pessoa enquanto ela viver. É diferente de contribuição, que depende de a pessoa estar exercendo uma atividade. A pessoa está trabalhando, contribui. Se houver uma crise, essa pessoa perde o emprego, não tem condições de contribuir, ou então consegue um novo emprego ganhando menos, vai contribuir com um valor menor. A arrecadação está ligada a fatores de mercado também, ela sofre risco de mercado, ela está sujeita ao problema conjuntural, mas ela também tem a questão estrutural, só que a conjuntural fala mais forte. Já a parte de benefícios não, é dívida contratada. Mas então vamos tentar melhorar a arrecadação, já que o benefício já está certo, essa parte de benefício é dívida contratada.

Vamos fazer simulação, vamos aumentar a arrecadação. Vamos falar então que conseguimos aumentar em 20% a arrecadação, com ganho real. Está aqui. Aumentei, passei para 20% a arrecadação. O que aconteceu com o resultado? O resultado primário ficou negativo, passando de 149,7 bilhões para 293,5 bilhões. Não adiantou nada aumentar 20% na arrecadação. A situação não se resolveu. Isso significa aumentar a alíquota do empregador de 20% para 24%; isso significa aumentar a alíquota mínima do empregado para 9,6%. Então, se 20% é pouco, vamos passar para 50%. Com um aumento de 50%, o resultado primário foi para 186 bilhões negativos, nível que estamos projetando para os próximos anos. O número, 3% do PIB, continua muito alto — muito alto. E 50% significa uma alíquota de 30% para o empregador e uma mínima de 12% para o empregado.

(Segue-se exibição de imagens.)

Vamos para 100%. Nem assim nós conseguiríamos zerar o resultado primário. Mesmo que passássemos para 100%, o resultado primário continuaria negativo, isso com uma alíquota para o empregador de 40% e para o empregado de 16%. E se a alíquota do empregador fosse de 40%, será que ele ia empregar tantas



peças quanto emprega, com o custo da mão de obra dobrando? Dobrou o valor. Temos um problema a enfrentar. O problema é estrutural.

Por fim, para comprovar o que estou dizendo, volto novamente para os registros administrativos. Isto aqui é a despesa realizada a cada ano. Todos os anos realizamos esta despesa aqui. Aqui estão as variações da despesa. Só que a cada ano os benefícios são reajustados. Eles são reajustados pelo INPC — Índice Nacional de Preços ao Consumidor, mas também sofrem influência da variação do salário mínimo, por causa do piso. Como o salário mínimo normalmente tem ganho real, por conta da lei, nós temos uma conta, uma combinação, e chegamos ao reajuste dos benefícios. Está aqui, esse é o valor dos reajustes.

Reparem que o crescimento da despesa é maior do que o reajuste do benefício. Este valor aqui é o que chamamos de crescimento vegetativo. O crescimento vegetativo é o que aumentou na despesa não porque os benefícios foram reajustados, mas porque entraram novas pessoas dentro do regime, porque aumentou o estoque. Vejam que não é um valor fixo. A cada ano são valores diferentes, mas, se eu tirar uma média geométrica neste período, ela será de 3,8%.

Se eu fosse projetar isso para 13 anos, temos um problema a enfrentar. Estou falando de 2030, porque deste ano até 2030 são 13 anos, e 13 anos para a Previdência é nada. Em 13 anos ainda não terá acabado nem a regra de transição, segundo o proposto na PEC. Então, estamos falando de curtíssimo prazo em termos de Previdência. Em 13 anos, se eu for acumular isto aqui, dá 63,2%. Eu fui muito modesto quando usei na projeção 42,4%. Se formos estender a projeção da taxa de crescimento vegetativo, esse número vai ser muito maior. Então temos um problema a enfrentar.

Mas para que servem, então, modelos de projeção atuarial? Nós temos que projetar, transformar isso em números. Então, tínhamos um modelo de projeção utilizado durante muitos anos. Ele foi desenvolvido há 20 anos e passou por várias pessoas. Cada vez que surgia uma alteração na legislação previdenciária, o modelo era revisto, tentava-se fazer ajustes, havia atualizações pela PNAD — Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Tais atualizações não eram tão simples, por isso, com o passar do tempo, o modelo realmente começou a apresentar alguns problemas de atualização, como o



Sr. Puty colocou. Atualizar era um processo custoso, demorava algum tempo para ser feito, e nunca tínhamos tempo, porque as pressões que sofremos na Coordenação por esses dados são muito grandes, acreditem em mim. Não é um trabalho simples. Nós trabalhamos com muita dedicação, com muito afinco, com muito carinho, mas é virtualmente impossível atender a tudo de forma tempestiva.

Mas o que fizemos? Nós substituímos o modelo. Começamos a usar um novo modelo, que foi desenvolvido para estar focado nos principais problemas do RGPS — Regime Geral de Previdência Social, problemas estruturais, que surgem porque as regras de acesso atualmente permitem aposentadorias com idades precoces; porque algumas pensões ainda podem se estender por um longo período e porque existe a possibilidade de acumulação. Afinal, regras de cálculos e benefícios vão todos pesar em cima de despesas.

E temos também outro problema, o demográfico, que, como eu disse, está na taxa de fecundidade, na elevação da expectativa de vida e na inversão da pirâmide etária dentro do regime de repartição. Então nós temos que enfrentar isso.

Fizemos um modelo de projeção atuarial, desenvolvido recentemente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Um minuto para conclusão, por favor.

O SR. ALEXANDRE ZIOLI FERNANDES - O.k. Estou na conclusão.

Esse modelo vem sendo utilizado para atender às demandas externas, principalmente o RREO — Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o PLDO 2018 — Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias. Ele já foi utilizado no RREO e é o principal instrumento para se avaliar o cenário atual e o cenário da PEC. Estamos usando os dados de registros administrativos e da PNAD de 2014, já visando a sua atualização para 2015 em breve, e usando essas projeções populacionais e tábuas de mortalidade.

Os resultados que nós obtivemos nesse novo modelo estão aqui e estão bem mais alinhados com a situação atual. A despesa projetada para 2060, pelo cenário atual, é de 16,7% do PIB; com as regras propostas na PEC, haveria uma queda para 8,9% do PIB.

Já a receita, segundo o cenário-base atual, está projetada para 5,6% do PIB em 2060 e, pelas regras da PEC, subiria para 6,6% do PIB em 2060.



Por outro lado, o resultado primário, o déficit previdenciário, que estaria estimado em 11,1% do PIB em 2060, passaria, com a PEC, para 2,3% do PIB em 2060.

Era isso. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Gostaria de agradecer ao Prof. Alexandre Zioli Fernandes, Coordenador-Geral de Estatística, Demografia e Atuária do Ministério da Fazenda.

Vou passar a palavra imediatamente ao nosso último debatedor e pedir ao Deputado Thiago Peixoto que assuma momentaneamente a Presidência, porque vou registrar minha presença no novo painel e retornar em seguida.

Passo a palavra ao Dr. André Calixtre, que representa aqui o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA.

O SR. ANDRÉ CALIXTRE - Bom, eu agradeço o convite.

Primeiramente, eu não estou representando o IPEA; sou técnico do IPEA. Vim aqui dentro de minhas atribuições institucionais e funcionais, mas não como representante institucional. É importante esclarecer isso.

Na verdade, a minha apresentação vai ocorrer na manhã de amanhã e será sobre financiamento no sistema previdenciário. Inclusive, convido todas as Sras. e os Srs. Deputados que puderem a me honrarem com sua presença na apresentação que eu farei amanhã, que também configurará uma discussão sobre a reforma. Digo isso porque eu tenho uma interpretação da reforma da Previdência que poderia atacar mais o lado da receita do que o lado da despesa.

Um comentário rápido sobre as apresentações. Eu acredito que esse sistema, as projeções de longo prazo, não faz parte de uma ciência exata. Isso é o que eu vou tentar demonstrar aqui. Existe grande dispersão, grande variabilidade, que é controlada pela estatística, mas não estamos falando aqui de uma verdade matemática, de uma projeção... principalmente em projeções de longuíssimo prazo.

Existem inúmeros fatores, muito mais relativos à economia e menos à demografia, cuja volatilidade e variabilidade alteram a capacidade de se projetar para 2059 uma despesa, por exemplo, de um regime complexo como o RGPS, e essa projeção de fato acontecer em 2059.



Mas isso significa que as projeções não são importantes? Não, evidentemente. Uma projeção serve para balizar decisões. Ela é importante porque define os limites e as possibilidades de cada trajetória.

Eu estou aqui em substituição ao Prof. Solon, porque, em decorrência das manifestações massivas que ocorreram na cidade, ele não conseguiu embarcar no aeroporto. Para que não se perdesse a oportunidade de apresentar o trabalho dele, eu vim substituí-lo nas suas exposições.

Uma das questões que ele apresentaria nesta audiência diz respeito a uma parte do documento lançado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos — DIEESE e pela Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil — ANFIP na segunda-feira. Refiro-me à segunda parte de um documento que resultou de um esforço coletivo empreendido por vários especialistas da área, não só da Previdência, mas também do Desenvolvimento Social, no sentido de questionar a reforma da Previdência. Trata-se de *A Previdência Social em 2060: As inconsistências do modelo de projeção atuarial do governo brasileiro*, cuja primeira parte foi apresentada aqui pelo Sr. Puty.

Inclusive, pegando a parte que o Sr. Puty não conseguiu apresentar aqui, já observo que, ao final do estudo organizado por Claudio Puty e Denise Gentil, os autores utilizam aqueles parâmetros para estimar o modelo a partir dos parâmetros oficiais do Governo. Não é o modelo de projeção atuarial oficial; mas uma aplicação dos parâmetros da LDO de 2017 para demonstrar como se dariam as projeções.

Só para terminar o raciocínio do Sr. Puty, observo que todo aquele modelo pode chegar a um modelo de receita/despesa/resultado, como é o modelo de projeção. Só que ele tem uma peculiaridade em relação ao modelo oficial — na verdade, são dois fatores, duas peculiaridades, que eu acho bastante importantes: primeiramente, ele incorpora uma mudança na produtividade ao longo do tempo, e, em segundo lugar, ele incorpora uma mudança na taxa de formalização no mercado de trabalho ao longo do tempo.

Por que isso acontece? Olhem, eu acho que o Sr. Zioli colocou muito bem, a questão da demografia é o que dá a estrutura das mudanças da Previdência no longuíssimo prazo. Tanto que os estudos anteriores ao modelo novo, os estudos oficiais dos modelos anteriores, por exemplo, do ano passado, mostravam que,



independentemente da regra que se tivesse, fosse ela idade mínima progressiva, idade mínima fixa, ou 85/95 progressiva, o gasto do Regime Geral de Previdência Social — RGPS dobraria nos próximos anos, até 2059. Nós sairíamos de um gasto da RGPS de 7% para 14%, 15% ou 17%.

Por que agora os modelos estão dando estabilização, como eu passei rapidamente aqui na proposta? Finalmente, agora tomamos conhecimento do novo modelo oficial, que já vem sendo construído há muito tempo. Mas por que ele estabiliza o gasto? Porque ele está combinando mudança na regra de idade mínima com mudança na regra de benefícios. O modelo faz as duas coisas: ao mesmo tempo em que aumenta a idade mínima de acesso ao sistema, ele muda a média de cálculo, incorporando a regra dos 75% para 25 anos, e 100% para 49 anos, acima do salário mínimo. Além disso, ele tem uma série de outros pontos que vai endurecendo o caráter da proposta, permitindo, assim, uma projeção de gasto estável a 8% do PIB, ou 8,5% do PIB, até 2059, algo muito difícil de ser feito, como bem coloca o Sr. Zioli, por causa da questão estrutural da demografia brasileira.

Agora, há outra questão da estrutura da demografia brasileira que não está incorporada nesse modelo. Ela é muito difícil de incorporar mesmo e constitui um desafio para quem pensa em modelos de projeção.

Primeiramente, cabe uma pergunta muito simples para os senhores: os senhores acham que uma pessoa de 65 anos de idade vai ser considerada idosa em 2059? Esse é o primeiro ponto. Uma pessoa de 65 anos de idade era idosa em 1910? Qual era a expectativa de vida em 1910? Qual vai ser a expectativa de vida em 2059?

Ou seja, o cálculo que se faz sobre a mudança da razão de dependência dada pelos inativos sobre os ativos estabelece uma idade considerada de inatividade fixa ao longo de um tempo muito longo na história.

Sabemos que a idade produtiva do homem tem-se alterado sensivelmente ao longo do século XX e vai continuar se alterando. Com certeza isso não se dará na mesma velocidade em que ocorreu no século XX, mas mudará a capacidade desses atores. Em 2059, ao ingressarem com 65 anos, os atores não necessariamente serão considerados idosos ou estarão fora das suas capacidades laborais. O prazo de tempo é muito longo.



O que isso quer dizer? Que, no período de tempo que temos de 2017, em que estamos hoje, até 2059, haverá um espaço muito maior para crescimento da produtividade do que de fato está sendo considerado, porque a capacidade laboral da massa de trabalho vai aumentar.

Além das mudanças na produtividade, ocorrerá outra mudança muito importante, que diz respeito a outra pergunta simples que temos de fazer, considerando-se demografia e mercado de trabalho: os senhores acham que uma pessoa de 40 anos de idade aceita trabalhar sem carteira assinada? É muito mais difícil uma pessoa nessa idade aceitar trabalhar nessas condições do que um jovem com idade entre 20 anos e 25 anos, que constitui a maioria da população em idade produtiva hoje existente no Brasil. Lá para a frente, a maioria da população em idade produtiva vai estar na faixa de idade de 40 anos, 45 anos, 50 anos.

Ou seja, há uma pressão para que a formalização da economia aumente ao longo do tempo. Isso não está contabilizado no modelo e muda sensivelmente a capacidade de previsão do modelo, porque as receitas têm um comportamento muito próximo do movimento da massa salarial — e a massa salarial que contribui para a Previdência é a que conta, e não me refiro só ao mercado formal, mas ao mercado formal somado àqueles que têm acesso ao sistema previdenciário mesmo no mercado informal.

Nos últimos 13 anos, saímos de uma taxa de informalidade do mercado de trabalho de 50% para 40%. Nosso mercado de trabalho ainda é extremamente precário. Há um espaço muito grande para, em vez de estabelecermos uma proposta que vise alterar a estrutura de despesa como uma análise estática do modelo, fazermos uma proposta com base em um pacto de crescimento com desenvolvimento e diminuição de informalidade.

Isso teria um impacto muito maior sobre a estrutura de financiamento da Previdência, que poderia ou não poderia compensar, mas certamente amenizaria o problema estrutural da demografia. Esse problema existe, mas, ao longo da história, vai levando e trazendo questões que modificam os seus parâmetros.

(Segue-se exibição de imagens.)

Inclusive, a modificação dos parâmetros aparece nos próprios modelos. Por exemplo, utilizando o modelo que o Sr. Puty apresentou, que não é oficial, mas tem



base nas referências do Governo, observamos que ele projeta para 2050, na linha cinza, um resultado financeiro da RGPS de 1,5 trilhão de reais negativo. Se nós incorporarmos um crescimento da produtividade de 0,5% somado a 0,5% de crescimento da taxa de formalização ao longo do ano — vamos imaginar que a formalização vá crescer 0,5% de ano a ano, na média, até 2059 —, esse déficit cai de 1,5 trilhão de reais para 500 bilhões de reais, isso na nossa projeção, que não é a mesma que foi apresentada aqui. Em vez disso, se colocarmos uma produtividade média de 1,5%, equivalente a 1%, por exemplo, de crescimento da taxa de formalização, esse sistema já começa a ser superavitário no longo prazo, pela própria lógica de incorporação da mão de obra produtiva ao financiamento do regime da Previdência.

Há ainda o cenário otimista. Esse é o cenário moderado. Eu nem vou colocar o cenário otimista porque ele já pressupõe um crescimento da produtividade de 3%, que já é um cenário bastante otimista.

Então, é isto: se incorporarmos variáveis estruturais da mudança do perfil demográfico e os impactos desse perfil demográfico na produtividade e na estrutura do mercado de trabalho, a forma de fazer as projeções muda.

Por que isso vai mudando? Porque os modelos de projeção de longo prazo são muito afetados pela conjuntura de curto prazo da economia, por mais que haja o elemento estrutural que defina o comportamento, principalmente depois que a razão de dependência começa a crescer. Existe uma relação muito forte entre a questão demográfica e o comportamento dos modelos.

Vejam que o Prof. Solon pegou todas as projeções das LDOs de 2002 a 2017 em relação à necessidade de financiamento do RGPS, e vejam a variabilidade das projeções.

Há uma dispersão muito grande, afetada pela mudança dos parâmetros, que afeta a projeção dos próximos anos, em menor grau, e dos anos mais largos, em muito maior grau. Essa é uma questão que, inclusive, tem a ver com a perda de capacidade do antigo modelo de prever variações conjunturais. Isso também está relacionado com as próprias dificuldades do modelo antigo, que, eu espero, foram solucionadas no modelo novo apresentado aqui.



Aliás, pelo que eu pude ler, nós temos aqui, sim, o modelo apresentado. Pelo que eu vi, as equações estão aqui, estão abertas; o que não está aqui são os microdados. Nós precisamos ver até que ponto se poderia... Então, ótimo, se os parâmetros estão dentro, com os microdados, então, é perfeitamente possível uma análise técnica, uma auditoria dentro do modelo apresentado. É importante dizer isso. O que está aqui é um modelo de projeção completo, pelo que eu pude ver.

É importante mostrar que fazer projeções não é uma ciência exata, é extremamente complicado, e os técnicos têm que alertar os tomadores de decisão para o fato de que não se trata de uma ciência exata, e de que o que nos cabe fazer são escolhas em relação ao nosso futuro, porque há elementos que põem dúvidas em relação à acurácia de um modelo, qualquer que seja esse modelo.

O Prof. Solon, a partir da constatação de que havia grande dispersão entre os modelos de projeção oficiais Ele montou um modelo estatístico para tentar estimar com relação ao crescimento do PIB e os intervalos de confiança probabilísticos dentro dessas projeções Ele quer saber o seguinte. Nós vamos projetar o PIB até 2060? Eu quero saber qual é a chance de a gente errar na nossa projeção, dado o comportamento do PIB no passado e a capacidade desses modelos de prever o comportamento do PIB, como foi no passado.

Isso é uma abordagem completamente distinta do problema, mas que qualifica o problema. Temos aqui a LDO de 2017. O Prof. Solon pega os dados do projetado pela LDO de 2017, faz uma extrapolação simples, a partir dos dados anteriores, e começa a inferir os intervalos de confiança. Então, com 50% de chance de acertar o PIB, em 2060, eu teria que imaginar aqui em trilhões de reais que o PIB, em 2060, vai estar entre 16 e 20 trilhões, são 4 trilhões de diferença, isso com 50% de chance de acertar. Se eu jogar uma moeda é a mesma chance de eu acertar o modelo de projeção, e, se chutar algo dentro desse intervalo, eu tenho 50% de chance de acertar. Então, vão ser 17 trilhões. O que sair coroa vai ser 18. Tenho a mesma chance do que fazer um modelo de projeção.

Se eu diminuo o intervalo ou aumento o grau de confiança, os intervalos sobem consideravelmente. Se eu chego a 99% de confiança, ou seja, praticamente não teria a chance de errar, o PIB projetado, em 2016, teria que estar entre 10 trilhões e quase 30 trilhões, ou seja, nós estamos trabalhando com uma ciência não



exata, uma ciência estatística. Nós estamos estimando projeções do PIB com grau de confiança bastante pequeno, com uma chance muito grande de errar.

Os modelos anteriores têm mostrado isso pela própria dispersão nas LDOs dos modelos de projeção. Uma coisa muito simples é pegar os parâmetros estimados no modelo, aqui apresentado pelo Zioli, que a massa salarial está dando como crescimento de 9.3% em 2017. Esse parâmetro é completamente diferente da LDO de 2017, já mudou, vai mudar na próxima e mudou em todas as outras. Os parâmetros afetam as condições de previsão do modelo. Então, não é verdade.

O Deputado Arlindo Chinaglia disse que os modelos atuariais não mudam muito. O atuarial, sim, porque o cálculo de fluxo de fato tem um comportamento estrutural muito forte. Agora, os parâmetros econômicos afetam muito com relação aos ciclos. E o Prof. Puty colocou muito bem as diferenças entre você estimar um modelo em 2008, com base na PNAD de 2008, que é antes da crise, e o modelo na PNAD de 2009, tendo em vista que estávamos enfrentando uma crise financeira internacional. É o primeiro ano que tem aquele vale.

Então, essa é a contribuição do Prof. Solon, que é muito interessante, para este debate que temos que fazer. E o debate tem que sair do Fla-Flu, porque a discussão sobre projeção no modelo de Previdência não envolve uma conta de chegada até 2059. Eu não acredito que estamos, de fato, propondo isso. Não é possível. Nós não estamos propondo mais conta de chegada. Ninguém aqui tem o modelo que vai dizer com 100% de chance que nós vamos chegar ali. Nós temos que fazer escolhas com relação ao modelo de sustentação da Seguridade Social. Isso envolve recursos públicos e não envolve só a capacidade contributiva das pessoas. Em outras palavras, nós temos que discutir necessidades de financiamentos do sistema.

Olhem só que interessante isso aqui. Usando a mesma projeção, só que com outra com base de comportamento, não é a mesma análise do comportamento do PIB, ele pega análise do RGPS e faz a mesma coisa. Vamos estimar os intervalos de confiança com base em uma extrapolação normal da série, com base na projeção da LDO de 2017, aqui é só olhando Receita, e os intervalos de confiança. Vejam que a projeção da Receita da LDO de 2017, está, num intervalo de confiança, no extremo superior de 95% de chance de acertar em 2025.



O que eu estou querendo dizer com isso? Isso pode ser entendido que há, sim, uma superestimação da Receita, que é exatamente o que acontecia nos Orçamentos anteriores, e foi o que aconteceu quando eclodiu a crise. Havia uma superestimação muito grande de receitas na formação do Orçamento.

A nossa incapacidade de prever ciclos de recessão — e isso está relacionado com a volatilidade das receitas, principalmente as receitas relacionadas à Seguridade Social aos ciclos econômicos — levou a um colapso dos modelos de previsão, não só o do previdenciário.

A despesa, por outro lado, está acima de todos os intervalos de confiança da extrapolação simples da série de despesa do RGPS, ou seja, tanto receita quanto despesa, segundo o Prof. Solon, são superestimadas no modelo anterior, mas a despesa é muito mais superestimada do que a receita.

Ele faz a mesma análise, mas agora por resultado, pelo fato de haver uma superestimação maior da despesa do que da receita, quando se projeta — aqui está projetando para 2025 —, dentro dos intervalos de confiança, a projeção do déficit em relação a uma extrapolação simples da série. Ela está muito mais além dos intervalos de confiança desse comportamento anterior, que é simplesmente o resultado dos outros dois gráficos.

Se há uma superestimação da despesa muito além da receita, ainda que ela seja superestimada, o resultado geral será muito superestimado.

Então, essa é a contribuição do Prof. Solon. Na verdade, o meu papel aqui é mais de divulgador do que propriamente autor desses dados, mas todo mundo pode encontrar esse documento apresentado pelo Prof. Puty, assim como está a proposta apresentada pelo Governo, com um modelo inteiro aberto, para quem quiser auditar e contrapor.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Agradeço ao Prof. André Calixtre, Pesquisador do IPEA — Instituto que tem longa tradição de formulação e estudos na área previdenciária.

Sem me alongar, passo a palavra, imediatamente, para o Relator, Deputado Arthur Oliveira Maia.



O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores palestrantes desta audiência que trata de um dos temas mais esperados desta discussão, que é justamente a avaliação que pudemos fazer dessa projeção, da nossa dificuldade com o déficit público, com os déficits previdenciários. É evidente que os dados aqui trazidos pelo Dr. Alexandre Zioli são muito assustadores. A palavra correta é essa. São números realmente assustadores.

Se mudarmos a contribuição, que hoje está em torno de 28%, para 50%, ainda assim chegaremos, em 2030, com um déficit maior do que o que temos hoje — e isso é um dado objetivo, a julgar pela projeção demográfica do País —, ficaremos todos realmente bem mais preocupados do que estamos hoje.

É obvio que os dados que o senhor apresenta, como estatística da demografia atuarial do Ministério da Fazenda, podem ser um tanto mais exatos do que o do IPEA, apesar da palestra apresentada por último, mostrando que existem variantes e variáveis e que essas variáveis decorrem naturalmente da expectativa de projeção de um PIB, que naturalmente não pode ser precisado.

Nós, por exemplo, não imaginávamos que essa política desastrosa, que foi feita no Brasil nos últimos 13 anos, acarretaria um prejuízo tão dantesco como o que aconteceu. Nós perdemos 8% do nosso PIB nos últimos 3 anos, e isso significa mais do que todo o Produto Interno Bruto de mais de uma centena de países. Mais de uma centena de países tem uma economia menor do que 8% do PIB brasileiro. Nós perdemos uma economia de Cuba inteira. Enfim, tivemos uma situação realmente assustadora nesses últimos 3 anos. É óbvio que ninguém poderia prever uma situação como essa, nem os mais pessimistas acreditariam que, com toda irresponsabilidade com que foi conduzida nossa economia, chegaríamos a uma situação como essa.

Então, os dados apresentados pelo IPEA têm uma possibilidade de variação bem maior do que os dados que V.Exa. traz aqui referente à nossa população. Nós sabemos, pelas estatísticas, quantos idosos teremos, em 2030; quantas pessoas vão nascer até 2030; quantas pessoas estarão com tal e qual idade a partir de 2030, porque, em relação ao nosso crescimento populacional e à radiografia da nossa sociedade, do ponto de vista etário, não há maiores surpresas, a menos que



houvesse uma guerra ou coisa desse tipo, que não está certamente em voga nem pode ser considerada essa hipótese no Brasil.

Então, diante disso, temos uma situação muito interessante. De um lado, a nossa realidade demográfica, mostrando que o quadro é da mais extrema gravidade — e eu saio, depois da palestra do senhor, muito mais preocupado do que antes —; de outro lado, segundo a apresentação do IPEA, apesar das possibilidades de variação, todas elas também são muito ruins para a expectativa que temos em relação ao futuro, considerando as regras previdenciárias brasileiras.

Se não bastasse o fato de haver um déficit da Previdência assustador, se não bastasse o fato de termos aqui uma projeção demográfica assustadora, o Brasil, além de todas essas variáveis, ainda tem regras que são absolutamente inusitadas no mundo atual.

Quando observamos que o critério de aposentadoria por tempo de contribuição só existe no Brasil — e no Equador, em dois ou três países do norte da África e em dois ou três países do Oriente Médio — e temos ainda aqui pessoas se aposentando com 40, 50 anos, isso é realmente assustador, é aterrador.

Estamos, portanto, diante de uma sessão em que fica muito evidente a necessidade de avançarmos no sentido de proceder à reforma da Previdência.

Estamos hoje aqui na 10ª audiência pública. Nós teremos, ainda, durante a semana que vem, mais três audiências públicas e mais outra audiência na outra semana, e deveremos, pelo calendário aqui estabelecido pelo Presidente Deputado Carlos Marun, encerrar nosso ciclo de debates, de audiências públicas, no dia 28 deste mês. Portanto, estamos nos aproximando dessa data e concluindo, portanto, essa parte de debates. A partir de então, estamos, obviamente, prontos para apresentar o nosso parecer.

Ontem, foram apresentadas 146 emendas à PEC. Das 146 emendas, 42 foram rejeitadas pela Secretaria da Mesa, por vários motivos. A maioria delas porque não tiveram número suficiente de assinaturas e, por isso, foram afastadas. Nós temos 104 emendas que foram apresentadas. A nossa Consultoria já está dividindo em blocos que estão vinculados a assuntos. Naturalmente, são temas dos mais variados que tratam desse aspecto. Obviamente, a partir das emendas que foram apresentadas, vamos estabelecer com aqueles que fizeram as emendas os



entendimentos, as conversas, no sentido de construir alternativas para aprimorarmos o texto.

Por óbvio, depois dessas duas reuniões que tivemos, a de ontem e a de hoje, a de ontem, pelos exemplos internacionais, vimos que não existe nenhum país — pelo menos entre aqueles que estavam representados aqui ontem — que preserve a integralidade como regra para pagamento de aposentadoria. Os companheiros da Oposição indicaram expositores brilhantes, entre eles o ex-Ministro da Fazenda do Chile, que disse que no país dele a correspondente aposentadoria é em torno de 53% do salário.

Entre os países que estiveram ontem aqui, nenhum país tem alguma regra de aposentadoria que não seja baseada na idade mínima. Todos tem uma idade mínima de aposentadoria. Todos eles. Nós vemos que estamos realmente na contramão da história. Será por acaso que o Chile está em condições melhores do que o Brasil? Às vezes, as pessoas falam que a comparação é com outros países, mas não é o caso.

Nós estamos diante de uma evidência. Aqueles que não quiserem enxergar essa evidência, por motivos políticos, eu entendo, não há problema algum, mas o fato que se coloca diante de nós é assustador. Nós precisamos fazer a reforma.

Eu diria até mais uma coisa: até algum tempo atrás, as pessoas ainda acreditavam, no Brasil, que sempre haveria um jeito de se pagar as coisas, ainda que fosse fazendo algum tipo de gambiarra, de arrumação etc. Muitos acreditavam nisso no Brasil. Portanto, muitos sempre acreditaram que jamais faltaria dinheiro para pagar a Previdência, jamais, que aquilo era absolutamente sagrado e que era impossível nós vermos neste País a interrupção do pagamento de pensões e aposentadorias.

Pois bem, meus amigos, isso já está acontecendo. Já está acontecendo no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais. Não se trata de três Estados que tenham importância menor na economia do nosso País. Pelo contrário, sempre que se fala nos mais importantes Estados do Brasil, coloca-se no meio deles Minas, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, Estados dos mais importantes da nossa Federação. Não há dúvida, sempre foi assim.



Pois bem, Minas, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, neste momento, não estão pagando os seus aposentados — não estão! —, porque a Previdência quebrou, faliu. As pessoas que tinham expectativa e que, ao longo da vida, acreditaram que estavam contribuindo com uma previdência que garantiria seu futuro, simplesmente, perderam essa condição, Deputado Ronaldo Benedet.

Então, estamos diante de um quadro exatamente assim: ou nós fazemos a reforma ou nos depararemos, em breve, com uma condição exatamente igual à desses Estados.

As pessoas aqui falam muito que nós estamos fazendo uma aposentadoria para prejudicar o pobre. Vejam bem, nós estamos fazendo um sistema de aposentadoria, através dessa reforma, para todos os brasileiros — rigorosamente todos os brasileiros. Entre os funcionários públicos, do Presidente da República ao mais humilde servidor do mais humilde Município deste País, todos estarão incluídos no Regime Geral de Previdência Social criado por essa reforma. Do mais pobre contribuinte da Previdência Social ao homem mais rico deste País, todos estarão obrigados a contribuir para o Regime Geral de Previdência Social.

E qual é o limite de pagamento desse Regime Geral de Previdência Social? É de 40, 50 mil, como existe hoje? Não! Não! O limite é de 5.531 reais, que é o teto que hoje nós temos para pagamento de pensões e aposentadorias no Regime Geral de Previdência.

Com relação a esses 5.531 reais, é importante que se diga que 88% das pessoas que estão hoje no Regime Geral de Previdência Social recebem até três salários mínimos, ou seja, recebem a metade desse teto. Três salários vão dar aproximadamente 2.500 ou 2.700 reais, mais ou menos isso. Então, 88% estão nessas condições.

Nós temos uma realidade em que temos que proteger esse tipo de cidadão, porque as grandes aposentadorias, as pessoas que recebem salários de 20 mil, 25 mil, 30 mil, 35 mil reais, que às vezes até ultrapassam o teto constitucional, a partir dessa reforma que estamos fazendo, terão que fazer, se quiserem — se quiserem! —, a sua previdência própria, a sua previdência complementar, porque isso não é uma obrigação do Estado brasileiro.



Outro dia, eu falei — e fui muito criticado por isso — que aposentadoria é subsistência. Quem quiser ter uma renda maior, terá direito a ter uma aposentadoria complementar. Se puder pagar, ótimo, mas nós, aqui, temos que nos debruçar principalmente sobre essa questão da aposentadoria do Regime Geral de Previdência Social.

E, quando eu digo que 88% pagam por essa Previdência de até três salários mínimos, 67% — quase 70% —, ou seja, dois em cada três brasileiros recebem desse Regime Geral um salário mínimo. O que isso quer dizer? Isso quer dizer que 67% dos brasileiros que estão no Regime Geral terão que contribuir com a Previdência não por 49 anos, o que alguns aqui, de maneira absolutamente falsa, tentam dizer que é o quanto se precisa para se aposentar neste País. Isso é uma mentira. O prazo para uma pessoa se aposentar, estipulado pela PEC, é de 25 anos, e quem recebe o salário mínimo só terá que contribuir 25 anos — 10 anos a menos do que é hoje. E isso vale para 67% daqueles que estão no Regime Geral de Previdência. É a grande maioria dos brasileiros. A grande maioria dos brasileiros terá que pagar a Previdência durante 20 anos.

Agora, é verdade que essa previdência combate os supersalários — o que outros governos não tiveram coragem de fazer —, e combate com força, com coragem. Nós sabemos que, dentro do Regime Geral de Previdência, há um dado estarrecedor: 30% das pessoas, que são justamente os funcionários públicos do Regime Próprio de Previdência Social, recebem 70% do dinheiro. Setenta por cento do dinheiro da Previdência vão para apenas 30% daqueles que recebem aposentadoria neste País, e 30% vão para os outros 70% das pessoas, ou seja, é como se houvesse uma conta assim: três pessoas recebem 7 reais, e sete pessoas recebem 3 reais. Essa é a conta. Essa é a conta que existe na Previdência Social, hoje, no Brasil.

Então, nós estamos aqui nesta Comissão em que estamos estabelecendo critérios para reverter essa regra perversa. A reforma da Previdência é uma necessidade para o Brasil e, acima de tudo, para as pessoas mais humildes nesse País.

Tenho oportunidade de debater com pessoas de boa vontade. Hoje, numa Frente Parlamentar, conversei com o Deputado Givaldo Carimbão. S.Exa., com sua



veemência própria, com sua honestidade no debate, com muita força, como é próprio da sua atividade parlamentar, disse: *“Deputado, eu não aceito que reduza o BPC. É um absurdo diminuir o BPC. Eu não aceito que os militares fiquem fora da reforma e não aceito a questão dos 49 anos”*. Eu disse: *“Carimbão, a questão dos militares você tem todo o direito de debater. Acho que temos, o mais rapidamente possível, apressar o Governo para que envie o projeto dos Militares, mas ainda não a enviaram. Vamos trabalhar com isso. Quero que você me ajude a fazer com que o Governo mande logo. Você está certo”*.

Há dificuldade com relação à questão do BPC. Por que dificuldade? Porque o BPC vale tanto para o deficiente físico como para o idoso, que hoje é 65 anos. Então, se você coloca que o idoso, com 65 anos, pode receber o BPC, sem pagar nada, o outro idoso, que pagou 25 anos para receber o BPC, também vai receber aos 65 anos? Não dá para fazer assim. Eu disse, então, ao Deputado Givaldo Carimbão: *“Vamos conversar, Carimbão. Vamos conversar para construirmos uma solução. Vamos buscar, vamos avançar. Eu quero discutir, quero debater e quero fazer a boa discussão”*.

A questão dos 49 anos, você não está falando como é, porque a questão dos 49 não é para a pessoa se aposentar, é para a pessoa ter 100% de integralidade no salário, o que hoje não existe no Brasil. Agora, quem quiser se aposentar com 25 anos de contribuição pode, e quem quiser se aposentar com 35 anos de contribuição também pode. Claro que quem se aposentar com 35 anos de contribuição deverá ter uma aposentadoria maior do que quem se aposentar com 25 anos de contribuição. Isso é óbvio. E S.Exa. concordou e falou: *“Arthur, V.Exa. está certo. Nesse ponto dos 49 anos de contribuição, é isso mesmo”*.

Eu concordo com a justiça do debate. É assim que se faz o debate. Fico muito orgulhoso quando eu promovo a discussão e venho para cá com esse coração aberto para convencer e para ser convencido. Agora, não me conformo com aqueles que querem fazer do debate apenas um instrumento político, sem considerar dados objetivos e científicos.

Meus caros amigos, quero dizer que esta audiência pública de hoje foi muito importante para mim para a formulação de um juízo de valor. E eu espero que nós possamos avançar.



Hoje, o Deputado Eros Biondini me ligou. Há uma preocupação enorme com as filantrópicas. Desde o começo, eu tenho me manifestado aqui que sou contra a isenção das filantrópicas. O Deputado Eros Biondini, com sua forma mineira de ser, sempre muito jeitoso no falar, disse: *“Arthur, nós queremos, sim, fazer uma proposta para que nós preservemos o dinheiro da Previdência, mas vamos ver também como nós avançamos”*.

É claro que a proposta é muito bem-vinda, Deputado Eros Biondini. Nós temos que exercer aqui a arte da conciliação. Eu parabenizo todos os Deputados que, de boa-fé e de boa vontade, querem construir uma reforma da Previdência que ajude o Brasil.

Estou disposto a interagir com essas pessoas, a conversar, a ceder, defender esse ponto de vista perante o Governo e as bancadas. Mas vamos ter noção do que nós representamos neste momento e da necessidade que temos de salvar a Previdência do caos, que não é um fantasma, é uma realidade concreta, objetiva, que podemos ver hoje claramente no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul.

É com esse sentimento, meu caro Presidente, que eu quero fazer a minha explanação de hoje. E deixo aqui uma pergunta para o Dr. Alexandre Zioli em relação a essa inversão da pirâmide que se imagina que pode acontecer no futuro.

Quero saber de V.Exa. como tem sido a realidade da vida de outros países que já estão em uma condição demográfica mais envelhecida que a do Brasil, do pagamento e do financiamento da Previdência diante dessa inversão da pirâmide demográfica, com pessoas mais velhas em número maior do que pessoas que estão contribuindo com o sistema. É só essa a pergunta que eu queria deixar.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Passo a palavra ao Dr. Alexandre para responder. Ou passaremos para outra rodada?

Eu indago do Plenário se podemos organizar blocos de Deputados. De quantos Parlamentares? Qual é a sugestão? Estão inscritos 19 Deputados. *(Pausa.)*

Falamos todos? *(Pausa.)* Está ótimo.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Talvez, se houver concordância dos demais pares e do Presidente especialmente, sugiro três blocos. Eu creio que,



assim, podemos dar oportunidade para aqueles que falarem posteriormente se aproveitarem inclusive das respostas que serão dadas pelos componentes da Mesa. Para agilizar, acho que não é necessário todos responderem a todas as perguntas. É uma maneira de cada Parlamentar poder escolher, sem prejuízo de um debate amplo, a quem perguntar e o que perguntar, porque nós estamos errando ao perguntar duas vezes.

Primeiro, ouvem-se todas as perguntas. Aqueles que antecederam a eles terão muito pouco tempo para responder, e nós não conseguimos finalizar muitas das dúvidas. Então, se, ao perguntar, nós nos esforçássemos para dizer: “*Quero perguntar ao Dr. Fulano, representante tal*”. Talvez fosse uma boa sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - São 21 inscritos, então, blocos de sete Parlamentares. Temos aqui os Deputados José Mentor e Onyx Lorenzoni. Vamos acordar com blocos de sete. Entendo que todos usariam os 5 minutos e não a prerrogativa de 3 mais 3, com réplica, porque essa dinâmica proposta o inviabiliza.

O primeiro inscrito é o Deputado Ivan Valente, que disporá de 5 minutos. Consulto V.Exa. se vai acumular o tempo de Liderança.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Posso usar o tempo de Líder?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Ah, é o Deputado Edmilson Rodrigues que está inscrito como Líder.

Concedo a palavra ao Deputado Ivan Valente, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Posso usar o tempo de Líder, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Não. A autorização registrada pelo partido aqui é para o Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Com a palavra o Deputado Ivan Valente, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, primeiro, lamento que o Relator não esteja na mesa neste momento, depois de ter falado por 40 minutos. Lamento!



Segundo, quero voltar à resposta dada pelo Ministro da Fazenda, que é uma resposta vagabunda, picareta! Esse banqueiro, o Ministro da Fazenda, não respondeu ao que a Comissão quer saber e muito menos ao requerimento de informação que foi enviado, regimentalmente, por este Deputado. E aqui ele traz um montão de informações que não dizem respeito às respostas, com cálculo diferencial, com cálculo integral. Eu sou engenheiro formado, Claudio Puty. E, para mim, já está difícil. Imaginem para os Deputados! É só para economista. Então, na verdade, ele é um grande enganador.

Terceiro, quero dizer que o Relator só fala das jabuticabas que lhe interessam, mas não fala que nós temos a maior taxa de juros do mundo, que foram gastos 508 bilhões de juros no ano passado, que a sonegação na Previdência é de 450 bilhões. Caloteiros empresários! Trezentos e oitenta e dois bilhões de isenções fiscais. Sonegação fiscal de 500 bilhões.

Logicamente, este Governo, em minha opinião, é covarde e corrupto. Covarde, porque não tem coragem de colocar aqui a questão dos militares. Então, coloque a questão dos militares! E hoje temos uma infinidade de Ministros atolados até o pescoço em delações premiadas da Odebrecht. Que legitimidade tem este Governo para exigir sacrifícios do povo brasileiro?

Além disso, Sr. Presidente, o debate de hoje que era para discutir cálculo atuarial, razão do nosso requerimento, e para discutir projeções, na verdade, é uma grande balela!

Numa discussão séria, como a que foi feita aqui, principalmente sobre a questão ligada à produtividade, à informalidade do trabalho e à economia, é estupidez pensar que Previdência não tem nada a ver com economia. Como será o Brasil do ano de 2060? Desde quando este Governo, que nem sabe se chega ao final, que nem sabe se chega até amanhã, fica fazendo projeções para 2060? Como este Governo pode fazer exigências?

Digo ainda ao Relator que ele não devia se expor tanto assim, porque está até demonstrando desconhecimento. Hoje, aposenta-se com salário integral, sim, pela média, na fórmula 85/95! E ele não sabe da história do Chile, que acabou com a aposentadoria. Ela está retornando. Ele acabou com a contribuição. É preciso analisar a história dos países. Quando interessa, ele cita países do Primeiro Mundo,



como a Itália, em que realmente a expectativa de vida é de 85 anos. Aqui, é de 74 anos, 75 anos. E, repito, ele só pega o lado que lhe interessa.

Se nós realizássemos um debate de verdade com os membros da Mesa, com a profundidade que exigem as projeções do desenvolvimento econômico, do PIB, da produtividade, da informalidade, da expectativa de vida, será que daria para realizá-lo em 1 mês, açodadamente, antes de uma grande mobilização popular, que é o que está havendo hoje? Duzentas mil pessoas estão hoje na Avenida Paulista, em São Paulo, protestando. Há 1 milhão 750 mil professores do nosso País que recebem abaixo do piso de 2.100 reais, que é o piso salarial dos professores; eles irão trabalhar 15 anos a mais na média; e o Relator diz que nós estamos fazendo justiça. Isso é destruir a educação pública de qualidade no País.

O Relator sabe que ele trabalha, sim, pela previdência privada. Aliás, ele foi Relator também das terceirizações. Ele é o homem do capital nesta Comissão! Foi isto que ele veio fazer aqui: o papel do capital; privatizar a previdência pública do nosso País e dela retirar muita gente. E ele não fica vermelho quando diz que a Previdência brasileira é generosa, ao mesmo tempo em que 80% do povo brasileiro ganha um salário mínimo. Ela não é generosa. A previdência brasileira precisa melhorar muito.

Talvez eles não saibam que, quando o trabalhador rural, o aposentado rural, esse cidadão ganha um salário mínimo, isso significa não só proteção social, mas também distribuição de renda, economia circulando, mercado. Então, quando se pensa em sistema de proteção social, a visão do Governo é apenas fiscalista! Como nós pensamos em proteção social, estamos falando em dinâmica da economia, em criação de mercado de massa, em proteção social, em igualdade social. Igualdade social é um termo que não existe aqui!

Por isso, Sr. Presidente, o nosso partido, o Partido Socialismo e Liberdade, não pode deixar de se indignar com o cinismo, com a hipocrisia e com o jeito como o Governo tocou e toca esse processo.

Quero, mais uma vez, parabenizar a juíza gaúcha que suspendeu a propaganda enganosa do Governo: Temer, na televisão, falando sobre a reforma da Previdência.



É enganosa! É uma reforma para inglês ver! É uma reforma para punir os pobres, os excluídos e os vulneráveis do nosso País.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao segundo orador inscrito, o Deputado Arlindo Chinaglia. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, se possível, por obséquio, só por 1 segundo.

O Relator citou o meu nome dizendo que eu havia concordado com os 49 anos. Ele apresentou a proposta no almoço que tivemos. Entendi o que ele estava me dizendo, mas isso não quer dizer que eu concorde. Entendi perfeitamente que se aposenta com 25 anos, não é que se tenha de pagar 49 anos. Aposenta-se, obviamente, com parte e não com o todo.

Então, só quero deixar consignado aqui, porque está registrado para o Brasil inteiro, que eu não concordei com isso. Apenas entendi o que ele disse.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Muito bem, Deputado Carimbão!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo. Vou fazer constar do seu pronunciamento.

Deputado Arlindo Chinaglia, V.Exa. dispõe do tempo de Líder?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu vou repartir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - V.Exa. tem, então, mais 4 minutos e meio.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O.k. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - São 9 minutos e meio. Por benevolência desta Presidência, V.Exa. disporá de 10 minutos.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Por justiça de V.Exa. Por justiça!

Em primeiro lugar, quero me dirigir ao Dr. Alexandre Zioli, que, no início de sua exposição, frisou, e com razão, que se referia ao realizado e que aquilo, portanto, não era uma projeção, até o momento em que fez projeções.

O que me preocupou na sua projeção? O senhor pegou o ano de 2015, possivelmente o de 2016 — não ficou claro naquele momento —, colocou o aspecto conjuntural, para o qual o senhor mesmo chamou a atenção na sua exposição, e



jogou para mais 30 anos, ou pelo menos 20 anos, ou 15 anos, ou 12 anos. Mas, de qualquer maneira, na minha opinião, aquilo contaminou a projeção. Faço então uma pergunta direta ao senhor: que margem de erro o senhor atribui à sua própria projeção?

Quero agora fazer referência àquilo que o Dr. André propagandeou. Como ele mesmo se autodenominou, veio apresentar um trabalho, pelas circunstâncias já explicadas. O senhor disse que, pelo que foi apresentado, pela troca de ideia rápida que teve com o Dr. Zioli, é possível fazer uma auditoragem para saber se está correta ou não a projeção apresentada na proposta da Previdência, e não apenas na exposição do Dr. Zioli.

O senhor chamou atenção para vários aspectos, inclusive para os trilhões. E, numa projeção de tão longo prazo, a depender dos parâmetros — concordo que é a depender dos parâmetros —, não há cálculo atuarial que os sustente.

Então, pergunto o seguinte: de acordo com os dados apresentados pelo Governo, é possível, a partir de agora, nós fazermos finalmente uma dissecação dos cálculos atuariais? E por que faço essa pergunta? Porque desejo propor, tanto ao Dr. Zioli, quanto à Fundação Getúlio Vargas, à equipe de que o Prof. Claudio Puty participa e também ao Dr. Marcos que V.Sas. nos apresentem, no mais curto prazo de tempo possível, aquilo que podemos chamar de auditorias sucessivas independentes, até porque precisamos confrontá-las com o que o Governo nos apresenta.

Voltando ao Dr. André, gostei muito do aspecto, que não vou chamar de otimista, mas de inovador, que o senhor verbalizou ao fazer referência à formalização do trabalho e ao aumento da produtividade.

O que chama a atenção, Dr. Zioli, na resposta que foi dada pelo Governo a um dos requerimentos de informação do Senador Lindbergh Farias, é que ele coloca um PIB decrescente. Em 2008, começa com 2,47%, que não creio que vá acontecer. Depois, lá pelas tantas, quando se chega ao ano de 2034, é de 1,98%, muito pequeno — posso estar enganado —, e vai diminuindo, diminuindo. Não sei o porquê dessa projeção de um PIB tão decrescente, que, na minha opinião, confronta com aquela abordagem, vou chamar assim, e vocês me corrijam se estiver errado, feita pelo Dr. André.



Além disso, há outra coisa: existe uma previsão de reajuste do salário mínimo que eu gostaria muito que o Governo firmasse por escrito que vai cumprir. E esse, para mim, é um ponto quase único. Considerando o conjunto da obra, sinceramente, estou pensando igual àquela frase famosíssima de um grande autor: *“Eu quase que nada não sei. Mas desconfio de muita coisa”*. Queria saber qual é a explicação para essa previsão de reajuste de salário mínimo, que aparenta ser hoje generosa, mas, lamentavelmente, nada indica que será cumprida.

A outra ideia que foi bastante inovadora, pelo menos para mim, constava daquelas duas perguntas. Um homem com 65 anos de idade em 2059 será um idoso? Com certeza, não. A não ser que houvesse uma mudança, que não está no horizonte, do ponto de vista do avanço da saúde, etc.

Eu queria fazer uma pergunta a quem quiser responder, mas a faço ao Dr. Zioli, ao amigo Puty e também a André, sem prejuízo dos demais: qual a previsão, se possível, que vocês fazem hoje de que, não sendo idosos, portanto vão contribuir — eu acho que essa é a ideia central — para a sustentação, digamos, da Previdência e também da própria Seguridade? E qual a previsão que vocês fazem da taxa de dependência, então, diferente daquela que se prevê usualmente? Parece-me que seria uma relação melhor.

Eu quero comentar o seguinte: acho que se comete um erro aqui reiteradamente. Qual é o erro? Quando se colocam os regimes próprios de Previdência como componentes da Seguridade Social. O próprio Ministério da Fazenda registra que é diferente. Por que, então, isso é apresentado cotidianamente como se fosse a mesma coisa? Se não compõem, nós não podemos trabalhar como se fosse a mesma coisa.

O que ocorre aí? As regras são duríssimas, especialmente para os mais pobres. Às vezes, comenta-se que os mais pobres serão protegidos. Não serão. Nós podemos falar da pensão, como já foi mencionado aqui pelo Dr. Marcos, que não pode acumular. Claro que não estou falando de altos salários; estou falando de um salário mínimo *vis-à-vis*, em face de mais um salário mínimo.

Vamos pegar, hoje, alguém que se aposente aos 65 anos, tendo contribuído por 15 anos. Parte-se de um patamar de 70%, somam-se 15% a mais, por causa dos 15 anos de contribuição, e ele vai receber 85% daquilo que lhe é devido, se



pagar por 15 anos. Na minha opinião, fica praticamente impossível pagar por 25 anos ao trabalhador do Regime Geral. A *Folha de S.Paulo* divulgou que 79% não conseguiriam se aposentar em 2015, quando o desemprego não estava nesse nível, mas vamos considerar que alguns consigam, de 20% a 21%. Estes receberão apenas 76%. Eles perdem, de cara, 9%, trabalhando a mesma quantidade e tendo que pagar bem mais. Então, não é verdade, os mais pobres são atingidos, além dos que recebem o Benefício de Prestação Continuada.

A indagação que eu faço é a seguinte: ontem, no Seminário Internacional, foi dito que a regra de transição talvez seja o coração de qualquer modelo, e a nossa regra de transição, tal qual ela está proposta nesta PEC, é uma loucura. Dr. Zioli, vocês não temem ações judiciais?

Para concluir, Sr. Presidente, só se considera a questão da idade, não se considera o tempo trabalhado, inclusive o tempo de contribuição. Nós já fomos alertados por um representante da CONAMP, e eu pergunto ao Dr. Marcos: a possibilidade de ações judiciais não é muito grande?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao próximo inscrito, o Deputado Pepe Vargas, que também divide o tempo de Liderança e, portanto, disporá de 9 minutos e meio, ampliados para 10 minutos.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria me dirigir ao Sr. Alexandre Zioli Fernandes.

O senhor foi a primeira pessoa que veio representar os órgãos de Governo nesta Comissão e reconheceu, disse que há um bônus demográfico. Eu queria, inclusive, parabenizá-lo nesse sentido, porque até agora nenhum representante do Governo tinha vindo dizer que há um bônus demográfico. Parabenizo-o por isso.

Eu tenho dito na Comissão e em outros espaços que, se temos esse bônus demográfico, nós precisaríamos de investimentos fortes em educação para melhorar a escolarização, a qualidade do ensino, que vai ter impacto na produtividade, na massa salarial e, conseqüentemente, vai haver uma economia mais produtiva, em que se podem pagar melhores salários. Tudo isso, conseqüentemente, tem impactos no sistema de Previdência, projetando-o ao longo do tempo. Nós também precisaríamos de pesados investimentos em saúde para reduzir a mortalidade



infantil, que caiu muito, mas ainda está um pouquinho abaixo de 15 em mil nascidos vivos. Esse índice ainda está muito longe da mortalidade infantil adequada. E cada criança que morre deixa de ser um jovem que vai entrar no mercado trabalho, deixa de ser alguém ativo, que contribui economicamente para o nosso sistema de Previdência. Mas, estranhamente, nesse período de bônus demográfico, o Governo congela os investimentos em saúde e em educação durante 20 anos, em virtude da Proposta de Emenda à Constituição nº 95, de 2016, que só permitirá o reajuste pela inflação dessas duas importantes políticas públicas. Resultado: lamentavelmente vamos implodir o nosso bônus demográfico. Eu acho isso uma loucura, mas, infelizmente, é o que está acontecendo.

Foi dito aqui também que o modelo não está prevendo o crescimento da produtividade, tampouco está prevendo uma formalização maior da economia. Então, o modelo também congelou de certa forma o que nós temos de produtividade e de formalização da economia.

Eu peço um pouquinho de atenção ao Relator, porque ele desconsiderou parte das intervenções, o que é até compreensível, às vezes estamos envolvidos com outro tema. O Relator teve que se ausentar um pouquinho, mas seria importante que ele ouvisse o que foi dito aqui. O modelo não prevê o crescimento da produtividade de forma adequada, e não prevê o crescimento da formalização. Foram, inclusive, citados dados. Se houvesse o aumento de 0,5% da produtividade e da formalização, o déficit projetado cairia um terço; se fosse de 1,5%, teríamos superávit. Eu até pediria ao Prof. Claudio Puty ou ao Dr. Alexandre ou ao Sr. Calixtre que pudessem fazer alguma colocação, até para as considerações do Relator no que diz respeito a isso.

Outra questão que eu queria levantar — não sei se ouvi bem — é que o Dr. Zioli também disse que tem uma equipe reduzida, enfim. A pergunta que faço é a seguinte: essa equipe reduzida teve condições de fazer esse modelo de projeção, ou foram outros setores do Governo que o fizeram? Eu deparei que a equipe é reduzida e que isso leva tempo. Consequentemente, precisaria ou reforçar a equipe, enfim, ou haveria outros setores que ajudariam nisso.

Ao ler o Requerimento de Memória de Cálculo das Projeções Atuariais apresentado, há uma afirmação que me deixou preocupado. Ele diz que foi



encaminhado, então, o novo modelo: *“Esse novo modelo (...) demonstrou ter melhor aderência de sua modelagem à conjuntura e legislação atual do RGPS, inclusive com incorporação de módulo que permite avaliação da despesa com os Benefícios de Prestação Continuada (...) concedidos e mantidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social — INSS”*.

Em primeiro lugar, há uma imprecisão, os Benefícios de Prestação Continuada não são Previdência Social, eles são Assistência Social, mas aqui está dito que incorpora um módulo de despesa. Se está à parte, por que incorpora? Depois, mais à frente, não se consideram, então, no modelo, as contribuições sociais para a Seguridade? Eu acho que é importante esclarecer isso. O novo modelo incorpora a despesa com o Benefício de Prestação Continuada? Então, na projeção do déficit, está incorporado isso? Nesse modelo projetado, no déficit que está sendo anunciado, incorpora?

O SR. ALEXANDRE ZIOLI FERNANDES - Quando fala só Previdência, não. Quando fala Previdência e Assistência Social, sim.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Está incorporada a avaliação das receitas das contribuições sociais para a Seguridade Social? Eu entendo que não. Mas, enfim. Estou depreendendo aqui que incorpora na despesa. Então, em determinadas situações, não incorpora a receita. Esse é um tema que nós temos que dirimir, porque todos nós aqui queremos a sustentabilidade. Não há alguns que são mais ou menos responsáveis. Existem concepções distintas de modelo de desenvolvimento. Aliás, é significativo que a exposição de motivos que encaminha a PEC não fale nenhuma vírgula sobre desenvolvimento econômico, sobre macroeconomia ou coisa do gênero. Ela só fica fazendo uma avaliação quase conjuntural, uma projeção. Como foi colocado, seria importante que os demais interlocutores, inclusive a representação do Governo, fizessem um comentário sobre o que foi apresentado do trabalho do Prof. Solon Carvalho, se não me engano. Segundo eu entendi, as margens de erro são menores. Aliás, foi dito que não é uma ciência totalmente exata, porque envolve projeções.

Vamos deixar isso muito claro. Eu acho que não é um problema de considerar má-fé. Pelo amor de Deus! Não se trata disso. Deve ser difícil mesmo projetar tudo isso. Deve ser muito difícil projetar tudo isso. Agora, independentemente disso, foi



apresentado o trabalho de um pesquisador que me parece que tem um currículo razoável. E ele disse o seguinte: *“Olhe, a margem de erro é brutal”*. Isso foi, inclusive, comparado a jogar uma moedinha para cima. Há 50% de chance de acertar. É esse o modelo que nós vamos utilizar para tomar uma decisão de retirar direitos das pessoas? Porque há coisas brutais nessa proposta de reforma da Previdência.

Como é que se vai dizer que não afeta os mais pobres se o Benefício de Prestação Continuada vai ficar desvinculado do salário mínimo? E serão 70 anos para poder conquistar. Como não se leva em consideração a realidade do mercado de trabalho? Aliás, o Seminário Internacional de ontem deixou claro isto, que não há como pensar modelos de Previdência sem dialogar com a realidade do mercado de trabalho.

No mercado de trabalho brasileiro, metade dos trabalhadores fica empregada por 6 meses, e demora de 6 a 9 meses para conseguir um emprego. Aí para conseguir 100% do salário de benefício, que será menor do que pelas regras atuais, o trabalhador vai precisar de 49 anos de contribuição. Ele vai ter que viver até que idade para conseguir 49 anos de contribuição? Quase 100 anos! E não se leva em consideração isso. E não se leva em consideração que a expectativa de vida, a esperança de vida de 45% dos homens brasileiros é de 65 anos e 7 meses. São dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE.

Eu não sei se está prevista nas nossas audiências a vinda do IBGE, mas acho que está. Como o IBGE não esteve presente até o momento, eu vou perguntar sobre sua vinda. Mas estão lá os dados. Inclusive, há publicações do IBGE que mostram isso. E nós vamos desconsiderar tudo isso? Nós vamos desconsiderar que possa haver outros modelos de desenvolvimento capazes de levar a um resultado melhor da Previdência, da Seguridade Social? Aliás, qual é mesmo o modelo de sociedade que nós queremos? Um modelo de sociedade com um monte de idoso pobre, resultado da proposta que o Governo está apresentando? Não é.

Nós queremos discutir, sim, o futuro da Previdência, mas não em cima dessa proposta, porque ela não está discutindo só o futuro, ela está querendo fazer, inclusive, um ajuste fiscal de curto prazo, pegando quem está às vésperas da aposentadoria e desconsiderando outros estudos, que estão sendo colocados. Nós,



na realidade, deveríamos zerar o jogo. Vamos colocar a bola no meio de campo, começar o jogo de novo e fazer um grande debate.

Se a preocupação é a projeção de longo prazo, por que a pressa? Por que votar tudo pela hora da morte? Por que votar tudo com rapidez? Vamos fazer um debate mais profundo. Vamos trazer outras contribuições. Vamos, inclusive, ouvir o que parte da academia está dizendo, porque, senão, não há jeito.

Sr. Presidente, quero concluir fazendo essas perguntas ao Dr. Zioli e também pedir que seja oportunizado ao Relator ouvir a parte que mostra as enormes margens de erro e os resultados que haveria se o modelo previsse determinados crescimentos de produtividade e formalização. Eu acho que o Relator tem que ouvir isso. Não é possível que o Relator não leve em consideração uma informação dessa natureza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - O Juiz Marcos da Cunha Araújo, que falou em nome da Associação dos Magistrados Brasileiros, precisa seguir viagem. Alguém tem alguma uma pergunta específica ao juiz? *(Pausa.)*

Ilustre amigo e correligionário Deputado Darcísio Perondi, para essa situação V.Exa. vai dispor de tempo?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não! Não vai haver tempo.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Isso. Se V.Exa. deseja fazer uma pergunta, pergunte, mas não é o momento de manifestações. É isso que eu peço.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - O doutor tem que prosseguir, ele tem voo às 20 horas, vamos ter consideração.

O Deputado Darcísio Perondi fará a pergunta e, em seguida, V.Exa. pergunte também.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Não é pergunta. Eu vou falar...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Eu não acredito que não possa falar por 2 minutos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - V.Exa. dispõe de 2 minutos, de 2 minutos!

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não, Sr. Presidente! Eu sou o próximo a falar. V.Exa. abriu uma exceção. Eu estou inscrito. V.Exa. abriu uma exceção para quem quisesse fazer perguntas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Mas V.Exa. vai se dirigir a ele?

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas, se não é pergunta, ele pode fazer a qualquer momento!

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - A ele, a ele!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - V.Exa. vai se dirigir a ele? Eu confio que V.Exa. vai se dirigir a ele.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - É pergunta ou não é pergunta?

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Eu peço 2 minutos, 2 minutos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Concedo 2 minutos a V.Exa. e 2 minutos ao Deputado Edmilson Rodrigues.

Deputado, eu vou descontar esses 2 minutos do seu tempo no momento em que V.Exa. falar.

Com a palavra o Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Dr. Marcos da Cunha, seja bem-vindo! Parabéns por atender ao convite e contribuir para o debate. Mas o senhor foi classista e corporativista. O senhor ignorou a expectativa de sobrevivência. Insinuou que estivesse defendendo os aposentados. No fundo, o senhor não quer que se mexa na aposentadoria dos seus colegas, que representa o maior custo, segundo os esclarecimentos do Relator.

É lamentável! O senhor criticou os modelos atuariais sem que os tivesse lido. O seu próprio colega, que está ao seu lado, admitiu a grandeza e a perfeição — não usou esta palavra — do trabalho apresentado, e apresentado porque ele fez a leitura.

O senhor fez mais ou menos o que a juíza de Porto Alegre fez hoje: tirou a informação que o Governo estava passando para a população. Foi isso que o senhor fez! O senhor foi corporativista!



Eu não o conheço, não sei qual o seu salário, talvez ganhe igual a mim ou mais. Esta reforma está atingindo exatamente os altos salários da Previdência, que representam 70% do custo da Previdência Pública. E o senhor duvidou do déficit! O senhor duvidou do déficit!

Dr. Marcos, volte outra vez, para nós debatermos melhor! O senhor agiu da mesma maneira que a juíza de Porto Alegre, exemplo exclusivamente de brasileiros que estão vivendo... A reação está partindo exatamente da corporação pública opulenta, que não quer acabar com as aposentadorias precoces e quer continuar com os seus salários...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Encerrou-se o tempo.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - É lamentável a sua representação no dia de hoje.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Com a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues, por 2 minutos, que serão descontados do seu tempo.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Em primeiro lugar, quero que fique muito claro que eu não acho que é negando o direito à renda, inclusive dos que têm maior renda, mas são trabalhadores; não é reduzindo a renda do trabalhador, inclusive dos trabalhadores do serviço público qualificado, como juízes, promotores, alguns poucos professores que têm muito estudo e muita formação técnica, como os técnicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA; não é aposentando com um terço dos salário que se vai resolver o problema. Nós vivemos num mundo onde a mais-valia é apropriada de forma brutal.

Dito isso, no entanto, têm sido usado aqui os maiores salários e o direito ao acúmulo. Alguém, em nome do Governo, falou em acúmulo de até sete vezes. Uma juíza morre e acumula, mas ela pode ser filha de militar. Como? Se for casada, não perde? Eu sei que há um jeito de dizer que o problema está exatamente em quem vive de salário, e dos maiores salários.

Eu pessoalmente não tenho como defender quem ganha acima do teto. Eu sei que muitos ganham. Qual é a posição dos juízes brasileiros acerca desta



questão? Defendo que se respeite a aposentadoria, mas defendo que o teto seja respeitado também.

Esta é a posição minha e do PSOL.

Usei só 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - V.Exa. realmente falou por 1 minuto e 15 segundos. Fica por 1 minuto.

Dr. Marcos da Cunha, o senhor tem 5 minutos para as suas considerações em relação às manifestações dos eminentes Deputados Darcísio Perondi e Edmilson Rodrigues.

O SR. MARCOS DA CUNHA ARAÚJO - O Deputado Arlindo Chinaglia me dirigiu, inicialmente, um questionamento sobre a contribuição da Associação dos Magistrados Brasileiros no estudo atuarial. Como colocado no início, a AMB não foge ao debate. Aliás, é isto o que está a fazer aqui hoje, e, com os dados, iremos, sim, participar deste debate e fazer as auditorias necessárias, inclusive com os órgãos técnicos — é evidente. Precisaremos desses dados para fazer esse levantamento e até confrontar eventual estudo atuarial que venha a ser completamente apresentado pelo Governo. Neste ponto, a AMB está à disposição.

Com relação a ações judiciais, o senhor fez um direcionamento inicialmente a outro palestrante, mas também acabou me colocando nessa situação. É evidente que eu, na condição de magistrado, não poderia dizer se é viável ou inviável a ação. O direito de ação é um direito constitucional. A única coisa que eu posso referir é que já existe uma decisão do Supremo Tribunal Federal, uma ADIN, que declara que regra de transição deve ser considerada, inclusive como cláusula pétrea, porque é uma garantia fundamental, justamente porque não se pode criar um novo regime. A regra de transição tem que justamente passar de um regime para o outro, preservando os direitos daqueles que estão próximos da consolidação. Esta é a interpretação. Há uma decisão. É possível a discussão? Sim, Sr. Deputado, é possível, pelo direito de ação, mas é evidente que, quanto ao mérito, eu estaria vedado até pelo Estatuto da Magistratura a manifestar a nossa posição.

Com relação ao posicionamento do nobre Deputado, eu agradeço a sua contribuição e a respeito. Eu acho que isso faz parte do processo democrático. É evidente que a AMB não montou uma Comissão de Reforma da Previdência à toa.



Todo magistrado, hoje, é tratado exatamente igual a qualquer servidor público. Então, desde um servidor público que ganha um salário mínimo, por mais basilar que seja a sua função dentro da estrutura pública, até um magistrado, enfim, que estaria no teto salarial, todos são afetados pela reforma. Dizer que eu vim aqui simplesmente na intenção de proteger os fracos e oprimidos seria exagero da minha parte. Agora, Sr. Deputado, na verdade, quando trago argumentos técnicos sobre a expectativa de vida ou de sobrevida são análises que se fazem. Para eu ter sobrevida, preciso chegar aos 65 anos. Não posso ter expectativa de sobrevida se não consigo chegar aos 65 anos. A tabela foi analisada dessa forma, assim como uma tabela pode ser analisada de várias formas.

Com relação ao teto, evidentemente, essa não é a matéria que se está a enfrentar no momento e não tenho autorização do meu presidente para adotar uma posição com relação a isso. Porém, ela está sendo debatida inclusive no outro projeto de lei que trata justamente do sobreteto e estabelece verbas indenizatórias e verbas remuneratórias, que valem para todo o funcionalismo público.

Não vou adotar o procedimento de passar aqui uma postura, em nome da magistratura, para a qual não fui outorgado, até porque não sei qual é o posicionamento da grande maioria dos magistrados. Por isso, não posso representá-los neste momento e dar um parecer ao Brasil de qual é a posição de todos os magistrados.

Sr. Presidente, peço escusas a V.Exa., mas como amanhã cedo tenho uma audiência importante, terei que me ausentar. Como meu voo sai às 20 horas, peço licença, aos nobres Deputados e aos colegas.

Agradeço mais uma vez a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Obrigado pela sua contribuição.

Dando sequência aos trabalhos da Comissão, convido o Deputado Luiz Sérgio para usar da palavra, pelo tempo de 5 minutos.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, só uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Deputada, V.Exa. está inscrita em sexto lugar, ele é o quarto. Eu não posso passar o sexto na frente do quarto.



A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Não estou pedindo isso e não é essa a resposta que eu quero de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Estou brincando, peço desculpas. Sei que V.Exa. atende a ordem dos trabalhos.

Essa é a ordem de inscrição: Deputados Luiz Sérgio, Edmilson Rodrigues, Deputada Jandira Feghali, Deputados Marcus Pestana, Davidson Magalhães, Thiago Peixoto e Heitor Schuch, que é o décimo.

Na sequência, intercalaremos a palavra com os Líderes a cada dois Deputados.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, acho que o dia de hoje deixou claro que o Governo se baseia em cima de projeções, mas projeções podem se realizar ou não. Fica evidente que projeção não é um dado líquido e certo.

Acho também que ficou claro por que o Governo não responde a um questionamento que estamos fazendo desde as primeiras sessões: o Governo usa como dados o PNAD de 2009. Primeira pergunta: é correto usar um dado de 2009 nos cálculos que se fazem nas projeções para se apresentar uma reforma? Isso está defasado há quase uma década.

A Constituição de 1988 consagrou um modelo de proteção social. Isso está pactuado na Constituição brasileira. Qual é a legitimidade, portanto, de se revogar isso como proposta de um Governo que não fez esse debate com a sociedade? Portanto, existe uma crise porque o modelo pactuado na Constituição foi um modelo cujo poder foi delegado aos Constituintes. No entanto, o atual Governo quer mudar esse modelo e revogar esse capítulo da Constituição sem ter dado à sociedade oportunidade de debatê-lo. A meu ver, isso é um equívoco sério.

Agora os dados apresentados hoje aqui pelos expositores mostram que nós temos um problema estrutural, mas a solução é dificultar o acesso, diminuir o benefício e excluir considerável parcela da população brasileira a ter essa proteção social? Nós vamos resolver o problema por esse caminho? Acho que não, tanto é que os dados estatísticos mostram que se há algo além do desemprego que cresce no Brasil novamente é a desigualdade social.



O Brasil que estamos projetando para o futuro é um Brasil de velhos miseráveis? É um Brasil de pessoas que não tenham condições sequer de comprar seus medicamentos? Essa saída que estão buscando não resolve o problema, porque, para resolver o déficit da Previdência, precisamos primeiro gerar emprego; segundo, para gerar emprego, é preciso que haja crescimento; terceiro, trazer esse segmento para a formalidade e cobrar dos que devem à Previdência Social.

Nenhum dos expositores do Governo chegou aqui para dizer que um dos problemas da Previdência é que as grandes empresas que devem não lhes paga. Elas recorrem na Justiça, vão enrolando e não pagam a Previdência. As grandes empresas que devem não pagam, e aí nós vamos estourar a corda no lombo dos mais fracos e desprotegidos, que são os trabalhadores? Isso é extremamente injusto.

Fica evidente que esse problema estrutural vai estourar a longo prazo, qual é a razão e a lógica de o Governo querer fazer uma reforma da Previdência a toque de caixa, atropelando tudo e todos? Não há razão para isso.

Como aqui foi dito, não é uma questão de Fla-Flu. Todos nós queremos uma Previdência que consiga pagar os aposentados. Todos nós queremos uma eficiente Previdência Social. O problema aqui é mais do que tornar a Previdência eficiente, é uma questão de modelo, porque é um modelo que privilegia a lógica da previdência privada, e, para tanto, dificulta, diminui e exclui. Isso não resolve.

A sociedade brasileira não debateu essa questão e, a meu ver, o atual Governo, como não apresentou isso como proposta a ser defendida pela sociedade, não pode empurrar esta reforma goela abaixo da sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vamos passar a palavra agora para um Líder. Como o PT já utilizou o tempo de Liderança, a segunda inscrição é da Minoria.

Concedo a palavra para a Deputada Jandira Feghali, Líder da Minoria, que acresce aos 9 minutos seus 5 minutos de inscrição.

V.Exa. dispõe de 14 minutos.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, parece pouca coisa, mas, como mulher e mãe, eu não posso deixar de registrar a minha indignação com a fala de hoje do Ministro da Saúde, que tem a ver com a



concepção de sociedade que ele tem na relação inclusive com este debate que nós estamos fazendo da aqui sobre a Previdência — há inclusive uma nota de repúdio do Conselho Federal de Medicina ao que foi dito.

Ele disse hoje que a obesidade infantil decorre da ausência das mães em casa, porque elas não ensinam os filhos a descascarem os alimentos. Deputada Raquel, ouça isso porque é importante.

De fato, é essa a cabeça do Governo com o qual estamos lidando aqui, que encara o papel da mulher dessa forma, retira o papel da figura paterna dos cuidados dos filhos e ainda nos coloca o peso cultural da obesidade. É um negócio assim inacreditável em pleno século XXI.

Em segundo lugar, Sr. Presidente — infelizmente, o Relator não consegue permanecer sentado à mesa, mas ele precisava nos ouvir —, o Relator diz que aceita o debate e que está pronto a ouvir. Só que o ele menos faz é ouvir, porque não consegue permanecer sentado na cadeira. Aliás, eu diria até que ele desconsiderou — não foi parcialmente — a intervenção do nosso ex-Deputado e Prof. Claudio Puty e o estudo do IPEA. Ele só se referenciou na fala do Dr. Alexandre, do Ministério da Fazenda, na sua análise que mais parece um relatório pronto do que a fala de alguém que está aberto de fato ao debate, dentro desta Comissão.

O Deputado Arthur Maia hoje se comportou como Líder do Governo, sentado a essa mesa.

Gostaria aqui de deixar alguns registros. Primeiro, quando vejo os dados encaminhados pelo Governo para cá, fico muito chocada com algumas coisas, mas vou começar por uma questão que, para mim, fica evidente nas manifestações do conjunto da Mesa: o Governo utiliza a questão demográfica isolada de qualquer análise econômica da conjuntura ou em perspectiva de médio e longo prazo. O senhor representa aqui o Ministério da Fazenda. Deveria tratar da questão macroeconômica e da expectativa de desenvolvimento.

O senhor tratou especificamente do tamanho da população idosa, sem considerar inclusive o que disse o Prof. Puty sobre a taxa de crescimento do IBGE. Aliás, o senhor usou o dado do IBGE em oposição ao dado do Prof. Puty, em relação à taxa de crescimento vinculada ao IBGE da população idosa. Eu não



consigo imaginar que alguém possa analisar, fazer uma projeção atuarial, sem vincular a demografia à economia. Eu não consigo ver isso.

Soma-se a isso, uma análise absolutamente fraudulenta do Governo, que acaba se expressando nos gráficos e nas lâminas de que, na hora da despesa, tudo é seguridade. Na hora da receita, só se considera a contribuição da folha de salário do empregado ou patronal. Toda a análise é especificamente do emprego, e não do desenvolvimento produtivo, inclusive das empresas que faturam e lucram, como os bancos lucram, para contribuição à Seguridade Social que impacta na receita da Previdência. Aliás, não fossem as receitas da Seguridade, aí, sim, a Previdência seria deficitária.

O Relator ainda diz: *“Quero discutir com as pessoas de boa-fé, não com quem tem posição política clara”*. Ora, é de conhecimento de todos que nós não reconhecemos este Governo e não o respeitamos. Não respeito um Governo ungido por uma ruptura constitucional. Isso é uma questão. Falo aqui como alguém que tem 22 anos na Comissão de Seguridade Social da Câmara dos Deputados.

Alguém aqui ter posição contrária à proposta enviada não é ter má-fé — não é ter má-fé —, é ter opinião diferente sobre a análise do sistema, do modelo e da perspectiva futura.

A primeira pergunta que gostaria de fazer para V.Sa., Dr. Alexandre, é exatamente sobre um dado levantado aqui pelo Deputado Arlindo Chinaglia. Como é feita essa projeção de PIB de salário mínimo e de massa salarial, que está aqui na página 2 da resposta ao Deputado Ivan Valente?

Acho até que este Governo é otimista, mas do nosso ponto de vista é uma perspectiva absolutamente pessimista. Essa queda do PIB eu não consigo entender. Como os senhores fazem uma projeção de 0.74%. Obviamente, quando o PIB cai, a despesa aumenta. Isso aqui, sim, parece-me uma pontuação de má-fé, porque faço um viés de redução do PIB dessa forma com o salário mínimo. Eu também queria perguntar se os senhores também vão preservar a política atual de salário mínimo pelo aumento real. Não me parece.

Quero inclusive que o Prof. Puty fale dessa análise final dele, que foi interrompida por muitos aqui, sobre esse superdimensionamento da projeção de



salário mínimo. Gostaria de ouvi-lo sobre isso, assim como sobre a massa salarial, que vão reduzindo aqui na perspectiva de desemprego maior do que se tem hoje.

Queria entender isso aqui, ao mesmo tempo em que queria entender como os senhores analisam a despesa com o trabalhador rural se nem sabem quantos trabalhadores rurais há no Brasil. Eu gostaria de entender também essa projeção.

Segunda pergunta, gostaria que o Prof. Puty e o André, que falou em nome do Prof. Solon, fizessem melhor essa relação demografia/economia, que desenvolvessem melhor a questão dessa imprecisão das projeções. Espero que o Relator volte para lhe ouvir, porque eu acho que não o ouviu. Na hora em que o senhor falou, ele estava...

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Deputada, eu estou aqui lhe ouvindo.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Então, por favor, Deputado sente-se à mesa, porque eu não consigo falar para alguém que está às minhas costas. É difícil. V.Exa. tem de se sentar à mesa.

Eu gostaria que a representação do IPEA, colocasse de novo o gráfico, para que o Sr. Relator possa ouvir a análise do Dr. Alexandre e do Prof. Solon, que é não análise ilusória, mas uma análise concreta dos dados concretos, na medida em que a projeção de 2002 para 2012 foi redondamente errônea em 10 anos. Como vou projetar para 2060 com essa imprecisão? Acho isso importante.

Terceira pergunta, o Relator falou do Rio de Janeiro. Imagino que conheço um pouco mais do Rio do que o Relator que é da Bahia. O problema do Rio de Janeiro não é a falência da Previdência, pelo amor de Deus! Ali, se há um déficit maior da Previdência é porque a economia do Rio de Janeiro foi destruída pelas políticas do Governo que lá está. Aliás, todos do PMDB. Foi destruída! Não há base de arrecadação no Rio de Janeiro. A indústria naval faliu! Não há base produtiva. Há desvios. Há desonerações sem critério! Há terceirizações a rodo! Não há servidor público contribuindo para o sistema próprio de Previdência.

No Rio de Janeiro, o desastre é muito maior do que o V.Exa. imagina. Não é o regime de Previdência. O Regime de Previdência é consequência. Além de haver crise financeira, ética e de autoridade, o Governador está cassado. Ninguém consegue se dirigir a ele nem com respeito de Governador eleito.



Outro dado importante apresentado aqui pelo Relator eu gostaria de contrapor. Ele disse que hoje não há reposição de 100%. Há reposição de 100% da aposentadoria, Relator. Quando se chega à fórmula 85-95 é 100% hoje.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Quarenta e nove também será 100%.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Não, mas hoje não é 49! É 50 anos, com 35; 55 anos com 30; e 60 anos com 35. Já tem idade mínima e é 100% na fórmula 85-95, que, aliás, é progressiva. Ela vai chegar a 95-100, pela regra atual. Então, já tem 100% sim.

O senhor está dizendo que esta proposta preserva os mais pobres. Ora, hoje, 68% dos trabalhadores ganham na Previdência um salário mínimo. No entanto, a grande maioria se aposenta por idade, e não por tempo de contribuição.

Isso significa que, se aumentarmos a carência para 25 anos, eles não alcançarão a aposentadoria por idade nem para ganhar um salário mínimo. Sabem por quê? Vejam os últimos 10 anos — está aqui o Dr. Alexandre. Nos últimos 10 anos, todos os que se aposentaram por idade não atingiram 18 anos de contribuição.

Nessa regra, ninguém alcançará esse benefício nem por idade de 65 anos. Não se está protegendo ninguém, está se excluindo. No campo haverá 100% de exclusão pela regra que está sendo proposta na reforma da Previdência. Basta olhar os dados, Relator. Olhe, vamos estudar direitinho, para ver que isso é real.

Levanto também aqui o problema do papel do Estado e do modelo. Quando eu vejo a contribuição dos países da OCDE, sobre os quais os senhores gostam tanto de falar, vejo que os governos lá entram, em média, com 45%. Aqui o Governo entra com 18%, quando a Constituição inclusive diz que a Seguridade é tripartite: a sociedade — o trabalhador —, o empresário e o Governo, a União.

Ora, a União aqui entra com 18%, na média. O senhor pode me confirmar esse dado. Nos países da OCDE são 45%, e não é a capitalização, é o Governo que entra. Isso é o quê? Isso é o papel do Estado.

Fico pensando: nós falamos tanto na quarta revolução industrial, Prof. Puty. Nós não teremos a quarta revolução industrial, teremos muito menos trabalhadores nas relações de trabalho com carteira assinada, se forem substituídos pelas



máquinas. Eu pergunto: faz-se o quê, então? Abandona-se a sociedade na Previdência? Ou nós temos que ver mais políticas de Estado de proteção às pessoas da população? Talvez nós possamos ter menos carteiras assinadas e mais produtividade. Poderemos ter até mais produtividade, mas não necessariamente carteiras assinadas. O que se discute neste momento é o papel do Estado.

Hoje a Previdência Social brasileira se sustenta sobre folha de salário, sobre contribuição sobre faturamento e contribuição sobre lucro. Os bancos pagam sobre seu lucro. Pergunto: qual é a tributação que nós fazemos no Brasil? Ela é regressiva ou ela é progressiva? Como trabalhamos o critério de desoneração? Como se cobra a dívida ativa, que não é total, e nós sabemos disso? Como cobramos os sonegadores da Previdência?

Talvez o Governo hoje não saiba disso, porque desmontou o Ministério da Previdência. Um pedaço está no Desenvolvimento Social, outro pedaço está na Fazenda, ninguém mais tem acesso nem ao DATAPREV, segundo o que está se dizendo aqui. É complicado!

Por fim, há uma questão aqui que me ficou com força, que é o problema do documento que veio. O Prof. André disse que ele está completo. A nossa assessoria técnica aqui não consegue destrinchá-lo, porque não temos microdado para aplicar na fórmula. Se não tenho o microdado, não tenho como aplicar essa fórmula. Não consigo fazer isso.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Sim, mas não sei o que tem aí. Ninguém sabe o que tem aí. No documento que veio para cá, na fórmula que está aqui... Segundo o Ministro, não houve como acessar, porque não se tem acesso ao DATAPREV, não se tem acesso ao INSS, tudo é oneroso, nada pode.

Pelo que está aqui, nós não conseguimos usar a fórmula, porque não temos o microdado para aplicar. Não me adianta dizer que é a faixa de idade, ou é o benefício e tal. Isso aqui é difícil de analisar como projeção, porque não temos o microdado.

Quero apenas pedir que o Prof. André e o Prof. Puty explicitem melhor, principalmente para o Relator, porque ele é quem vai apresentar o relatório, essa relação de projeção economia-salário mínimo com demografia. Para mim, isso é o



mais importante neste momento, é a grande contribuição deste debate, até porque o que o Dr. Alexandre mostrou já tem certa repetição das planilhas anteriores dos outros representantes do Governo que aqui chegaram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - O Sr. Kaizô Beltrão, Professor da FGV, também precisa se deslocar. Alguém gostaria de fazer mais alguma consideração ou pergunta a ele? (*Pausa.*)

Com a palavra o Deputado Arlindo Chinaglia, por 2 minutos.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Apesar de eu já haver falado, agradeço, Sr. Presidente.

Primeiro, vou só reforçar o que creio já tenha ficado claro para todos da Mesa. Prof. Kaizô, se o senhor e a Fundação pudessem produzir uma avaliação das projeções, seria fundamental. Não tenho condições de dizer que já há elementos, mas parece que, a partir de agora, haverá elementos.

Segundo, o senhor entender que deva ou não, é uma questão conceitual. Coloca-se, digamos, no mesmo conjunto, aquilo que é o Regime Geral e aquilo que são os regimes próprios.

Terceiro, penso algo que considero muito apropriado para a FGV e que serve para ela como uma luva. Nós temos discutido diversos aspectos, mas, normalmente, toda a tensão — não é atenção, é tensão com “s” — vai no sentido de que temos que cortar benefícios e dificultar o acesso. Quem pensa diferente, como é o meu caso, entende que este não seja o caminho do fortalecimento, mas do enfraquecimento.

Creio que a contribuição da academia é fundamental, porque hoje já houve, eu diria, uma pequena grande amostra da preocupação popular, e nós queremos acertar.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Concedo a palavra ao Sr. Kaizô Beltrão, para suas considerações finais, por 5 minutos.

O SR. KAIZÔ BELTRÃO - Acho que nós podemos realmente fazer um acompanhamento do produto, como foi feito. Vou pedir para o Alexandre que, se possível, me envie os dados deste CD que disponibilizado junto com o relatório. Vou tentar juntar um grupo para fazer essa análise.



Pareceu-me que a análise do Alexandre se restringiu ao Regime Geral — não é isso? —, assim como as projeções que fiz de população, e o senhor está falando também do RPPS, não?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não. Nas contas, quando se calcula déficit, inclui-se o Regime Próprio. Não necessariamente na apresentação do Dr. Alexandre. Não estou falando dele, e, sim, das contas que o Governo apresenta.

Sem criar polêmica, quando qualquer Parlamentar diz: “*O percentual mais rico fica com tantos por cento de todo o dinheiro*”, é porque houve a mistura.

O SR. KAIZÔ BELTRÃO - O senhor está pensando nas duas partes. Só para frisar, a análise que imaginamos que ele fez e que vamos poder trabalhar usando as informações do CD seriam restritas ao RGPS.

Quero agradecer a oportunidade de estar aqui e espero ter colaborado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Nós é que agradecemos a V.Sa., Prof. Kaizô, a disposição. Sem dúvida alguma, V.Sa. contribuiu muito para a formação da convicção dos Deputados e das Deputadas desta Comissão.

Na sequência, convido a fazer uso da palavra o Deputado Edmilson Rodrigues, que somará aos seus 5 minutos, o tempo de Liderança do PSOL. Portanto, V.Exa. tem 8 minutos para suas considerações.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, eu creio que o Dr. Alexandre, desculpe...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - V.Exa. utilizou 2 minutos. Agora tem 6 minutos.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Não, utilizei 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Ah, sim, 7 minutos. Por favor, 7 minutos e meio.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Peço desculpas por não ter dado atenção direta às exposições, mas tive que me dividir devido às diversas atividades na Casa. Foi aprovado hoje o relatório do projeto relativo à CIDE, que cria uma nova contribuição municipal, e eu não podia fugir a esse debate.

Mesmo que os senhores aqui sejam técnicos de carreira, ao representarem o Estado, o Governo brasileiro nesta reunião, vão tentar defender as razões dele para apresentar uma proposta como esta. Do fundo da alma, espero que o Dr. Alexandre



sinta um constrangimento, ao cumprir seu dever institucional, porque nós vivemos dessas contradições.

Mas a possibilidade de debate aqui está colocada porque sei que o Dr. Puty — além da experiência parlamentar, é um acadêmico de formação elevadíssima. Aliás, é um economista que entende muito de econometria — participa de um grupo de pesquisa que está dando uma contribuição histórica ao nosso País.

Recentemente, participei de um debate com a Dra. Denise Lobato Gentil, professora de várias universidades do mundo e do Brasil inteiro, desconstruindo ou até destruindo o que nós chamamos de farsa do déficit. A análise do Dr. André Calixtre — tive oportunidade ainda de assistir à sua exposição — tem muita afinidade com a análise feita pelo Dr. Puty que toca exatamente na principal fragilidade desta reforma: a ilegitimidade de um Governo que quer pressa porque sabe que pode cair a qualquer momento, que quer pressa porque, para quem sustenta mais de 90% de desaprovação popular, só existe uma possibilidade: o apoio do grande capital financeiro. Esses agentes financiam campanhas e determinam inclusive os projetos que vêm para cá.

Aliás, tive oportunidade de citar a *Carta Capital* e listar um por um os que contribuíram para a construção desta proposta do Governo: bancos norte-americanos, bancos nacionais. E, no último dia, pouquíssimos dias antes de apresentar o projeto, foram recebidas algumas centrais sindicais, apenas algumas. Isso mostra realmente que o Dr. Marcelo, que é beneficiário da privatização, porque é conselheiro de um dos planos privados de previdência, a rigor, apresenta aqui interesses que não são os interesses expressos como vontade dos que representam o Governo.

Todo mundo fala em salvar a Previdência, em salvar os pobres, mas não explica como a proposta vem exatamente proteger os ricos e empobrecer ainda mais os pobres em todos os sentidos: pessoas, Municípios, empresas. Somente os ricos, os opulentos, os oligopólios, particularmente os oligopólios financeiros, serão beneficiários dessa proposta de reforma.

Não adianta dizer que o projeto não é para os pobres e se trair imediatamente, como fez aqui o Relator, ao dizer que quem quiser receber um salário mais alto que pague previdência privada. Eu entendo as ações dele. Estou



rouco porque estive hoje em dois trios elétricos, em várias Comissões, já falei muito, humanamente é difícil não ficar rouco. Sou trabalhador, minha origem é sindical, a minha categoria está em greve contra essa proposta.

Se virmos o que representa o nosso Relator, ele representa — e isso é legítimo porque este é um espaço plural — interesses do capital financeiro, inclusive de empresas de previdência privada. Agora, quando se fala aqui da necessidade de ouvir posições diferentes para se construir uma proposta, inclusive que faça mediação aos exageros reconhecidos nesta proposta, então que ouçamos todos. Mas me parece que tudo o que não se quer aqui é ouvir, tanto que não se considerou, mesmo numa faixa possível, alargar as possibilidades de variações — foram usadas várias possibilidades naquelas curvas apresentadas. Ainda assim, a curva que o Governo apresenta está absurdamente acima de toda e qualquer projeção feita com um mínimo de seriedade científica.

É por isso que eles não vão, Dr. Puty, Dr. André, responder à pergunta feita por um dos Deputados por que estão utilizando os dados do PNAD de 2009, como não vão responder o porquê da queda de arrecadação. Mas é bom que se diga. Consideremos os últimos 10 anos: 50, 72, 76, oitenta e poucos, é o superávit da Seguridade Social. Por que, em 2015, caiu para 11, quase 12? Porque vivemos uma crise, há um desemprego crescente.

O que será feito para gerar emprego? Por que o nosso País não coloca a mão em uma reserva de 1 trilhão, 39 bilhões e alguns outros milhares de reais? Basta olhar — são dados do Banco Central do Brasil — na Conta Única. Isso poderia servir para alavancar créditos, assim como poderia servir para investimentos públicos. As obras públicas estão todas paradas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vamos concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - O Minha Casa, Minha Vida parou. É claro que, nesses momentos, tanto a renda dos trabalhadores caiu mais de 9%, em média — e os pobres perderam mais —, quanto os pobres...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Peço mais 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Trinta segundos é muito. Vamos concluir.



O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Concluindo, Deputados — o Relator falou de forma emocionada, deixou cair uma lágrima, nos sensibilizou —, V.Exas. sabem o que vai ocorrer? Essa proposta, por falta de querer ouvir e mediar, vai ser derrotada na sua integralidade. Este País vai virar um caos. Estou clamando para que ele vire um caos, para que o povo pare todas as estradas, todas as avenidas, para que ocupe os órgãos públicos, como hoje fez no Ministério por algumas horas, e diga que não passará essa agressão, essa violência, essa proposta criminosa contra os interesses do pobre, que não chega, em muitos lugares deste País, sequer aos 60 anos de idade, inclusive na Capital do Estado de São Paulo. Em Capão Redondo, a expectativa de vida é de 54 anos, para não falar em Norte e Nordeste. Não passará, porque o povo não vai permitir. Esse é o nosso recado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Passo a palavra ao próximo inscrito, Deputado Marcus Pestana, ilustre 1º Vice-Presidente desta Comissão, que pode somar o tempo de Liderança do PSDB.

V.Exa. dispõe de 12 minutos

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sr. Presidente, Srs. membros desta Comissão, comecei a militar com 16 anos, e o meu primeiro mandato foi já há 35 anos. Fui eleito muito jovem, aos 22 anos, como Vereador na minha cidade, Juiz de Fora. Vai completar 35 anos o meu primeiro mandato. Fui criado num ambiente que é herança do Iluminismo. Eu tenho compromisso com a razão, com a verdade, com a busca daquilo que ilumina, e não das trevas, não do que obscurece, a demagogia, o populismo, aquilo que procura desfocar as informações essenciais que a realidade apresenta.

Eu fui filiado a partido político muito cedo e sempre vi na luta política e no partido, como instrumento coletivo de transformação, uma ferramenta para conquista de objetivos coletivos estratégicos. E, quanto mais eu amadureço, mais me apaixono pelos objetivos estratégicos coletivos do que pelas ferramentas partidárias. Procuro ter uma postura absolutamente aberta, não sectária, e tenho uma verdadeira aversão à demagogia, ao populismo, ao sectarismo e à intolerância. *Gramsci disse certa vez que é importante ouvir o adversário mesmo que ele esteja só com 10% da razão e que você pode aprender com ele. Eu fui criado com esse espírito.*



Então, esse clima que está se gerando em torno da reforma da Previdência é muito desestimulante. Eu acho que nós precisamos fazer uma correção de rumo. E creio que, de um jeito ou de outro, seja qual for o matiz ideológico de uma pessoa, não faz sentido, numa questão estrutural que é de Estado, fazer luta política rasteira e obstruir o debate e o avanço.

Para todo problema, há que se ter um diagnóstico. É preciso saber se nós estamos de acordo com o diagnóstico. É necessária ou não uma mudança no sistema previdenciário brasileiro? Nós precisamos aplainar a questão, porque o debate está tão mistificado, tão obscurecido, que é necessário segmentar e didatizar essa discussão.

Eu não sei se moro no mesmo Brasil. Nós estamos ou não na maior recessão da nossa história? Nós estamos ou não com um brutal problema fiscal, que leva a taxas de juros siderais, ao desemprego, ao desarranjo da economia e a péssimas expectativas em relação ao desempenho futuro se a rota não for corrigida? Então, parece que alguns discursos — e sei que não correspondem à convicção de alguns aqui —, pela retórica radicalizada, defendem o imobilismo. Usa-se a tática do avestruz: “Não, não há crise. Vamos enterrar a cabeça na areia e não precisamos fazer nada”. Eu queria refinar isso e que as pessoas dissessem claramente o seguinte: “Não, não há déficit, não há problema estrutural. A nossa Previdência é justa e sustentável e não precisamos mexer”. Quero ver se alguém vai dizer isso.

Se todos concordarmos que é insustentável e que não é justa a nossa Previdência, precisamos discutir, com alguma serenidade, o que é uma reforma. Aqui é a Casa da convergência a partir da divergência, a Casa do pluralismo, a Casa da negociação e do diálogo. E o que é uma reforma? É preciso fazer uma modelagem, e, nessa modelagem, precisamos discutir os benefícios, a abrangência desses benefícios e a regra de acesso. Feito isso, é necessário se discutir uma transição, porque nós não estamos com Adão e Eva, no início dos tempos, discutindo um modelo ideal; nós estamos trocando o pneu com a bicicleta andando. Então, é preciso ter certa serenidade e algum compromisso com a verdade e com a racionalidade.

Em relação à economia, o Brasil tem graves entraves estruturais. Houve uma perda do PIB per capita de quase 10%. Não é fácil sair desse atoleiro, por erros



reiterados de política econômica. Mas, mesmo assim, num horizonte de médio e longo prazo, não haverá mais crescimento chinês. Qualquer economista que tenha dois chips na cabeça há de concordar que o potencial máximo de expansão da economia brasileira, com vento a favor, tudo dando certo, é em torno de 3%. O ônus demográfico já está no fim, não temos condições estruturais de gerar riquezas, a ponto de fazer um sistema previdenciário inefinanciável, insustentável.

Destaco que há três critérios: orçamentário, financeiro e atuarial.

No critério orçamentário, é impressionante essa discussão do Orçamento da Seguridade Social que se difundiu na era da pós-verdade. Quer dizer, colocam a DRU e retiram os benefícios dos servidores, o que gera um superávit, que mascara, que não tem nenhuma relevância do ponto de vista da discussão da crise fiscal e que inclusive subestima o subfinanciamento da saúde. Há déficit na saúde. E, para termos um SUS decente, nós precisaríamos de cinco vezes mais recursos disponíveis. Assim também na assistência social, na educação e na segurança. De onde serão retirados? A DRU — Desvinculação de Receitas da União vai e volta. Como há déficit, o dinheiro volta! Trata-se de uma concepção que está na Constituição. É uma desvinculação de receita e não de despesa, porque a despesa se impõe por si mesma. Portanto, o déficit da Seguridade Social é uma pós-verdade de péssima qualidade.

No que se refere ao critério financeiro, que é um critério de fluxo corrente — só para entendermos —, alguém aqui nega que o Regime Próprio de Previdência da União, no caso dos servidores públicos civis, teve um déficit financeiro, em 2016, acima de 40 bilhões? Refiro-me ao déficit financeiro. Esses dados estão na execução orçamentária. No caso dos militares, 32 bilhões; dos Estados, 61 bilhões. Alguém nega que o déficit corrente financeiro, em São Paulo, será de 19 bilhões, em Minas, de 14 bilhões e, no Rio, de 9 bilhões? Nós vamos brigar com os números? Isso é uma invenção? E alguém nega que, no último ano, houve um déficit corrente financeiro no Regime Geral de Previdência Social de mais de 140 bilhões, sendo altamente concentrado na aposentadoria rural? Eu quero que alguém aqui negue que há déficit financeiro. Faço essas perguntas aos nossos debatedores.

No entanto, para a Previdência, déficit corrente financeiro diz pouco ainda, porque o que interessa é o déficit atuarial. E aí entra a demografia. É preciso



combinar produtividade com crescimento da economia. Alguém vai negar — e quero que alguém aqui negue — que a dinâmica demográfica joga a favor da correção desse déficit financeiro de curto prazo ou agrava o déficit? Parece-me óbvio que a transição demográfica agrava-o e muito, independente de metodologia. Precisamos refinar isso! O Relator pode introduzir inclusive gatilhos futuros de revisão da reforma se os dados de produtividade PIB e formalização da economia... Podemos imaginar. Esse é o diálogo que tem de haver. Podemos gerar gatilhos de revisão da reforma em 5 anos, em 10 anos, se os dados se confirmarem. Agora, negar que há um brutal buraco atuarial no nosso sistema, a partir do dado financeiro e da transição demográfica, parece-me uma irracionalidade.

Então, é preciso ter menos exaltação retórica e menos demagogia. Há gente fazendo jogo político, e isso é legítimo. Eu não o faria; é legítimo fazê-lo. Se quiserem desgastar o Governo Temer, que joguem lenha na fogueira, mas quem vai usufruir dos efeitos dessa reforma não é o Presidente Temer. Em 1 ano e 9 meses, encerra-se o seu Governo, e quem vai assumi-lo pode ser o PT, o PSDB, o PMDB, o PP, o PR, o PSOL.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Só uma curiosidade. Como V.Exa. votou o fator previdenciário? Como o PSDB votou o fator previdenciário recentemente aqui na Casa?

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Não foi... Sr. Presidente, eu estou sendo interrompido. Peço a V.Exa. que me seja restituído 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Thiago Peixoto) - Pois não. Vamos restituir o tempo do Deputado Pestana.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Não foi extinto o fator previdenciário, mas, criada uma outra fórmula alternativa. E agora foi colocada uma reforma muito mais ampla na mesa. É preciso refinar a proposta? Claro que sim. Ela não vai sair do Congresso Nacional da forma que entrou. O Relator vai dar tratos à bola, vai lapidá-la, vai ouvir. Não é à toa que nós estamos ouvindo a sociedade.

Mas eu queria fazer um apelo àqueles que se colocam com essa radicalidade toda contra a reforma, agredindo, às vezes, a realidade que salta aos olhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Thiago Peixoto) - Por favor, mais 30 segundos para o Deputado Marcus Pestana.



O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Peço só que reponha 1 minuto, porque fui interrompido.

Quem defende a não reforma é, na verdade, quem está contra os trabalhadores, colocando em risco os benefícios previdenciários, as aposentadorias e as pensões. A juventude brasileira tem que prestar atenção a essa discussão, porque o regime de repartição pressupõe um pacto intergeracional e, se não fizermos a reforma com sensibilidade humana e social, mas, com o pé na razão, não será sustentável um regime que garanta aos brasileiros seus direitos previdenciários.

Esta reforma inclusive ataca, sim, privilégios. Na verdade, quem sairá prejudicado são alguns poucos que têm privilégios insustentáveis. Na verdade, temos de refiná-la. Vamos discutir a aposentadoria rural, vamos discutir a regra de transição, vamos discutir a regra de acesso, vamos fazer a apuração dos benefícios, mas tendo em vista uma coisa que salta aos olhos: a necessidade inequívoca da reforma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Thiago Peixoto) - Obrigado, Deputado.

Ainda faltam dois para falar como inscritos no debate. Depois, eu chamo um Líder. *(Pausa.)*

Ainda não.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quem é o próximo Líder?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Thiago Peixoto) - É V.Exa.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Obrigado.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Era um bloco de sete.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Thiago Peixoto) - O bloco de sete vai chegar ao décimo orador, que será o Líder Arnaldo Faria de Sá.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - É porque eram sete.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Thiago Peixoto) - Pois é, esse bloco de sete conclui-se no décimo orador.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mas como é que bloco de sete e chega ao décimo? Foi feita a seguinte conta: eram 21, e ficaram sete por bloco.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Thiago Peixoto) - Tá. É o seguinte: enquanto refazemos isso, passo a palavra ao Deputado Davidson Magalhães. Depois, fazemos as contas adequadas aqui.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Está se adotando a metodologia de projeção de longo prazo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Thiago Peixoto) - Com a palavra o Deputado Davidson Magalhães.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, existe perda de direito com essa proposta. Segundo o próprio Relator, meu conterrâneo, 60% dos que se aposentaram de janeiro a dezembro de 2015 eram trabalhadores que não chegaram a 20 anos de contribuição. Sessenta por cento! Se fosse mantido esse critério, 79% não haviam contribuído por 25 anos, portanto estariam fora — fora! Especialmente em nosso Estado, a Bahia, onde 86,8% dos que se aposentaram foram aposentados por idade e não pelo tempo de contribuição. E, se fossem 25 anos de contribuição, estariam fora dessa regra de aposentadoria. Portanto, essa proposta não tem nada de racional. Ela é fria, calculista, e é contra os trabalhadores, contra o povo brasileiro, que é quem mais precisa. Ela não toca nos privilégios. Ela ataca exatamente quem mais precisa.

Esses dados são incontestáveis. Estão aí colocados muito claramente, para que nós possamos refletir sobre essa dupla exigência: 25 anos mais 65 anos, o que exclui o povo brasileiro, os mais humildes, os mais necessitados desse processo de aposentadoria no Brasil.

Segundo, eu contesto a questão do déficit da Previdência. Nessa questão, um Deputado, cujo nome eu não lembro, disse que contabilidade é ciência. Imaginem, até contabilidade, neste debate, foi promovida à ciência! É tanta falta de ciência e de racionalidade neste debate que a contabilidade já foi transformada em ciência. Isso, sim, é irracionalidade, é não ter critério de debate científico a respeito de uma coisa tão séria que vai mexer tanto na vida das pessoas. Por isso, mais de 1 milhão de pessoas foram às ruas hoje no Brasil. E não foram por demagogia, não, mas porque sentiram que irão mexer na sua situação concreta, na sua vida. E grande parte deles



são jovens, que sabem que não terão acesso ao benefício da aposentadoria, porque estão ingressando no mercado de trabalho agora e irão sofrer com essas regras. Mas não irão sofrer, porque essas regras não serão aprovadas aqui no Congresso Nacional.

Em relação à questão do modelo — até que enfim apareceu um modelo! até que enfim! —, a caixa de Pandora agora foi aberta. (*Riso.*) E a exigência foi tão grande que apareceu um modelo. O problema é que nós precisamos discutir esse modelo. E eu aprovo esse modelo, pelo que hoje aqui foi apresentado. A história desse modelo dá uma demonstração clara de que as curvas de dispersão em relação ao previsto são muito grandes. A dispersão é muito grande. Portanto, não há nada de científico, de real, de racional, fazer um debate destes, porque nós precisamos testar a consistência desse modelo, não só com as microinformações que irão nutrir o modelo, mas o próprio modelo precisa ser testado.

É nesse sentido, Sr. Presidente, Sr. Relator, que sugiro inclusive que tenhamos a oportunidade de fazer o teste do modelo, já que ele foi apresentado hoje. Proponho ainda que o Sr. Marcelo Caetano, que tem interesse na BRASILPREV — e ele é membro do conselho diretor, portanto não seria pessoa isenta para fazer este debate, mas é o representante do Governo nessa área —, e a Profa. Denise Lobato Gentil realizem um debate sobre o modelo e façam um teste do modelo. Nós precisamos fazer esse teste do modelo, pois é a oportunidade que teremos para fazer esse enfrentamento, porque o que foi apresentado aqui foi muito rápido. Um papel foi distribuído aqui com uma parte ilegível, e não dá para fazermos esse teste do modelo, que é uma coisa importante para começarmos a colocar o debate nos seus devidos lugares.

Faço essa sugestão, pois não é um problema de demografia. Quando se fala de demografia, tem que se levar em consideração que ainda há bônus demográfico no Brasil e que sua população economicamente ativa ainda está crescendo. Então, tem que se discutir o mercado formal, o ingresso nele. Não é essa conta simples do envelhecimento e de que o modelo está inviabilizado. Não é assim. Precisa ser feita uma discussão mais profunda sobre essa questão.

E o modelo foi apresentado hoje. Portanto, acho que ele deve ser testado. É a sugestão que faço ao Relator, que não ouviu, ou não considerou, as observações



que foram feitas pelo Prof. Puty e também pelo técnico do IPEA, para fazer exatamente a conferência e o confronto desse modelo. Faço essa sugestão ao Relator, porque é um debate tão importante, e nós precisaríamos fazer esse enfrentamento.

Em relação ao déficit público brasileiro, se quisermos buscar as causas, veremos que não estão no déficit da Previdência. Temos outras causas. A dívida interna brasileira e outros elementos são os responsáveis pelo desequilíbrio fiscal no Brasil, e não efetivamente a Previdência e a Seguridade Social, porque elas têm fontes que garantem o seu financiamento.

Portanto, eu acho que este é um debate responsável. E o povo deu hoje sua resposta nas ruas em relação à expectativa que tem deste Congresso.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Existe ou não déficit financeiro?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Thiago Peixoto) - Obrigado, Deputado.

A Deputada Jandira tinha razão: foram oito...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Thiago Peixoto) - Por favor, vamos voltar ao debate e seguir a ordem.

A Deputada Jandira tinha razão. Foram oito Parlamentares que falaram. Agora, abre-se espaço para os palestrantes falarem. Depois, voltamos aos debatedores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Antes da fala dos palestrantes, eu quero informar que, por deferência do Presidente, o painel ainda está aberto aos membros da nossa Comissão que não tenham registrado presença. Então, o painel está aberto, para registrar a presença na segunda sessão. Foram duas sessões. Está aberto o painel por mais alguns minutos. *(Pausa.)*

(Não identificado) - Depois da PEC, temos que votar de novo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não, não. Quem já votou nesta segunda sessão, já marcou a presença. Aviso que é para registrar a presença na segunda sessão de hoje. *(Pausa.)*

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eles seguraram por 10 ou 15 minutos, então, se alguém deseja ir lá, este é o momento.

Vamos fazer o seguinte: V.Exas. vão lá registrar presença e, enquanto se dirigem ao plenário, vou conceder a palavra a mais um neste momento. Se chegarem lá e ele estiver fechado, digam: “*O Deputado Carlos Marun foi lá e disse que iam segurar até a Deputada Jandira Feghali comparecer*”. Podem dizer isso.

V.Exa. quer ir lá também, Deputado Arlindo Chinaglia?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não, Sr. Presidente. Eu quero falar com V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Quer falar comigo? Que satisfação!

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Há alguns Parlamentares que não marcaram presença na primeira sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Mas será consolidado na segunda. Amanhã faremos uma...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - É isso que eu ia sugerir.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Ela caiu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo. Então, vamos passar a palavra ao próximo inscrito, o Deputado Thiago Peixoto, que dispõe de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO THIAGO PEIXOTO - Obrigado, Sr. Presidente.

Foi sugerido algo muito importante, e eu concordo — e acho até que foi o Sr. André Calixtre que deu essa boa sugestão —: de que o clima de Fla-Flu não prevaleça aqui. Acho que todos nós concordamos com isso.

E eu queria aqui, talvez pela primeira vez durante esses debates, concordar com a fala do Deputado Ivan Valente, que disse que a Previdência tem tudo a ver com a economia. Concordo 100%: a Previdência tem tudo a ver com a economia. E a reforma da Previdência tem dois papéis importantes. O primeiro papel, o mais óbvio talvez, é o de reequilibrar a nossa Previdência, pelo simples fato de que — e isso já foi dito aqui muitas vezes, mas cabe repetir —, pela questão demográfica, nós temos hoje menos pessoas nascendo no País e, ainda bem, pessoas vivendo mais. Simplesmente esse fato gera a necessidade da reforma.



Outro item importante para aprovarmos a reforma da Previdência refere-se ao efeito que ela terá, Sr. Presidente, na economia. Nós vivemos hoje no Brasil, como foi dito aqui algumas vezes também, a maior crise econômica da nossa história, desde que o PIB começou a ser medido. E a reforma da Previdência será um passo fundamental para a nossa recuperação econômica.

Hoje saiu um relatório da agência Moody's mudando a posição do Brasil de negativa para estável. Isso está longe do ideal, mas é um sinal fortíssimo para a nossa economia, um sinal de que nós temos condições de viver, sim, uma recuperação econômica. Porém, a expectativa gira em torno da reforma da Previdência.

Aqui foi muito dito também que a reforma da Previdência não é o principal problema e que nós deveríamos cuidar dos juros. Eu entendo, Relator, que, ao aprovarmos a reforma da Previdência, estaremos gerando condições para que os juros possam cair, como já estão caindo. Ou seja, são passos, como a aprovação desta reforma, que farão a nossa economia sair da situação negativa em que está. Hoje talvez esteja estável, mas tem condições de se recuperar. Repito, a reforma da Previdência é um passo fundamental para isso.

Ouvi aqui diversas acusações ao Ministro Henrique Meirelles. Eu só posso entender tais acusações pelo fato de o Ministro dizer a verdade, e a verdade às vezes não quer ser escutada, não quer ser ouvida. Hoje, o Ministro diz sistematicamente que o passo para sair da crise é a reforma da Previdência. A verdade é teimosa, não adianta escondê-la. Uma hora ela chega. E ela chegou.

O Governo da Presidente Dilma não quis encarar a verdade em muitos momentos e gerou, sem dúvida nenhuma, esse grande problema econômico do nosso País. O problema, todos nós aqui concordamos, é estrutural. Eu fico feliz em saber, Presidente, que os dados tão cobrados aqui chegaram. Querem mais dados? Têm que se enviarem mais dados, mas hoje já temos um modelo. É importante dizer também que o primeiro modelo da reforma que chegou de fato tinha dados de 2009. O atual modelo já possui dados da PNAD 2014. Ou seja, está atualizado.

O meu tempo está acabando, mas já vou encerrar. Outra coisa importante é a produtividade, também muito falada aqui: o crescimento da produtividade dos nossos trabalhadores poderia cooperar para corrigir esse déficit. Também é



importante dizer que, do cálculo que chegou aqui hoje, consta uma projeção de produtividade de 1,7% ao ano, que considero otimista, porque, se formos ver a produtividade no País nos últimos anos, nós veremos que não temos um nível que cresça a esse ponto. Então, o Brasil hoje é um país pouco competitivo, até pelo fato de não ser alta a produtividade do seu mercado de trabalho. E, nesse cálculo, já estão inclusos todos os dados informados pelo Ministério.

Para concluir, Sr. Presidente, fico preocupado com o clamor ao caos. O caos foi clamado aqui. E, quando chegamos ao ponto de o caos ser clamado, eu acho que de fato o debate não tem como avançar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Muito obrigado, Deputado Thiago Peixoto.

Então, nessa posição intermediária, vamos passar às respostas rápidas. O tempo de 5 minutos é suficiente? Se também for necessária, faremos uma extensão desse tempo. Positivo? (*Pausa.*)

Nós temos o Dr. Claudio Alberto Castelo Branco Puty, o Dr. André Calixtre e o Dr. Alexandre Zioli Fernandes.

Com a palavra o Dr. Claudio Alberto Castelo Branco Puty.

O SR. CLAUDIO ALBERTO CASTELO BRANCO PUTY - Obrigado, Sr. Presidente. Vou tentar resumir as principais conclusões.

Primeiro: nós temos muita curiosidade — e começaram a aparecer alguns números aqui — em saber como o Governo projetou 17,5% de participação das despesas previdenciárias no PIB em 2060. Com base nisso, nós fomos atrás dos pressupostos. Tivemos muita dificuldade em encontrar pressupostos relatados na LDO que pudessem ser replicados de maneira autônoma — e isso serve para quem está hoje no Governo e vai estar na Oposição, e vice-versa —, que pudessem nos iluminar, como disse o Deputado Marcus Pestana, e que pudessem orientar inclusive propostas de debate que levassem à calibragem. Não me parece que tenha sido esse o espírito da chegada da proposta aqui. Agora, começam a aparecer dados de produtividade, como a produtividade foi inserida, dados do PNAD 2014 e tudo o mais.



Outro fator importante é que, nesse processo de simulação de cenários, nós nos deparamos com uma tabela de parâmetros em que a LDO relata que existe um modelo de curto prazo e um modelo de longo prazo e que, no passado, a Secretaria da Previdência fazia parte da projeção — e isso não foi dito aqui — e encaminhava esse modelo ao Ministério da Fazenda. Este, por sua vez, com uma grade de parâmetros macroeconômicos que não é publicada — e não sei de quando é — e que lhes é imputada sem relatar em que forma funcional. Obviamente existe uma forma funcional, só que não está lá relatada. Nesse sentido, o juízo de debate público é arbitrário, e há variáveis macroeconômicas. Algumas delas estão relatadas numa tabela, e essa tabela, conforme mencionaram a Deputada Jandira Feghali e o Deputado Arlindo Chinaglia, obedece a PIBs decrescentes e a uma taxa de reajuste do salário mínimo constante de 6%, de 2018 até 2060. Isso está na LDO de 2017.

Até hoje, era o único documento que nós tínhamos para avaliar propostas de simulação. Vamos avaliar isso. Chegamos aqui com novas figuras. Considero isso um avanço, mas, se nós não tivermos os dados para calibrar as fórmulas, esse avanço será simplesmente retórico.

Outro ponto importante — e isso não vale só para esta reforma, não vale só para o Brasil ou só para os Estados Unidos, vale para qualquer país —: modelos que são probabilíssimos têm que ter como saída probabilidades. Não se pode afirmar que, em 2060, será de 17,5% sem se fazer referência às margens de erro. É como dizer o seguinte: o candidato está em alta, com 20% da intenção de votos, sem mostrar qual é a margem de erro para cima ou para baixo daquele percentual. Essa é a famosa pesquisa.

Qual é o ponto central aqui? Ao fazermos simulações distintas, por exemplo, alterando essa regra de 6% eterna de reajuste do salário mínimo, usando a regra atual que já é uma regra generosa, com correção pelo PIB de 2 anos atrás mais a inflação do ano anterior, é possível mostrar — e eu mostrei aqui, os dados estão à disposição para quem os desejar; nós temos todo o interesse em debater isso há muito tempo — que a participação das despesas previdenciárias no PIB cai pelo menos um ponto percentual. E, se essa regra do salário mínimo for alterada para o reajuste da inflação, haverá uma queda da participação das despesas



previdenciárias, nas atuais regras, com a participação do PIB, já a partir de 2020, 2021.

Por que estou dizendo isso? Simulamos produtividade, simulamos aumento da formalização; todas essas variáveis são incluídas — e não está claro como elas são incluídas no modelo oficial do Governo, e daí é difícil replicar. Mas, ao usarmos as mesmas equações da LDO e ao imputarmos um crescimento de produtividade modesto, inclusive abaixo de 1% ao ano, é possível mostrar também que os resultados são distintos, e não chegamos a esse 17,5%.

Na realidade, o chamado aqui é para o debate público, para o sistema de controle, para o sistema de calibragem. Essa proposta oferece uma retirada, sem precedente, de direitos dos mais pobres. Várias pessoas disseram aqui que cerca de 60% dos benefícios estão vinculados ao salário mínimo e que cerca de 80%, abaixo de três salários mínimos. Boa parte dos que se aposentam por idade, 60%, não consegue contribuir por 20 anos. Então, dizer que não estamos prejudicando os mais pobres parece-me...

Enfim, estamos propondo uma medida dura como esta, fazendo as mulheres rurais aposentarem com 10 anos a mais e com contribuições também de 10 anos a mais, sem a possibilidade da calibragem de alternativas. Nunca foram mostrados pelo Governo — e gostaria de vê-los — resultados fiscais gerais: quanto se poupa ou quanto se gasta. Mas quantas pessoas serão prejudicadas ou atingidas quando você altera uma regra “x” para rurais, quando você altera uma regra “x” para urbanos, quando você altera uma regra “y” para mulheres.

Isso não é trivial, gente! Isso não pode ser trivial para um Parlamento que se preocupa com o bem-estar da sua população. Sr. Relator, com toda vênia, o demônio reside nos detalhes — o demônio reside nos detalhes! E eu sei que aqui temos Parlamentares que estão genuinamente preocupados com a sustentabilidade fiscal.

Obviamente, a equação é: taxa de crescimento de despesa; e taxa de crescimento de receita. Então, nós temos que olhar para os dois lados. E há mecanismos alternativos. Eu tenho a convicção, não tenho as provas, de que muitos técnicos que trabalham nessa área concordam comigo: há alternativas, há cenários.



O chamado que eu faço aqui, na realidade, é um chamado para o gradualismo, para a ponderação, para o debate público, com a possibilidade de experimentarmos alternativas distintas, porque elas são absolutamente factíveis.

A estratégia parlamentar de mandar uma proposta dura...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Encerre, por favor.

O SR. CLAUDIO ALBERTO CASTELO BRANCO PUTY - Eu fui Líder do Governo na Comissão de Orçamento durante alguns anos. A estratégia parlamentar de mandar aquela proposta dura, para ver se ela sai mediada, pode levar ao que os economistas chamam de *overshooting*, quer dizer, vai levar a uma derrota global, porque essa proposta é dura demais.

Eu gostaria, por último, de chamar atenção para um dado. Perguntaram sobre modelos aqui. Fala-se muito em demografia. A demografia é um elemento econômico. Desde que a economia é economia, discute-se quais são as relações entre acumulação de capital e movimentos da população. E eles existem. Não há só população e acumulação de capital. Esse era o debate de Marx com Malthus, por exemplo, sobre o exército industrial de reserva, etc. Para não falar só de Marx, vou falar de Smith e de outros pensadores que criticavam Malthus.

Então, isso não é uma coisa trivial. Quando eu digo que precisamos transformar esse modelo, que é um modelo populacional e não demográfico, pois ele trata o número de pessoas como fixo, sem valor, precisamos experimentar com variáveis econômicas, com salário, com produtividade, com formalização. Isso é transformar um modelo populacional em um modelo demográfico atuarial, inclusive, porque ele não é tratado dessa forma.

Eu acredito que existem alternativas para isso. Mostrei aqui que a taxa de crescimento da população idosa vai sofrer, pelas séries do IBGE, um decréscimo substantivo, e isso faz muita diferença no equilíbrio futuro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Muito obrigado.

Passo a palavra ao Sr. Alexandre Zioli, Coordenador-Geral de Estatística, Demografia e Atuária do Ministério da Fazenda.



O SR. ALEXANDRE ZIOLI FERNANDES - Foram muitas perguntas. Tentei anotá-las. Confesso que já não lembro quem perguntou o quê. Então, vou falando e espero responder, na medida do possível, a todos.

A primeira pergunta foi referente aos países que já passaram por esse processo de envelhecimento pelo qual o Brasil passa e à situação deles em relação à previdência. O que se vê, e inclusive já está disponível na mídia, é que esses países também estão passando por reformas da previdência. Eles também estão passando por reformas. Eu acho que os exemplos mais marcantes são os casos da França e da Grécia, por exemplo. Se não me falha a memória, há outros países também, como a Alemanha, o Japão, enfim. Nesses países também se está analisando até a questão da elevação da idade mínima de entrada em benefício de aposentadoria.

A questão demográfica vai exercer um peso muito forte no lado da despesa principalmente. E despesa é o contratado. Quando se entra em gozo de benefício, haverá uma despesa que vai durar o resto da vida da pessoa e, em alguns casos, vai se transformar em pensão, que continua. Enfim, por isso ela é menos afetada por questões conjunturais, por questões até da própria economia, do que pelo lado da arrecadação. A arrecadação, não; a arrecadação é mais sensível.

Então, existe esse problema.

Em relação à minha apresentação, questionaram a respeito da margem de erro nas projeções que apresentei. Essas contas foram feitas ontem. Não tive tempo de fazer um trabalho estatístico mais apurado para chegar a esse tipo de informação. Inclusive, disseram assim: *“Você usou dados da DAR, da arrecadação líquida, de um ano ruim”*. É verdade, concordo plenamente.

Eu tinha até pensado nisso, mas, para tentar exatamente mostrar o quanto o sistema está frágil, criei inclusive aqueles cenários. Vamos fazer a arrecadação crescer 20%, 50%, 100%. Mesmo se eu tivesse usado um ano bom da arrecadação, um ano que fosse melhor, não teríamos qualitativamente muita diferença. O cenário continuaria ruim mais por conta do peso da despesa. Ela não é sensível. A economia pode ir bem ou mal. No ano que vem os benefícios vão ter que ser pagos? Vão. Não há como fugir disso. E, daqui a 2 anos, continuarão sendo pagos? Tem-se que pagá-los.



Quero dizer que o mercado vai influenciar a arrecadação muito mais do que as despesas. Há a influência das despesas também. O mercado também influencia a despesa. Mas o que já está contratado de estoque... Se analisarmos a quantidade de pessoas que hoje está recebendo benefícios, verificaremos que é uma despesa que vai durar o resto da vida delas. Não há como fugir disso.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O senhor poderia falar um pouco mais perto do microfone, por favor?

O SR. ALEXANDRE ZIOLI FERNANDES - Eu acho que este microfone funciona melhor, não é?

Então, essa questão, como eu disse, estrutural era muito forte na Previdência. Temos 19 milhões de aposentados, que estão ativos hoje. Então, é uma dívida contratada para o resto da vida deles.

Com relação a se fazer auditoria independente nos cálculos, acho ótimo. Estamos abertos, sem problema nenhum. Acho até válido que isso venha a validar o modelo utilizado, a transparência. Perfeito.

Quando respondemos aos requerimentos de informação, confesso que houve um... Acho que interpretamos errado. A ideia que se deu, quando pediram, é que estavam solicitando extrações de dados, tanto que eles estavam listados. Eram seis ou sete espécies de benefícios, com diversas características. A impressão que deu era que se estava pedindo uma extração de dados, e não que queriam os dados que foram utilizados no nosso modelo. E nós acabamos atendendo isso de forma, assim, indireta. Quando solicitaram memórias de cálculo, nós mandamos aquele material, o Anexo 1, junto com um CD. O CD contém exatamente o que estavam pedindo: todos os dados que foram utilizados no modelo. Esse é o CD. Inclusive, o grau de aderência do CD, com o pedido dos dados, é relativamente alto, deve ter uns 80%. A diferença é que aqueles dados que foram extraídos correspondiam não a um período todo, mas a um período menor; não foram microdados individuais. Então, já foi uma comoção...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Só uma observação: o senhor, no Ministério da Fazenda, respondeu aos requerimentos?

O SR. ALEXANDRE ZIOLI FERNANDES - Eu participei do processo.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O senhor recebeu o requerimento de minha autoria, do Deputado Ivan Valente?

O SR. ALEXANDRE ZIOLI FERNANDES - Sim, eu recebi uns itens...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Por que o senhor não mandou, ponto a ponto, para a Mesa da Câmara dos Deputados?

O SR. ALEXANDRE ZIOLI FERNANDES - Eu fiz a resposta. Algumas perguntas...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas não veio a resposta.

O SR. ALEXANDRE ZIOLI FERNANDES - Realmente eu não sei o que pode ter acontecido. Mas tenho uma nota técnica que foi escrita por mim.

Havia algumas perguntas cuja resposta era basicamente similar. Então ficaram agrupadas. Havia as questões 2 e 3. Aí eu já consegui responder as duas ao mesmo tempo, contando todo o fato.

Eu não sei o que pode ter acontecido, Deputado. Realmente não sei.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Vocês mandaram um documento padrão, que foi mandado também para o Senador Lindbergh Farias e para esta Comissão.

O SR. ALEXANDRE ZIOLI FERNANDES - Isso. O documento padrão era para responder as perguntas que eram exatamente o mesmo pedido: a extração de dados e a memória de cálculo. Então, para dar a mesma resposta, para tratar tudo de forma rigorosamente igual, fizemos aquele modelo.

Mas especificamente quanto ao seu pedido, Deputado, que tinha 16 ou 17 itens...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Exatamente.

O SR. ALEXANDRE ZIOLI FERNANDES - ...eu respondi todos eles.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Você poderia me responder ponto a ponto?

O SR. ALEXANDRE ZIOLI FERNANDES - Eu tenho a nota técnica. Eu posso passar aqui para o senhor.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu vou requerer isso através da Mesa da Câmara dos Deputados.

O SR. ALEXANDRE ZIOLI FERNANDES - Tudo bem, eu posso...



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Isso é regimental e constitucional, sob pena de prevaricação e crime de responsabilidade do Ministro.

O SR. ALEXANDRE ZIOLI FERNANDES - Realmente eu não sei o que aconteceu. Saiu da nossa coordenação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo. Vamos avançar. O senhor ainda precisa de mais tempo?

O SR. ALEXANDRE ZIOLI FERNANDES - De uma meia hora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - É?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ALEXANDRE ZIOLI FERNANDES - Não, eu acho que não vai dar... É brincadeira! Calma! É brincadeira.

Deixe-me tentar ir ao mais importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Deixe algumas para o final também.

O SR. ALEXANDRE ZIOLI FERNANDES - Isso.

Quem fez o nosso modelo de projeção? A nossa equipe é pequena. Realmente, não foi feita por nós, foi feita com o pessoal do IPEA, com técnicos da Secretaria do Tesouro Nacional, técnicos da Secretaria de Política Econômica. E foi feito durante 1 ano ou mais. Ficaram quase 2 anos trabalhando em cima disso. Algumas pessoas estavam trabalhando exclusivamente nisso. Então, houve um esforço enorme para desenvolver esse modelo. Se dependesse só dos técnicos da minha coordenação, isso seria impossível, diante de todas as atribuições...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas o Governo não tem 1 ano ainda?

(Não identificado) - Isso foi do outro Governo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O Governo não tem 1 ano.

O SR. ALEXANDRE ZIOLI FERNANDES - Começou em 2015, se não me falha a memória, o desenho, mas ficou pronto mais ou menos em 2016.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Foi do Governo anterior então?

(Não identificado) - Foi do seu Governo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Do meu, não, porque sou oposição.

O SR. ALEXANDRE ZIOLI FERNANDES - Mas isso é um modelo técnico.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pode ser o Governo de outras pessoas. Era do PMDB. Era do seu Governo!

O SR. ALEXANDRE ZIOLI FERNANDES - O mais importante é que nós nos colocamos à disposição para discutir esse assunto. Faremos a apresentação detalhada do modelo para todos os que tiverem interesse, sem problema nenhum. Marcamos o dia, reunimos todo o material e viremos aqui. Refaremos os cálculos e mostramos tudo.

Aquela nota técnica que tem o modelo em si foi muito resumida. Garanto a vocês: se fôssemos botar tudo, viraria um livro e iria ser pouco produtivo. Acho que é mais fácil apresentar e mostrar como funciona do que simplesmente dar uma resposta, porque aí realmente vai gerar confusão.

Nós tentamos fazer o nosso melhor, somos todos servidores, trabalhamos com muito afinco, com muita dedicação. É do senso comum achar que servidor público não trabalha. Isso é mentira. Nós trabalhamos muito, e trabalhamos com vontade, com o coração. Todos nós trabalhamos, e isso que é importante.

Se for preciso, nós marcamos um evento, uma reunião, um seminário, seja o que for, para tratar exatamente disso. Não há problema. O.k.?

Deixarei o resto para o final.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Só uma pergunta.

O SR. ALEXANDRE ZIOLI FERNANDES - Pois não.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Como vocês chegaram a essa tabela de salário mínimo?

O SR. ALEXANDRE ZIOLI FERNANDES - Ah, sim, essas questões são do modelo.

O modelo faz projeções de longo prazo, inclusive envolve questões demográficas, mas envolve atuarial também. Usamos a tábua de mortalidade. Então, há questões atuariais também envolvidas, certo?

À medida que a população começa a decrescer — porque a população no Brasil decresce —, está havendo uma redução do PIB; mas ele está crescendo, na verdade, em termos de taxas reais, só que, a cada ano, aquela taxa real está ficando menor. O PIB continua crescendo. O que acontece? Ele não está caindo, ele está crescendo cada vez menos. Isso é algo que se observa inclusive em países



mais desenvolvidos. É uma consequência de modelo. Mas, como eu disse, o modelo é uma coisa teórica, o modelo busca explicar a realidade de uma forma simplificada, mas, claro, desde que você use hipóteses razoáveis, que permitam refletir um bom grau de aderência. Mas é um resultado de um modelo.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - E o salário mínimo?

O SR. ALEXANDRE ZIOLI FERNANDES - O salário mínimo, estamos usando a regra do Governo, a atual, em que o salário mínimo é reajustado pela variação do INPC — Índice Nacional de Preços ao Consumidor, mais a variação do PIB de 2 anos atrás. Essa também está dentro do modelo.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. ALEXANDRE ZIOLI FERNANDES - Sim. Mas é como eu digo: fica talvez difícil de visualizar. Por isso estou propondo exatamente essa apresentação.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. ALEXANDRE ZIOLI FERNANDES - Mas a tabela é só o resultado.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Essa tabela é insustentável.

O SR. ALEXANDRE ZIOLI FERNANDES - A tabela é o resultado, é o resultado do modelo. Por isso que digo: é importante entender o modelo para poder entender o resultado.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. ALEXANDRE ZIOLI FERNANDES - Mas ainda assim há um crescimento real. É isso o que eu estava dizendo. Enfim, como todo o modelo, realmente ele pode ser criticado e tudo o mais. Faz parte, não há problema. Por isso nos oferecemos a apresentá-lo.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - É o PIB real, não é?

O SR. ALEXANDRE ZIOLI FERNANDES - Sim, em termos reais. Todos aqueles valores são em termos reais. Então, assim...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, vamos lá!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo?

O SR. ALEXANDRE ZIOLI FERNANDES - Deixamos para o final o resto, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo. Vamos em frente, então.



Ouviremos o Dr. André Calixtre, do IPEA. Seja bem-vindo! A palavra é sua.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O teu lado esquerdo está muito adormecido aí, Deputado Marun?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Hum?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O teu lado esquerdo está dormindo? *(Riso.)*

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Faz tempo que está dormindo o lado esquerdo. *(Risos.)*

O SR. ANDRÉ CALIXTRE - Vou ser bem rápido. Primeiro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Mas a direita está potente, o esquerdo... *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O seu lado esquerdo está dormindo já há muito tempo, não é? *(Riso.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - A direita está potente. *(Riso.)*
Vamos continuar!

O SR. ANDRÉ CALIXTRE - Obrigado, Presidente.

Primeiro, sobre essa questão do Fla-Flu e tal, acho que nós técnicos estamos numa situação — e vejo isso também acontecer com os Srs. Deputados — em que há uma dificuldade muito grande de dialogar entre uma proposta e uma contraproposta.

(Não identificado) - Isso é verdade.

O SR. ANDRÉ CALIXTRE - Na verdade, existe um impasse porque há uma diferença entre o que deveria ser priorizado nesse dito ajuste fiscal e outras formas de fazer ajustes fiscais que não passam necessariamente pelo corte de gastos. Isso envolve uma discussão sobre modelo de desenvolvimento e de teoria econômica.

Nesse modelo que foi apresentado existe uma teoria econômica muito clara. É uma teoria econômica convencional, que prevê produtividade marginal decrescente, que prevê pouca ou quase nenhuma mudança estrutural ao longo do tempo. E essa teoria econômica foi muito questionada. Ela foi questionada duas vezes em dois momentos distintos da história, com a crise de 1929 e com a crise de 2008. Ela foi completamente jogada em segundo plano, com a revolução



keynesiana. Ela renasce, na década de 60, com os positivistas e com o Solon, com os modelos de crescimento, e é enterrada na crise de 2008.

Por quê? É um modelo ruim? É uma teoria ruim? Não necessariamente. É uma teoria muito ruim para prever crises. Ela é péssima para funcionamento em períodos de crise. E estamos num momento de crise, e a crise se dá não só pelo decréscimo do PIB. Estamos em mudança de paradigmas, inclusive, paradigmas tecnológicos, que vão jogar essa sociedade que enxergamos hoje como capaz de certa quantidade de trabalhos por pessoa para outro nível que ninguém imagina, como ninguém imaginava que haveria na década de 70 uma terceira revolução industrial, que jogou a capacidade da humanidade de gerar e distribuir riqueza ao nível que era, naquele momento, insustentável, inimaginável, se continuasse daquela forma numa segunda revolução industrial.

Então, nós estamos trabalhando com ideias e teorias de pensamento econômico distintas. E isso afeta, sim, o modelo! Se se colocar produtividade crescente e mudança estrutural nesse modelo, ele não vai dar o mesmo resultado, mesmo dobrando a receita nesse modelo, porque é outra concepção de economia.

Por exemplo, vejam uma questão. Na parte das variáveis de receitas previdenciárias e PIB, calcula-se como constante a relação salário/PIB. O problema é que isso é inconsistente com o parâmetro do salário mínimo crescente que eles mesmos utilizam. Existe uma correlação fortíssima entre valorização do salário mínimo e relação salário/PIB.

Publiquei um estudo, recentemente, mostrando a relação, desde 1940, entre salário mínimo real e salário/PIB. O salário mínimo real cresceu em dois períodos da história: o do segundo Governo Getúlio até o golpe de 64 e o período Lula e Dilma. A relação salário/PIB cresceu junto com o crescimento do salário mínimo.

Então, usando esse parâmetro de crescimento do salário mínimo pela regra da produtividade, mais a inflação, crescimento real mais a produtividade, nós teremos uma relação salário/PIB, em 2059, que não será igual à de hoje, que está entre 45% e 46%.

Então, por que isso acontece? Porque, na minha concepção de modelo de teoria econômica, a economia é dinâmica. E dinamismo não é alguém projetar, ao longo de um "t" zero e um "t" 100, uma função que seja, necessariamente, uma



função cognitiva. Existem várias questões estruturais tecnológicas que afetam a capacidade preditiva de qualquer modelo, porque existe incerteza na economia. Principalmente, a economia capitalista é a economia, por excelência, incerta.

Em 2002, acreditava-se que nós não atingiríamos nenhuma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Em 2015, nós batemos todas, com exceção de uma. Por quê? Porque estava errado o modelo de previsão lá em baixo? Não. Foi porque os parâmetros de crescimento do PIB e da produtividade se alteraram.

Essa é um ponto que considero muito importante, tentando responder um pouco as questões. No pano de fundo disso, desse Fla-Flu, há mudanças de diferentes concepções de teoria econômica. Se nós não explicitarmos isso no debate, nós perderemos a capacidade de diálogo mínimo. Vai ficar uma tentativa de destruição completa ou aprovação integral. Eu acho que nenhuma dessas duas vai prosperar.

Então, é um pouco nesse sentido: que se explicitem as teorias econômicas por trás desse modelo! Eu acredito que a produtividade conta e altera parâmetros que não podem ser previstos em modelos de muito longo prazo. E o pior é querer prever isso. É temerário prever uma produtividade marginal decrescente numa sociedade como a brasileira, em que ainda temos 40% de mercado informal e uma relação salários sobre PIB, que está relacionada com a produtividade do trabalho, ainda inferior a qualquer país desenvolvido. Qualquer país desenvolvido, começando pela Coreia do Sul, tem relação salário/PIB acima de 50%. E, nos últimos 13 anos, em que houve todo esse período de crescimento da massa salarial, nós apenas reduzimos 10 pontos percentuais da taxa de informalidade e crescemos 10 pontos percentuais da taxa de salário sobre o PIB. Nós poderíamos crescer muito mais. Só que, para atingir esse objetivo, discordo que a questão da reforma da Previdência é condição *sine qua non* para a retomada do modelo de desenvolvimento.

Por que discordo? Porque a teoria econômica mostra claramente que, em períodos de recessão, o corte de gastos aprofunda os elementos conjunturais que deterioram as contas públicas, que têm seus elementos estruturais. Querem misturar um debate conjuntural com uma solução para 50 anos. Isso é temerário!



Nós temos que isolar os efeitos conjunturais sobre a Previdência dos efeitos estruturais sobre a Previdência. Em outras palavras, nós podemos ter uma recessão de 3,8% por 2 ou 3 anos, mas isso não é um evento corriqueiro na nossa economia. Isso afeta necessariamente a capacidade de financiamento de curtíssimo prazo do modelo quando nós voltarmos a crescer. E, quando nós voltarmos a crescer, que modelo distributivo nós vamos ter disponível? Essa é a questão.

Em relação à Previdência, Deputado Perondi, a meu ver, RPPS é outro problema. Sou totalmente favorável a aumento de alíquotas para servidores que recebem acima do RGPS e estão no sistema anterior. É um sistema que, mesmo que tenha sido reformado — os servidores novos, a partir de 2013, agora não têm mais esse problema —, tem muitas injustiças. Eu acho que, sim, é uma questão que não pode ser negada, inclusive não pode ser resolvida sem a parte dos militares. Ponto. Essa é uma questão.

Agora o RGPS é um mecanismo poderosíssimo de erradicação da pobreza extrema entre a população acima de 60 anos e de redução da desigualdade. Pelo menos 15% da queda do Índice de Gini que nós tivemos nos últimos 30 anos vieram do sistema previdenciário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Peço que conclua, ilustre palestrante.

O SR. ANDRÉ CALIXTRE - O RGPS não tem essa injustiça intrínseca, como se imagina. Ele não é um sistema de concentração de renda. Eu acho equivocado pensar isso. Ele, inclusive, atua na desconcentração da renda. Poderia atuar muito mais, principalmente se houvesse uma reforma dos outros sistemas e um modelo de desenvolvimento adequado à acomodação do crescimento estrutural do gasto previdenciário que nós inevitavelmente — Deputado Marcus Pestana, infelizmente, saiu — teremos, mas que é possível se adequar, se não incorporarmos uma teoria econômica que prevê um desastre nacional em 2059. Com essa taxa de produtividade, se for correta, nós fracassamos como Nação. Se nós tivermos uma produtividade decrescente marginal nos próximos 59 anos, podemos fazer a reforma que quisermos, nós fracassamos como Nação.

Obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo. Vamos dar sequência.

O próximo inscrito é o Deputado Heitor Schuch, que não se encontra.

Concedo a palavra ao Deputado Julio Lopes.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Acho que sou eu o próximo. Então, tem que inverter a tabela de V.Exa. quanto aos inscritos pela Liderança. Eu sou o próximo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não, mas veja bem...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - A informação foi da Secretaria; não foi minha, não!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - V.Exa. é o próximo Líder.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não, mas o Deputado Thiago já tinha dito que, depois que a Mesa falasse, seria eu.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Sr. Presidente, por favor, pela ordem.

Eu tenho tanta admiração pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá e gosto tanto de ouvi-lo que esperarei, com prazer, que ele o faça.

Por favor, Deputado Arnaldo, fique à vontade.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não me importo com isso. Eu só estou dizendo que o Deputado Thiago Peixoto disse que seria eu. Está aqui o Deputado.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Por favor, Deputado, será um prazer ouvi-lo. Eu o farei na sequência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Mas eu gosto de fazer bem certinho as coisas.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Olhe a Mesa aí! Consulte a Mesa!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - A cada dois, fala um Líder. Após o Deputado Ivan Valente e o Deputado Arlindo Chinaglia, falou um Líder; após o Deputado Pepe Vargas e o Deputado Luiz Sérgio, falou um Líder; após o Deputado Edmilson Rodrigues, a Deputada Jandira Feghali, falou um Líder; após o Deputado Marcus Pestana e o Deputado Davidson Magalhães, falou um Líder. E,



agora, após o Deputado Thiago Peixoto, fala o próximo inscrito, que é o Deputado Julio Lopes, e depois fala um essencialmente Líder.

Essa é a ordem certa.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - A Mesa me informou que seria eu. A Mesa me informou.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Deputado, eu vou pedir que se acresça o tempo de Líder, porque já chegou a informação à Mesa da Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Qual é o procedimento? É essa a ordem e, se chegar a sua vez...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Se ele for falar como inscrito, eu respeito; se ele for falar como Líder, quero falar eu então.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não, não. Veja bem: a todo o momento que fala, o cidadão acrescenta o tempo da Liderança. É isso que nós fazemos. Sempre fizemos isso!

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Tudo bem, mas o Secretário da Comissão me disse que seria eu depois que interrogassem os nossos palestrantes.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Deixe o Deputado Arnaldo falar — ele está com pressa, está ansioso —, por favor!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Deputado Arnaldo, V.Exa. está com pressa? V.Exa. é o próximo, mas, se está com pressa, eu lhe passo...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não é questão de pressa, é questão de (*ininteligível*).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Então, eu volto ao Deputado Julio Lopes. Deixe-me dizer por que eu faço isso. Eu estou sendo extremamente rígido porque quem faz assim evita confusão. É por isso que não está havendo confusão nesse sentido.

Passo a palavra ao Deputado Julio Lopes. V.Exa. tem o seu tempo e o tempo de Liderança do Governo. V.Exa. tem 15 minutos.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar os ilustres palestrantes da Mesa.



Vou começar, mais uma vez, dizendo, Sr. Presidente, que esta reforma não atinge 66% dos brasileiros, que têm a expectativa de receber um salário mínimo ou recebem um salário mínimo e continuarão a fazê-lo, Dr. Claudio e Dr. André. Portanto, estamos aqui tratando de 34% dos mais bem aquinhoados da nossa sociedade. Essa é a minha visão. E eu posso debater com os senhores aqui com bastante tranquilidade.

Quanto a modelos preditivos econômicos, nós não temos bons modelos preditivos no Brasil, mas também não os têm os Estados Unidos ou a Inglaterra. Os senhores são economistas e sabem que nós não tivemos muito êxito nos cenários de previsão econômica, tanto na América do Norte como na Europa, com relação aos preços do petróleo. Não existiram predições econômicas para, no mínimo, alertar que iríamos entrar nas crises que estamos vivendo.

Portanto, os senhores, como bons economistas, sabem que este fenômeno estocástico que aconteceu com a economia brasileira não era previsível em lugar nenhum do mundo, em teoria econômica nenhuma no mundo. Nem se poderia prever jamais que o PT e a sua desastrosa administração submetesse o Brasil a uma crise dessas proporções, querido Deputado Marun.

Aquilo a que se referiu o Dr. Claudio obviamente ele sabe com muita profundidade, porque é um economista graduado e responsável. Ele fez uma observação sobre a questão do modelo preditivo da Previdência que ele sabe equivocada, porque é óbvio que, quando se prevê alguma coisa economicamente, tem que se considerar o *ceteris paribus*, que é exatamente as condições mínimas de temperatura e pressão dentro das quais os fatos evoluirão. E o Dr. Claudio sabe que, obviamente, quando se reformou a Previdência em 2002, logo em seguida se fez uma nova reforma da Previdência, mudando assim toda a equação econômica e o *ceteris paribus* dentro do qual se inseria aquele modelo econômico e aqueles modelos preditivos, Deputado Perondi. Portanto, tenho convicção profunda de que tanto o Dr. Claudio quanto o Dr. André e o Dr. Alexandre sabem que falam aqui de coisas que não têm razoabilidade, sob o ponto de vista do que ocorreu na economia brasileira.

Os Governos do PT, o Presidente Lula e a Presidente Dilma, submeteram o Brasil a uma profunda reforma que teve consequências imprevisíveis no



desdobramento da Previdência. E consequências ainda mais imprevisíveis foram aquelas que fizeram a desastrosa mexida na economia que a Presidente fez com o seu intervencionismo, fazendo inclusive que agora nós tenhamos que devolver 60 bilhões de reais, Deputado Arthur Maia, só no sistema elétrico brasileiro. Só na eletricidade há 60 bilhões de reais para pagar, fora a confusão, de que estamos falando, do lado de cá. E o Dr. Claudio sabe que não havia previsão — havia, sim, claro, que, se ela fizesse...

Aliás, eu dizia ao meu motorista: *“Se Dilma insistir com esse preço da gasolina, este País vai explodir”*. É óbvio que ele vai explodir, Deputado Marun. Não havia economia no mundo que pudesse prever que nós iríamos entrar na crise de petróleo que entramos. Não havia economista que conhecesse ferrosos ou que conhecesse minerais que previsse a crise que houve com o ferro, a principal matéria-prima exportada pelo Brasil e recepcionada na China, da mesma forma que nunca se pôde prever que a economia brasileira fosse entrar num colapso dessas proporções.

Estamos falando aqui, portanto, não de modelos preditivos, de questões estocásticas e de eventos episódicos. Estamos falando aqui de um Presidente e alguns abnegados Deputados, homens que querem tentar oferecer ao Brasil uma nova oportunidade e um novo modelo, Deputado Marun. Toda administração que nos antecedeu foi muito frouxa. Esculhambaram o equilíbrio fiscal, não prezaram o equilíbrio de contas e estamos na situação que estamos. Estamos falando aqui, Deputado Maia, é de agora usarmos um pouquinho mais de rigor, Dr. Claudio, e prevermos as coisas com um pouquinho mais de seriedade, sem contarmos tanto com aquele ovo que a galinha ainda não pariu. Nós temos que colocar essa economia em ordem.

Eu sei que o senhor é um excelente economista. O senhor concorda conosco que é óbvio que essa reforma da Previdência não é uma varinha de condão nem é um toque mágico. Ela terá de ser complementada, ela terá de ser somada, adicionada a uma profunda reforma trabalhista e a uma profunda reforma tributária, sem o que o Brasil não sairá desse imobilismo.

Portanto, estamos tratando aqui de uma parte pequena, que pode ter consequências maiores ou menores. E não há modelo preditivo nenhum, nem



atuarial nenhum, que vá acertar essas contas, como querem aqui os nossos ilustres palestrantes. O que nos permite avaliar e concluir um pouco melhor é o estudo da economia brasileira. O Dr. André é economista do IPEA. Tenho enorme admiração pelo IPEA. Tudo que eu posso eu vou lá perguntar, porque eu gosto, acho o pessoal competente. Ele sabe melhor que eu.

Aliás, essa é uma conversa que nós deveríamos ter aqui. Ficam falando: *"Ah, esse negócio, Deputado leva caixa dois, Deputado caixa dois, não sei o que caixa dois!"* O Brasil é caixa dois, Deputado Arthur Maia! O tamanho da economia informal no Brasil é 120% do PIB argentino! Nós temos 547 bilhões de economia informal, no mínimo. São 18,5% do PIB, não há o que discutir. Se o Dr. André achar que está diferente... Lá em 2002 se tinha a previsão de que talvez isso... E chegamos a ter quase 16%. Mas a verdade, Dr. André, é que fizeram um desastre de tal proporção que esse troço está 19%. Com 13 milhões de desempregados, nós vamos para 20%! É economia informal, sim! Nós estamos nesse contexto. O que nos compete fazer aqui, Sras. e Srs. Deputados e aqueles que assistem a esta reunião, é trazer essa economia enorme para a formalidade, e só vamos fazê-lo se tivermos uma taxa sobre o posto de trabalho menor do que 28%. Não há reforma, não há o que se fazer quando é 28% o custo do posto de trabalho direto só para a Previdência. Vai continuar havendo muito desemprego no Brasil.

Precisamos reformar essas coisas em conjunto, e é o que estamos tentando fazer aqui. É óbvio, Dr. Claudio: vamos errar e acertar. Ao longo da minha vida, talvez eu até tenha errado mais do que acertado. Mas eu estou aqui por convicção, juro por Deus! Eu estou aqui porque acredito profundamente que eu vou dar uma contribuição. Essa contribuição é tentar promover um ajuste; tentar promover uma Previdência que considere os parâmetros econômicos com maior rigor; que trate das questões profundas de previdência, trabalho e tributação com outra visão. Não podemos continuar permitindo uma economia informal no patamar de 18,5% da nossa economia. Não podemos continuar tratando a prosperidade dos nossos filhos e netos com o descaso que temos tratado. Precisamos fazer com que os ajustes promovam um reencontro dos fatores econômicos, para que tenhamos finalmente um desempenho que justifique os nossos filhos e netos terem uma vida melhor do que a nossa.



Dr. André, os nossos filhos e netos, ou os seus netos, Deputado Arnaldo Faria de Sá, de alguma forma, já estão assistidos — não é, Dr. Claudio? —, mas os filhos e netos das Marias, dos Josés e dos Antônios do Brasil inteiro, esses, sim, nem hoje nem amanhã terão oportunidade de nos suceder neste Parlamento. Tudo o que eu quero é que um dia, neste Parlamento, meu filho ou um tataraneto meu tenha que competir e lutar e talvez perca a competição para alguém que venha das classes mais desfavorecidas, das classes em que o País é mais sofrido. É disso que se trata aqui. E eu estou fazendo isso com abnegação, sabe por quê? Porque acredito profundamente que estamos dando contribuição. É nesse sentido que nós estamos neste debate.

Eu quero só dizer que hoje esteve aqui um juiz — sabe, Deputado? —, e não houve um só juiz ou membro do Ministério Público que viesse aqui que ganhasse o teto. Todos ganham acima do teto. Aqui já estiveram alguns que ganhavam 72 mil reais, 80 mil reais, 60 mil reais. Há promotor que não trabalha, que está cedido a sindicato, ganhando 60 mil reais. E há toda essa gente próspera a falar da grande Previdência do Brasil, coisa (*ininteligível*)! Esse senhor que está aqui hoje — coitado — é até um dos menos aquinhoados, porque ele ganha acima do teto pouca coisa.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Deputado, eu posso lhe ceder a vez depois, se V.Exa. desejar. Eu queria só que V.Exa. me ouvisse com respeito, por favor.

Aliás, eu quero dizer aqui que é lamentável o que dizem todas as vezes que se referem ao nosso homem na Previdência, Deputado Perondi. Os Deputados dizem aqui que ele trabalha para o setor privado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Trabalha mesmo!

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Deputado Arnaldo, V.Exa. está brincando!

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - BRASILPREV.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - A BRASILPREV é do Banco do Brasil, é do seu Banco do Brasil!

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas é privado! Mas é privado! É privado, sim! É previdência privada, sim!



O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Como aqui não é quitanda, peço que se reponha o meu tempo, Sr. Presidente. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Ponham 2 minutos para o Deputado Julio Lopes.

Vou fazer o seguinte: toda vez que houver esse tipo de intromissão na fala de outro, vou repor o tempo com tempo suplementar, como penalidade. Certo?

Ponham 2 minutos a mais no tempo do Deputado Julio Lopes.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Eu lhe agradeço.

Eu quero, Sr. Presidente, dizer aqui, com toda a seriedade, o seguinte: o que nós estamos propondo desta vez é um ajuste mais profundo, um ajuste mais firme; é fazer algo que permita às gerações que vão nos suceder até nos rever, mas nos rever de forma liberalizante, depois que nós tivermos ajustado as contas

Nós sempre tivemos a tendência... O senhor sabe melhor do que eu; eu não vou lhe ensinar, porque o senhor sabe melhor do que eu. Tenho certeza disso. Eu sou partidário profundo do sistema de capitalização, que é o sistema que se usa no Canadá, é o sistema que se usa nos Estados Unidos, é o sistema que se usa no mundo desenvolvido. Aqui não dá para fazer isso, porque o custo de transição de um modelo para outro iria custar três ou quatro PIBs. Não temos como pagar isso, dependendo, obviamente, da temporalidade de que nós estivermos tratando.

Mas esse sistema de partição com que nós trabalhamos e sobre o qual nós temos que atuar é um sistema absolutamente generoso. A aposentadoria máxima no Brasil, Deputado Perondi, é de 5 mil reais, e o salário mínimo é de 900 reais. Então, ela é cinco vezes o salário mínimo.

O senhor sabe melhor do que eu: nos Estados Unidos, o salário mínimo da Previdência é de 1.200 dólares, quando o patamar mínimo de arrecadação do trabalhador médio americano é de 40 mil dólares! E a Previdência americana se obriga a pagar 1.200 dólares! Isso ocorre porque eles são pobres lá, coitados; os americanos, coitados, tão sofridos naquele país que se desenvolve tão pouco.

É claro, esse é um país que também, como eles sabem, não pôde prever a sua crise imobiliária. Não a conseguiram prever; ela aconteceu. Não conseguiram prever nem a recuperação que o Obama acabou fazendo. Isso é difícil mesmo. O senhor sabe que é difícil.



Enfim, nesse modelo, não conseguimos prever o preço do petróleo, não conseguimos prever o preço do ferro, não conseguimos prever a produtividade de que o Dr. André falou, que eu conheço bem. A produtividade do Brasil, talvez ele saiba melhor do que eu, está estacionada há mais de 20 anos. Como é que se vai falar de produtividade se a produtividade *per capita* no Brasil é zero e não aumenta há 20 anos?! Qual é a razão pela qual o senhor está acreditando que a produtividade brasileira vai melhorar?

Com toda a sinceridade, isso é tudo que eu quero na minha vida! Eu sou professor e quero muito que os meus alunos — aqueles que se formam comigo, aqueles que estudam comigo — tenham uma produtividade maior, e eles certamente a terão. Mas o conjunto dos brasileiros, Dr. André, eu não sei de onde o senhor tirou esse dado. A produtividade no Brasil é a pior do mundo, deve estar lá pelo cento e tanto do pior. Lamentavelmente, não dá para dizer, Deputado Perondi, que nós vamos aumentar, Deputado Chinaglia, a produtividade do Brasil.

E aí vamos falar de crescimento médio do PIB?! Pelo amor de Deus, Dr. Claudio, que crescimento médio do PIB! Aí mesmo é que não dá, não há campeonato em que o senhor acerte! É tudo zero!

Vamos combinar o seguinte: fazemos dessa vez, Deputado Marun, algo um pouco mais rigoroso, algo um pouco mais justo. E aqui permitimos que, no Congresso que vem — talvez nem nos elejamos em função de todas essas questões —, aqueles que venham para cá tenham a capacidade de liberalizar um pouquinho, possam talvez rever as nossas ações de forma liberalizante, mas não tenham, como nós temos que fazer aqui hoje, que cortar direitos, porque isso dói na carne, isso dói no coração de cada um de nós.

Eu sou professor. O senhor acha que eu tenho alguma alegria de estar aqui discutindo que se acabe com a pensão especial dos professores? Só se eu fosse maluco! A minha mãe é professora primária; ela morreu, está no céu, mas deve estar muito triste por se estar acabando com a aposentadoria especial dos docentes.

Mas eu estou fazendo isso — sabe por quê, Deputado Marun? — porque eu acredito que assim nós vamos dar muito mais prosperidade. Os docentes que estão hoje nas ruas se mobilizando vão ter mais oportunidade de emprego e melhor condição de trabalho para oferecer aos seus alunos, uma condição que eles não têm



hoje. Eles vão poder ir para a aula com outra disposição porque estarão ganhando mais, porque a economia brasileira vai começar a andar. E nós vamos sair desse dilema enorme de estarmos sempre revendo, restringindo, cortando, capando o Brasil.

Vamos fazer diferente, vamos olhar para frente, vamos enfrentar a questão com coragem e propor uma reforma da Previdência que ajude o Brasil!

E eu quero dizer, só para terminar: eu não estou de acordo com a proposta do Governo. Acho que ela precisa ser muito melhorada. E eu estou aqui na Comissão para muito melhorar a proposta do Governo, ouviu, Dr. Claudio? Eu não vim aqui para assinar a proposta do Governo em branco, porque eu estou a soldo de cargo ou porque eu estou a soldo de qualquer outro interesse. Eu estou aqui porque eu quero reformar as regras de transição, eu quero reformar a questão dos 49 anos, eu quero dar uma contribuição numa série de questões. Acredito que vou fazê-lo. E nós vamos construir uma Previdência melhor e mais justa para o Brasil.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Agradeço ao Deputado Julio Lopes.

Passo a palavra ao próximo inscrito, pelo tempo de Liderança, o Deputado Arlindo Chinaglia...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, o próximo inscrito sou eu! O que é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - ...ou melhor, o Deputado Arnaldo Faria de Sá. Não falei o nome do Deputado Arlindo Chinaglia por brincadeira, é que eu vejo muito o Deputado Arlindo Chinaglia. Soma-se ao tempo de 5 minutos pela Liderança o tempo de 5 minutos de inscrição. Eu peço desculpas a V.Exa. porque realmente aconteceu essa indevida alteração no seu nome.

Antes, porém, informo que o Dr. Claudio está se retirando. Ele fez as suas considerações há pouco. Podemos liberá-lo.

Muito obrigado, Dr. Claudio. Faça boa viagem! Obrigado pela contribuição.

Tem 10 minutos e 30 segundos o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Obrigado.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Relator, nossos convidados, na verdade, nós estamos discutindo a questão da Previdência como se ela fosse culpada dos problemas do Brasil. Ela não é culpada dos problemas do Brasil. Tem razão o Dr. André, outros problemas são os culpados. E grande parte da cobrança que se faz à Previdência é a questão dos juros que o Brasil paga.

É absurdo, Presidente, e ninguém fala isso, que o Brasil tenha hoje uma reserva de 380 bilhões de dólares. O que adianta ter uma reserva de 380 bilhões de dólares e não ter sustentabilidade econômico-financeira? Já poderia ter sido diminuído um pouco dessa reserva. Sabe qual é o custo anual dessa reserva? É 160 bilhões de reais — 160 bilhões de reais! Só a manutenção da reserva custa 160 bilhões de reais por ano. Para isso eu não vejo nenhum economista chamar a atenção, não vejo ninguém falar! Querem cortar do desgraçado do coitado do trabalhador a sua aposentadoria, querem impedir a cumulatividade da pensão, querem levar o benefício da prestação continuidade para um valor menor do que o mínimo e para 70 anos de idade! Esses são os problemas do Brasil? É lógico que não são, Presidente! A coisa é tão grave que o Governo, para tentar sustentar essa mentira, vendeu páginas inteiras de jornal, anúncios de televisão, *outdoors*, *indoors*. Ainda bem que hoje a Justiça de Porto Alegre suspendeu tudo isso. E aí vem o absurdo: dizer que não pode responder com dados às perguntas da Comissão porque custa demais poder fazer isso e não há previsão no Orçamento. Ora, só parte do dinheiro... Não acaba, de certa maneira, tendo alternativa.

Aí, então, eles vêm cortar a aposentadoria, elevar para 49 anos o tempo de contribuição e para 65 anos a idade. A idade do trabalhador rural, que hoje é 60 anos para o homem e 55 anos para a mulher, vai para 65 anos. As aposentadorias de risco estão todas limitadas, e acabam sendo inviabilizadas as de penosidade, periculosidade e insalubridade e a dos professores.

Na verdade, Sr. Presidente, é preciso mudar a estrutura econômica do País e não penalizar o trabalhador. Treze milhões de desempregados é o número que admite o Governo, mas é muito maior do que esse o número de desempregados, porque aquele que parou de procurar emprego não está na lista de desempregados e aquele que fez um bico nos últimos 60 dias não está na lista de desempregados.



Então, somado tudo isso, vamos chegar perto da casa dos 20 milhões de desempregados.

Se esses estivessem empregados, a sua contribuição para a Previdência, mais a cota-parte das empresas, daria a oportunidade de se ter uma grande arrecadação.

E não dá para misturar — e lembrou bem aqui o André — RGPS com RPPS. Joga-se tudo no mesmo balaio porque se quer ganhar a desculpa do que se tem que fazer de reforma. Já deixaram de fora os militares, vai ser retirada a Polícia Militar, está se negociando para retirar a Polícia Civil.

Aí todo mundo entende o que aconteceu no dia de hoje: em mais de 20 Estados brasileiros aconteceram grandes manifestações. Por que todas essas manifestações? Porque não dá para acreditar nesta proposta absurda.

E o pior de tudo: na discussão que tivemos agora há pouco, vimos que Marcelo Caetano é do Conselho de Administração da BRASILPREV, sim! Isso está provado e comprovado. Ele está fazendo o jogo da inviabilização da previdência pública para fazer o jogo da privada. É isso que ele está fazendo. Colocaram a raposa para tomar conta do galinheiro, o Sr. Marcelo Caetano.

É só voltarmos um pouco para trás e lembrarmos que, neste País, na época da Revolução, havia GBOEX, CAPEMI, Montepio da Família Militar, montepio disso, montepio daquilo. Apresente-me alguém que se aposentou por uma dessas arapucas, Deputado Major Olimpio! Descubra alguém, agulha no palheiro.

Na reforma de FHC, criou-se um fundo de previdência com um nome bonito até: Prever. Sabem quem eram os acionistas do Prever? Os bancos Bamerindus, Nacional e Unibanco. Nenhum deles existe mais.

E aí se vem com aquela história de que é preciso impedir a mulher de receber a pensão do marido que faleceu, se ela também trabalhar, porque não poderá receber sua aposentadoria. O que é isso? Sistema contributivo permite a concessão de um benefício, e aí não se pode ter o benefício da pensão porque recebe aposentadoria, ou não se pode ter aposentadoria porque recebe pensão. Isso é deslealdade, falta de respeito, falta de consideração.

Não é essa reforma que tem que ser feita, não! A reforma que tem que ser feita é impedir que a corrupção continue andando neste País. Ontem houve lista do



Janot de novo. Há muita gente preocupada com a lista do Janot. E mais gente ainda vai aparecer na delação da Odebrecht. E, depois da Odebrecht, há OAS, Camargo Corrêa, Queiroz Galvão. Há muitas outras para aparecer e certamente vai ficar demonstrado quem são os ladrões do dinheiro público.

O gozado é que até quer se justificar o caixa dois da economia informal, como se justificar o caixa dois da economia informal justificasse o caixa dois desses caras aí. Caixa dois é caixa dois, não tem conversa. E às vezes até caixa um é complicado.

Então, na verdade, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quer se imputar aos trabalhadores uma culpa que eles não têm.

E um detalhe também não está sendo levado em consideração. Sabem qual é o total da dívida ativa da Previdência? Passa da casa do meio trilhão de reais — meio trilhão de reais! E aí vêm aqueles que querem dizer ainda que, para resolver a questão econômica do País, tem que se manter a DRU. A Desvinculação de Receitas da União levou ano passado da Seguridade Social 120 bilhões de reais — bilhões, com “b” de bola! — e, no período todo da DRU, até 2023, vai levar 1 trilhão de reais da Seguridade Social.

Que Seguridade quebrada é essa? Quebraram-na para fazer o jogo. Essa reforma interessa sabe a quem? Ao mercado financeiro, por duas razões, para poder resolver a questão dos indicadores econômicos. Eles poderiam melhorar essa situação se reduzissem um pouco a reserva que, repito, está em 380 bilhões de dólares. Na verdade, querem é tirar isso do lombo do coitado do trabalhador: 49 anos para ter direito a uma aposentadoria integral, com 65 anos de idade.

É melhor revogar a Lei Áurea, voltar à escravidão. *“Vai ser escravo, seu desgraçado! Você não vai se aposentar nunca mais!”* É isso que querem, para poder justificar a recuperação econômica, melhorar a imagem de um governo que já deve lançar ao mar alguns a partir da próxima semana, porque a situação vai ficar muito mais complicada do que já está.

Não adianta esconder também o que pagamos de juros da dívida externa: mais de 300 bilhões no ano passado, mais de 340 bilhões este ano. E a culpa é do trabalhador. O trabalhador não tem culpa de nada! E hoje saem nas ruas todos para se manifestar, mostrando a sua insatisfação e a sua indignação. Aqueles que



querem servir ao poder esperem o ano que vem. Terão a resposta devida e necessária, porque, sem dúvida nenhuma, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, não é o trabalhador o culpado das mazelas nas quais está medido este País. Sem dúvida nenhuma, de todas as iniquidades, a mais grave é aquela que quer levar o benefício de prestação continuada para 70 anos, sem a garantia de um salário mínimo.

Peço mais 30 segundos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Concedidos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Obrigado, Presidente.

Outra coisa: Relator Deputado Arthur Maia, aumentar o tempo de contribuição mínima de 15 anos para 25 anos, numa paulada só, é um absurdo. Tem que ter uma escadinha, uma escadinha, porque, quando ele era 5 anos, para passar para 15 anos, aumentou meio ano a cada ano. Aumentá-lo agora de 15 anos para 25 anos de uma vez só é uma iniquidade.

Eu tenho certeza de que V.Exa. terá um pouco da sensibilidade que está faltando àqueles que gestaram certamente um monstro como esse e querem idade igual para homem e mulher porque certamente nunca pariram na vida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao próximo inscrito, o Deputado José Carlos Aleluia. (*Pausa.*) Ele não se encontra no plenário.

Passo a palavra ao próximo inscrito, o Deputado Alessandro Molon, que soma o seu tempo com o tempo de Líder pela Rede, de 5 minutos.

V.Exa. tem 10 minutos, Deputado.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Muito obrigado, Presidente.

Quero cumprimentar V.Exa., o Relator e os expositores e agradecer a presença deles aqui na Casa. Independentemente de concordarmos ou não com a visão de qualquer um dos dois, a Casa precisa agradecer a generosidade de dividirem conosco o seu tempo, a sua visão. Quero cumprimentar também os demais colegas ainda aqui na Comissão.

Primeiro, quero cumprimentar V.Exa. pela realização do seminário internacional de ontem. Eu acho que foi uma iniciativa muito importante. E eu aprendi muito especialmente com dois representantes que vieram ontem. O representante do Chile, o ex-Ministro da Fazenda do Chile, deu lições básicas aqui,



que o nosso Governo poderia aprender: primeira, antes de se propor uma reforma da Previdência, é preciso dialogar.

É preciso transparência nos dados. Veja V.Exa.: hoje, depois de praticamente 1 mês de luta, nós recebemos aqui o modelo atuarial. Vamos analisá-lo e debatê-lo, mas esse tempo todo ficamos sem acesso a essa informação, que veio incompleta. Mas nós vamos analisar, debater, embora o correto fosse o Governo ter enviado isso há muito tempo.

O ex-Ministro da Fazenda do Chile ensinou mais uma coisa a nós: que não se faz reforma da Previdência pensando apenas em um aspecto, a sustentabilidade financeira. Ele disse que esse aspecto tem que ser considerado, evidentemente, mas também a quantidade de benefícios, a cobertura do sistema e a qualidade dos benefícios, ou seja, a taxa de reposição, o quanto cada um vai ganhar e se aquilo é suficiente para uma sobrevivência digna pelo menos. Isso não está sendo considerado aqui!

Infelizmente a proposta que o Governo mandou é uma proposta cruel, desumana e injusta. Eu espero que essa proposta seja fragorosamente derrotada aqui na Casa, porque hoje ela começou a ser derrotada nas ruas do Brasil. Não foram poucas pessoas para as ruas, não, Presidente, foram centenas de milhares de pessoas! Segundo algumas estimativas, foram cerca de 1 milhão de pessoas. É a primeira manifestação. É a primeira manifestação. Para quem ainda acha pouco, outras virão maiores.

Houve em São Paulo um gesto que me chamou a atenção. Metroviários pararam os seus serviços. A população aplaudiu. Houve gente que disse que deveria parar tudo, não apenas o metrô.

O País vai parar, Presidente, porque as pessoas não querem trabalhar até morrer! Não querem ser tratadas como escravas! Elas querem ter o respeito do Poder Público e uma vida digna.

Querem elevar de 65 anos para 70 anos a idade para se receber o BPC — Benefício de Prestação Continuada, que é dado aos extremamente pobres, pessoas que ganham um quarto do salário mínimo por mês. Como é que alguém pode dizer, Presidente, que aumentar essa idade de 65 anos para 70 anos é combater privilégio?



José Aníbal escreveu um artigo hoje criticando o ator Wagner Moura por ter feito um vídeo que está circulando pela Internet, aliás, um excelente vídeo. Ele diz que Wagner Moura está contando uma história da carochinha. História da carochinha conta quem diz que nos países da Europa a idade mínima é de pelo menos 65 anos. Ontem o seminário internacional provou que isso não é verdade.

Eu vou dizer pela segunda vez, mas, se tiver que dizer dez vezes aqui na Comissão, eu vou dizer: idade mínima é a idade abaixo da qual ninguém pode se aposentar. E na Europa há duas idades diferentes: a idade de referência e a idade mínima. Aqui no Brasil só querem que haja idade mínima.

A idade de referência é aquela em que, em princípio, alguém vai se aposentar. A idade mínima é aquela a partir da qual alguém pode se aposentar, embora com um desconto no que receberia de aposentadoria.

Eu tenho aqui a tabela e posso citar as idades mínimas e de referência de vários países. Há países da Europa que têm idade mínima de 57 anos e de referência de 65 anos; ou seja, em princípio, a pessoa deve se aposentar aos 65 anos, mas a partir dos 57 anos já pode pedir aposentadoria. Ela vai perder, como aqui no Brasil perde se se aposentar antes de um determinado tempo. Temos agora a fórmula 85/95.

Um colega agora há pouco disse que a verdade é teimosa. Não adianta o Governo imaginar que vai repetir a mentira de que essa reforma é para combater privilégios, porque as pessoas que foram às ruas hoje são os professores! E professor neste País pode ser tudo, menos privilegiado! É mentira chamar isso de privilégio!

As pessoas que se aposentam por idade aos 65 anos e só conseguiram comprovar 15 anos de contribuição, ou melhor, aquelas que comprovam menos do que 25 anos são 79%! Essas pessoas, Presidente, não são privilegiadas. São trabalhadores que não conseguiram comprovar mais tempo, mas não porque não trabalharam. Não são pessoas que ficaram até os 40 anos sem fazer nada e começaram a trabalhar e contribuíram dos 40 aos 65 anos. É gente que não conseguiu recolher porque o patrão não declarou, porque não tinha carteira assinada. É gente que teve que se virar para sobreviver. Esse é o Brasil de verdade!



O Brasil de verdade não é o de pessoas como Michel Temer, que se aposentou aos 55 anos, com um salário de mais de 20 mil reais; não é o Brasil de Eliseu Padilha, que se aposentou aos 53 anos, com milhares de reais! Isso é exceção e deve ser combatido!

No entanto, diminuir o piso da pensão para menos de 1 salário mínimo e dizer que isso é combater privilégios? É salário mínimo, Sr. Presidente! O salário mínimo já está aquém das necessidades de uma pessoa para sobreviver. Todos nós sabemos disso. É verdade que o valor dele foi recuperado, felizmente, com muita luta, mas ele ainda está baixo.

Reduzir o valor da pensão para menos de 1 salário mínimo é combater privilégio? As pessoas vão ter que trabalhar 49 anos para receber menos do que recebem hoje. Isso é combater privilégio? Ora, tenha santa paciência!

As pessoas não acreditam nisso e estão indo para a rua. Hoje foi um dia de uma grande vitória do Brasil. Eu queria aproveitar a Comissão para agradecer às pessoas que foram para as ruas. Eu vi uma mensagem linda de uns professores, que circulou pela Internet hoje. Os professores estavam pedindo desculpas aos alunos por não terem dado aula, dizendo que iam sentir falta deles, que queriam estar com eles, mas que estavam nas ruas lutando pelo futuro deles.

É por essas pessoas que nós estamos lutando. É pelos direitos desses trabalhadores que nós estamos lutando. As pessoas têm o direito de ir para a rua lutar. Eu queria dizer muito obrigado às pessoas que hoje foram para a rua lutar. Quero agradecer também às pessoas que irão às próximas manifestações — porque virão outras maiores.

Eu fico pensando o que vai ser esse 1º de maio. Esse 1º de maio vai dar um grande recado para o País. Os trabalhadores brasileiros e as trabalhadoras brasileiras vão dizer: *“Não mexam nos nossos direitos”*. Sim, vamos melhorar o Brasil, mas o tornando melhor para as pessoas que o constroem, e não pior. Eu tenho certeza de que essa reforma não passa assim.

É engraçado que quem defende a reforma e pede diálogo é da base de um Governo que diz que a reforma tem que passar desse jeito. Que diálogo é esse? Nós vamos derrotar essa reforma, Sr. Presidente, porque ela é cruel, porque ela é injusta, porque ela precisa ser derrotada.



Hoje nós começamos a virar o jogo nas ruas. Aqui no Parlamento, os senhores sabem que a maioria dos Parlamentares, inclusive da base do Governo, não votam nessa reforma.

Ontem, no seminário internacional, com o exemplo do Chile, ficou claro que há como se fazer uma reforma da Previdência que seja justa, que amplie a proteção das pessoas e que seja sustentável financeiramente. A reforma do Chile foi aprovada por unanimidade. Isso foi o que nos relatou ontem o Ministro da Fazenda.

Esse deveria ser o debate a ser feito. Uma reforma da Previdência para quê? Para quem? Para quem? Essa reforma mira, sobretudo, quem constrói o País, especialmente os pobres. Mas ela será derrotada!

Muito obrigado às pessoas que foram às ruas hoje para começar a derrotar essa proposta, que há de ser enterrada aqui na Câmara dos Deputados, em respeito aos trabalhadores e às trabalhadoras do Brasil, que merecem ser tratados com respeito. É isso que esta Casa deve a todas elas e a todos eles.

A eles, o nosso muito obrigado! Vamos para a luta e vamos fazer, sim, o que o povo espera de nós. O Parlamento existe para representar a população. Aqui nós votamos em nome das pessoas. É fundamental ouvi-las. Eu espero que hoje o Parlamento tenha começado a abrir os seus ouvidos para o que o Brasil pensa desta cruel, desumana e injusta reforma, que precisa ser enterrada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao próximo inscrito, o Deputado Assis Carvalho. *(Pausa.)* Ausente.

Passo a palavra à Deputada Luizianne Lins. *(Pausa.)* Ausente.

Passo a palavra ao Deputado Major Olimpio. Com o acréscimo de 4 minutos do tempo de Líder, V.Exa. terá 9 minutos.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Cumprimento V.Exa., Sr. Presidente, o Sr. Relator, os Srs. Deputados desta Comissão e as pessoas que estão nos acompanhando. Cumprimento os nossos painelistas de hoje e agradeço a eles as argumentações que nos trouxeram.

Sr. Presidente, Sr. Relator, a cada momento, a cada audiência pública, a cada informação, tenho mais convicção de que essa PEC 287 foi elaborada sem estar sedimentada em dados concretos da estrutura previdenciária do País. Isso é o que



mostram as próprias informações que nos chegaram após um esforço hercúleo do Relator e do Presidente da Comissão, o Deputado Carlos Marun, após termos cobrado insistentemente o que o Sr. Marcelo Caetano se recusava a nos encaminhar — ainda disse que, para ser mais esmiuçado, precisaríamos demandar mais 500 mil reais, mas não há recurso para isso.

Nós vamos fazer uma medida para arrebentar o povo brasileiro? O Ministério vai economizar 500 mil reais para dar substância ou legitimidade para se debater efetivamente esse assunto?

O Sr. Marcelo Caetano, que é sim do Conselho de Administração do BRASILPREVI, cujo interesse maior é o do Financial Group, recebe 9.658 reais — se quiserem, depois disponibilizo o holerite dele a todos —, o que pode até ser legal, como já disse o Deputado Líder do Governo, mas é imoral, é antiético. É uma safadeza com o País jogar dominó em duas pontas: eu arrebento a previdência pública para favorecer a previdência privada, da qual eu recebo também.

A mobilização nas ruas está sendo intensa. O constrangimento está sendo demonstrado pelos Srs. Deputados aqui nesta Comissão. Hoje eu vi uma coisa simbólica. Todos nós torcemos demais pela saúde e pela permanência do Deputado Carlos Marun à frente da Comissão, mas, pelo Regimento Interno, nós temos que votar para eleger o 1º Vice-Presidente, o 2º Vice-Presidente e o 3º Vice-Presidente. Hoje, numa votação como essa, absolutamente simples, o resultado foi 12 a 12, o que acaba sendo uma rejeição. O Presidente teve a sua interpretação e colocou em votação de novo, para poder sair fazendo uma catação de Deputados que estão na Comissão, dizem estar com o Governo e com o projeto, mas ficam constrangidos de estar aqui, ficam envergonhados de ter que defender isso, até porque é muito difícil defender o indefensável.

Este é um momento em que a população está atenta, sim. A população está envergonhada e não confia no Executivo, muito menos no Legislativo. Ontem o noticiário mundial estampou que a Procuradoria-Geral da República fez o encaminhamento de vários pedidos de abertura de inquérito envolvendo 83 pessoas com foro especial: cinco Ministros, cinco Senadores, um volume imenso de Deputados, o Presidente do Senado, o Presidente da Câmara — o Presidente da República não pode estar, mas está, porque o outro só mandou entregar o dinheiro,



que era do Funaro, que era operador do Cunha, que entregou. É uma coisa horrível, uma coisa desesperadora! Os tempos que virão comprovarão justamente isso.

Não conseguimos enxergar e a população não enxerga o propósito disso. Vai ficar cada vez mais difícil. Esse resultado de hoje, de 12 a 12, vai virar na hora em que nós formos votar algo nesta Comissão. Hoje eu tenho absoluta convicção de que jamais vão conseguir 308 votos no Plenário — muito pelo contrário!

Nós falamos aqui sobre as profissões de risco. Hoje, em várias cidades do País e também aqui no gramado em frente à Câmara, nós tivemos uma concentração de policiais brasileiros, policiais federais, policiais rodoviários federais, guardas municipais, agentes penitenciários, agentes socioeducativos, policiais militares.

Eu me pergunto se fomos nós que causamos essa situação por que passa o País. Refiro-me à situação da Previdência. Prefeituras retêm a parte do servidor e, criminosamente, não repassam a contrapartida como empregadoras. Empresários inescrupulosos retêm os recursos do INSS do funcionário, mas criminosamente não os repassam. Essas coisas têm que ficar absolutamente claras. Essas coisas têm que ser clareadas, sim! Nós queremos equacionar o problema no País, sim!

A roubalheira está estampada nos noticiários. Ontem, o *Jornal Nacional* fez um cálculo: o salário de 8 mil PMs poderia ser pago só com uma das retenções do que o Cabral, ex-Governador do Rio, roubou. Ele e a sua quadrilha roubaram mais de 1 bilhão! Mas, por enquanto, só tem 46 milhões retidos, que dariam para pagar 8 mil PMs que estão sem receber salário! Isso tem que ficar absolutamente claro.

A população está reagindo contra essa PEC. Os Parlamentares, com absoluta certeza, vão se posicionar, sim. Doze a doze? Que vergonha essa catação de Deputados para se tentar fazer uma votação absolutamente simbólica aqui. A Comissão já está em andamento há muito tempo, mas, para cumprir uma formalidade, houve um constrangimento. Isso vai se avolumar dia a dia.

Eu tenho pedido para as pessoas do setor público e do setor privado, para os aposentados, para os ruralistas: vamos cobrar, sim, o que é de direito! Você tem, sim, que fazer marcação cerrada sobre o Deputado em quem votou! Eu estou disponibilizando para a população o contato de todos os 70 Deputados do Estado de São Paulo. Cobrem mesmo que eles se expliquem! Não dá para aceitar que digam



que quem for contrário a isso é reacionário, que quem for contrário a isso está remando contra a realidade — de forma nenhuma!

Temos feito debates aqui. Ontem o debate internacional ajudou a sedimentar as nossas convicções. Não é uma questão político-partidária, de Esquerda ou de Direita, de Governo ou de Oposição. Neste momento, nós temos que colocar o dedo na ferida...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Vou concluir, Sr. Presidente.

Temos que colocar o dedo na ferida, sim, e dizer que não dá para apoiar essa PEC 287, que não tem legitimidade de dados. Não há moral hoje dos proponentes desta PEC. Dia após dia, vamos acreditar nas transformações que poderão ser feitas a partir da boa vontade do Relator, o Deputado Arthur Maia, mas sabemos a limitação das possibilidades, diante dos parâmetros que o Governo está colocando.

Tenho certeza absoluta de que essa PEC vai ser derrotada já aqui na Comissão. Posteriormente, se chegar ao Plenário, vai ser derrotada lá, com absoluta certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Obrigado, Deputado.

Vou passar a palavra a mais dois Deputados que irão falar pela Liderança. O Deputado Arnaldo Faria de Sá, quinto Líder inscrito, já falou. O Deputado Julio Lopes, sexto Líder inscrito, já falou. O Deputado José Carlos Aleluia, sétimo Líder inscrito, não falou, mas não está presente. O Deputado Alessandro Molon, oitavo Líder inscrito, já falou. O nono inscrito é o Deputado Major Olimpio, que já falou. O décimo Líder inscrito é o Deputado Bilac Pinto, do PR.

Eminente Deputado Bilac Pinto, V.Exa. dispõe de 7 minutos pelo tempo de Liderança do seu partido.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, V.Exa. pode me informar em qual posição eu estou inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - V.Exa. é o 13º inscrito. Por esses acasos do destino, V.Exa. não ficou com o doze, ficou com o treze.



O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Antecipe a minha fala para o número doze, Presidente, por favor. O doze é melhor. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Doze é o PMDB, com o Deputado Darcísio Perondi.

Na sequência, voltando à lista de inscrição, o próximo a falar será o Deputado Delegado Waldir, que se encontra presente e está ansioso pelo uso da palavra. Muito obrigado, Deputado, por nos prestigiar até agora.

Com a palavra o Deputado Bilac.

O SR. DEPUTADO BILAC PINTO - Em primeiro lugar, cumprimento V.Exa., Presidente Carlos Marun; o nosso Relator, Deputado Arthur Oliveira Maia; e os nossos convidados: o Sr. Alexandre Fernandes, Coordenador-Geral de Estatística, Demografia e Atuária do Ministério da Fazenda, e o Sr. André Calixtre, representante do IPEA, órgão pelo qual temos grande admiração e respeito, pela sua excelência de pensadores dentro do nosso País.

Eu digo aos nobres Parlamentares que estão até agora conosco na Comissão da Reforma da Previdência dando, cada um à sua maneira, a sua contribuição que nós acreditamos na reforma da Previdência. Por quê? Nós queremos tirar o Brasil de um processo de insolvência, haja vista o que está acontecendo hoje no Estado do Rio de Janeiro, haja vista o que o Deputado Arthur Oliveira Maia, nosso Relator, já disse sobre o que passam os Estados do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais. Isso é fruto do descontrole das contas públicas e da incapacidade de gestão. Os grandes economistas dão vários nomes — de certa forma, bonitos — a esses problemas, mas eu digo que isso é incapacidade de se fazer gestão pública.

Vamos olhar um pouquinho para trás — eu gosto sempre de dar os mesmos exemplos —: no início do século passado, qual era a idade média que um brasileiro vivia? Era 33 anos. Qual é a idade média que um brasileiro vive hoje? É 75,5 anos de idade. Qual é a idade média que um brasileiro vai atingir em 2100? Vai atingir 84 anos de idade. Como está a relação de quem recebe os benefícios e de quem entra para contribuir? A nossa pirâmide está passando por um processo de inversão.

Qual é o tamanho, Deputado Perondi, do déficit da Previdência, dos planos como um todo? Só na área rural, nós temos mais de 100 bilhões de déficit. Salvo engano meu, no Regime Geral de Previdência, o déficit chega a quase 151,9 bilhões



de reais em 2016. De acordo com o Censo, na década de 40, 50, nós tínhamos uma média de 6 filhos por família. Hoje, nós temos a média de 1,75 filho por família.

Eu digo sempre que fazer gestão da Previdência tem diversos vieses. Dentre eles, dois são principais, a meu ver. A conta tem que fechar. De certa maneira, independentemente do critério, do conceito, de como se formata efetivamente a previdência, há duas coisas, a meu ver, que são extremamente relevantes.

Primeiro, há o processo de demografia no País. A demografia não deve ser feita só nos momentos de crise, mas, sim, a cada 5 anos, 10 anos. Em relação a isso, talvez o Sr. André ou o próprio Sr. Alexandre possa dar uma explicação muito melhor do que nós.

Segundo, tem que se fazer o cálculo atuarial: como é que isso funciona? Como é que isso vai fechar? Qual é o modelo que nós efetivamente estamos tentando propor aqui para o nosso País? O que nós vamos compatibilizar? A sustentabilidade, o plano de benefício e o plano de contribuição.

Em 2017, com essa crise horrenda batendo às portas do Brasil, depois de governos nefastos, que administraram muito mal o nosso fundo previdenciário e fizeram dele um balcão de negócios, não é possível falarmos que está tudo bem, que esse modelo é perfeito e que nós estamos aqui querendo tirar direitos.

O Deputado Júlio Lopes foi muito feliz na sua colocação. Nós não estamos aqui tirando direitos, não. É duro, é triste, mas precisamos ter a coragem de fazer uma reforma, porque estamos pensando nas futuras gerações. Não me refiro principalmente às gerações dos nossos descendentes, mas à geração daquele Brasil que é a base da pirâmide: a geração do João, da Maria, do José, daqueles que recebem o salário mínimo.

Aqui nós temos a responsabilidade e o dever de dizer a verdade para a sociedade e encarar o problema da Previdência como um problema estrutural do nosso País. É lógico que ele, por si só, Deputado Marun, não vai resolver os problemas do Brasil, que tem problemas estruturais para os quais também temos que buscar soluções alternativas, assim como para a previdência. Nós temos que efetivamente votar a reforma trabalhista. Nós temos que fazer a unificação da carga tributária, que hoje, no nosso País, é um desgaste para aqueles que querem produzir, para aqueles que querem gerar emprego. Nós temos que olhar diversos



pontos, mas a reforma da Previdência é crucial para que possamos dar mais um passo adiante.

Eu acredito que estamos no caminho certo. A taxa de juros está diminuindo e a confiança no modelo do País que estamos adotando está melhorando. Nós temos um otimismo muito grande em relação à nossa economia. Acredito que, em pouco tempo — mais 6 meses, mais 1 ano —, vamos tirar o País desta crise. Mas, para isso, é preciso haver homens e mulheres que realmente enfrentem com maturidade e discutam com muita serenidade o tema da Previdência Social.

Eram essas as minhas considerações, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Muito obrigado, Deputado Bilac Pinto.

Passo a palavra ao próximo inscrito, o Deputado Delegado Waldir, que disporá do tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, V.Exa. falou da minha ansiedade. Quero lembrar a V.Exa. que nós começamos este evento por volta de 14h e já são quase 22h. Faz 8 horas que nós estamos aqui.

Dr. André e Dr. Alexandre, saúdo V.Sas. pela postura de estarem aqui até este momento.

Eu não sou muito bom em Matemática, sou melhor em relações humanas. Sou formado em Direito. Venho de uma área talvez um pouco diferente da do Dr. Alexandre, que me parece gostar muito de números.

No Estado de Goiás e aqui na Câmara, tenho sido abordado por pessoas que querem saber se esta Casa vai aprovar a reforma da Previdência. Não sei se o Governo tem errado na forma como tem divulgado esse tema, mas as manifestações que percebo nas ruas e nas redes sociais — eu tenho quase 700 mil seguidores — são no sentido de que o Governo vai acabar com direitos do trabalhador e vai, sem dúvida alguma, mexer com as pessoas mais pobres.

Eu estranho muito, Dr. André, o que ouvi alguns Parlamentares comentarem aqui. Eles enchem o peito para dizer: “*Olha, isso começou em 2003, com o Governo Dilma, com o Governo Lula*”. Mas esses Parlamentares participaram desses



Governos, Dr. André. Você que até este momento está em casa assistindo a esta sessão, saiba que essas pessoas estavam no Governo!

Eu acho que o Presidente Temer é uma pessoa muito inteligente, mas peço a V.Exa., Deputado Marun, que leve a ele o recado: ele está se equivocando, neste momento, com esta reforma. Ele não precisava fazer isso.

Deputado Carlos Marun, eu lembro muito bem que V.Exa., o Deputado Perondi e outros Deputados que estavam aqui ajudaram a enterrar a Dilma. Há poucos dias, V.Exas. conseguiram enterrar a Dilma e o PT. Mas, com a reforma da Previdência e a reforma trabalhista, V.Exas. ressuscitaram o Lula. Hoje, nas manifestações, nas ruas, estava o vermelho. Muitos candidatos estão melados pela Operação Lava-Jato. V.Exas. estão trazendo a grande oportunidade de a Esquerda, o PT e o Lula voltarem ao poder. Eu acho uma pena que V.Exas. não vejam isso.

Avise ao Temer, Deputado Carlos Marun, que V.Exas. estão conseguindo unir professor, metalúrgico, policial, juiz, promotor. Eu sei que algumas categorias têm privilégios, mas não concordo com esses privilégios. Acho espetacular o teto de pouco mais de 5 mil reais para todos! Sou favorável a algumas mudanças, mas penso que o Governo erra na forma como a reforma está sendo imposta: mexendo com as pessoas mais humildes, com as pessoas que têm deficiência, com os aposentados. Eu penso que o Governo erra nisso.

O Relator veio aqui dizer que tinha que ir embora — acho que S.Exa. está realmente cansado e tem os seus compromissos —, mas eu não vi, Dr. Alexandre e Dr. André, nenhuma proposta para acabar com os incentivos fiscais nem para agilizar a cobrança dos que devem bilhões à Previdência. Os dez maiores devedores são grandes empresas. Eu não vi nenhuma medida para agilizar esse processo de cobrança. Querem mexer só com as pessoas mais pobres.

Além disso, Deputados vêm aqui fazer demagogia. É um absurdo mexerem com o pobre, com o trabalhador, com o professor! Eu acho que cometem um grande erro. Não vi nenhum projeto ou nenhuma proposta para agilizar o processo de cobrança nem para acabar com incentivos fiscais.

Então, fica registrada aqui a minha manifestação. Eu quero mudanças, sim, mas penso que o Governo tem que respeitar o direito adquirido. Alguns partidos já têm se manifestado nesse sentido. Hoje eu ouvi a Deputada Mara Gabrilli se



manifestar radicalmente contra a questão dos 70 anos para o BPC — Benefício da Prestação Continuada em relação aos deficientes.

Se o Governo conseguisse adequar algumas medidas, conseguiria avançar.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu agradeço a manifestação de V.Exa., Deputado Delegado Waldir. Vou até fazer uma consideração a respeito das suas palavras.

V.Exa. destacou que nós estamos aqui há 8 horas. Hoje está sendo um dia difícil em alguns aspectos. Por isso, faço questão de que nós nos respeitemos nesta Casa. Nós, que estamos no debate, com posições diversas, muitas vezes com posições opostas, temos que nos respeitar, porque estamos todos fazendo o bom debate. Por isso, muitas vezes eu me indigno quando algum companheiro, no afã de fazer valer e prevalecer sua posição, desrespeita o colega. Hoje nós construímos aqui uma condição. Com opiniões muitas vezes completamente opostas, conseguimos construir uma situação de respeito.

Informo às assessorias e a V.Exas. que nós vamos alterar os procedimentos a partir da próxima audiência pública. Ao findar a palavra dos palestrantes, findam também as inscrições. A partir daí, só poderão falar os Líderes — Líder ou representante do partido pode falar a qualquer momento —, mas só pelo tempo de Líder. Não se somará mais o tempo de Líder ao tempo de inscrição. Caso contrário, nós ficaremos aqui indefinidamente. Estamos aqui há 8 horas. Eu estou aqui num constrangimento, precisando sair, assim como várias pessoas. Estamos aqui tentando debater, mas temos que ter limites para isso.

Quem quiser participar da discussão assista à exposição dos palestrantes e se inscreva. O Líder que se inscrever terá a oportunidade de falar, seguindo a ordem, mas sem somar seu tempo. Ao tempo do Líder que se inscrever para se pronunciar será acrescido o tempo de Liderança.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Está correto, Sr. Presidente. É um bom procedimento.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo pela correção do procedimento. Inclusive, hoje pedi a vários colegas membros desta Comissão que cumprissem mais ou menos o horário, porque está sendo absurdo o



inadimplemento do horário na Comissão. A inadimplência com relação à observância do horário é total.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo. Faremos essa chamada amanhã.

O próximo inscrito nesta lista é o Deputado Onyx Lorenzoni, que não se encontra, assim como os Deputados José Mentor, Alceu Moreira e Reginaldo Lopes.

Deputado Darcísio Perondi, V.Exa. terá o tempo de inscrito somado ao tempo de Líder do PMDB, totalizando 14 minutos. Na sequência, o Deputado Pompeu de Matos encerrará e cada um dos ilustres conferencistas terá 10 minutos.

Convido o Deputado Bilac Pinto a assumir a presidência dos trabalhos.

A próxima audiência pública está marcada para amanhã, às 9h30min. O tema será *Fortalecimento da Arrecadação*. Essa questão já foi destacada aqui. Amanhã nós debateremos sobre o fortalecimento da arrecadação.

Meus amigos, muito obrigado.

Neste momento, agradeço aos conferencistas e peço licença para me retirar.

Tem a palavra o Deputado Darcísio Perondi, por 14 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - O Presidente Michel Temer não está louco. O Presidente Michel Temer não é politiqueiro. O Presidente Michel Temer não está olhando a urna. O Presidente Michel Temer não é bobo nem palhaço.

Por que ele encaminha essas três reformas? A primeira foi dura e enfrentou muitas mobilizações. Alunos perderam aulas, porque os professores não quiseram dar aula. Agora temos a reforma da Previdência e a trabalhista, que mudam o País, que precisa ser mudado. Se ele fosse tudo isso que eu disse, não as mandaria. Ele é sério e tem consciência de que isso é fundamental para enfrentar a tragédia do desemprego e a tragédia da depressão que afetou brutalmente a nossa economia. Ele teve a coragem, a ousadia e a determinação de encaminhar essas reformas, porque é preciso — e está determinado.

A Dilma, em seu primeiro mandato, até pensou em fazer uma reforma, mas estava pensando nas urnas e agravou a dívida interna bruta. Depois, no início do seu segundo Governo, quis, mas o seu próprio partido a boicotou. Eu até tenho aqui gravações em que ela defende a reforma da Previdência. O Sr. André, que foi do



Governo dela, foi equilibrado ao falar aqui. Parabéns, André! Você é um técnico inteligente.

Ontem, no seminário internacional — ouvi agora um Deputado que não ficou lá todo o tempo —, os seis conferencistas foram unânimes: no mundo inteiro, sai o tempo de contribuição e entra a idade mínima. A razão primeira é que as pessoas estão vivendo muito mais. A Europa, em 50 anos, começou a ter mais velhos do que jovens e crianças. Nós, em 20 anos, rapidamente teremos mais velhos do que jovens. Todos disseram isso ontem.

Todos também disseram que a regra de transição não pode ser generosa. Quase todos os países estabeleceram a idade mínima, não só os da Europa e da Ásia. Na América Latina, tivemos Costa Rica, Peru, México, países emergentes como o Brasil, que está 20 anos atrasado. Ontem desmontaram esse mito.

É claro que salientaram que precisamos cuidar dos pobres. Nós temos o Bolsa Família, que começou em outro Governo e aumentou no Governo Lula. É o maior programa de compensação — e dá resultado! É preciso ter dinheiro! O gasto com a Previdência vai comer o dinheiro desse programa! Eles ressaltaram a importância de programas de compensação, mas todos defenderam a idade mínima e disseram que o tempo de contribuição estimula aposentadorias precoces.

Na Itália, a idade mínima já está passando de 65 anos. Na Alemanha, está indo para 66 anos, 67 anos, só para citar um exemplo. Mas também estou falando de países emergentes. Essa é uma realidade. Faltou cobertura da imprensa para essas seis autoridades: uma de São Paulo e cinco de outras partes do mundo. Algumas foram indicadas pela Oposição. Hoje, dois ou três da Oposição falaram do seminário. Outros, que foram lá, mas não sei se ficaram o tempo todo, não entenderam. É difícil mesmo entender isso. Estudamos, estudamos e aprendemos um pouco. Temos de estudar mais, ver, ouvir, ler.

O terceiro ponto, meu caro Presidente Bilac Pinto e demais Deputados presentes, foi que a Oposição queria os números da dívida. Receberam no passado, mas ninguém tocou neles, porque viram que a dívida era de 500 bilhões de reais, dos quais 250 bilhões não serão mais recuperados, e grande parte dos outros 250 bilhões está judicializada. É a Justiça! São recursos, recursos, recursos. Mesmo que



150 bilhões de reais fossem recuperados da dívida, isso não pagaria o prejuízo. O déficit do ano passado foi de 258 bilhões de reais, mas nem falaram sobre isso.

Chegou ontem o cálculo atuarial. Eu não o li, só vi o resumo. Alguns leram, e no começo da reunião criticaram, criticaram, queriam até fazer um convite ao Presidente da República. Aí, os convidados falaram, e o professor do Pará se atrapalhou, mas o Prof. Alexandre Fernandes, um dos comandantes do cálculo atuarial, foi claro, preciso. Ele disse que, no cálculo atuarial, tem que ser vista a questão estrutural, que é a mais importante. A questão conjuntural influencia, mas a mais importante é a estrutural. Ele foi muito sereno e tranquilo.

O Prof. André Calixtre, indicado pela Oposição, inteligentemente elogiou o cálculo, porque com certeza ele conhece o assunto e conseguiu ler durante a noite — quem conhece o tema consegue ler as 40 páginas. Ele disse que o cálculo atuarial está bem feito, está perfeito, ou quase perfeito. Ele questionou, mas valorizou o modelo, mesmo sem querer, porque ele não veio para cá para fazer isso. Ele tem suas questões ideológicas, mas, acima de tudo, é um técnico. Eu fiz oposição a Lula e a Dilma em todos os mandatos, mas nos bons projetos eu votei com eles. É preciso separar as coisas. Ele fez sua análise e, aí, eles se acalmaram.

O Deputado Ivan Valente quis uma explicação melhor, juntou as perguntas dos Deputados e as mandou. Elas foram respondidas, mas talvez S.Exa. precise de explicação.

Então, vencemos essa questão do cálculo atuarial também. E, para minha surpresa, o cálculo atuarial começou no Governo da Dilma. Que bom isso! Então, matamos outro mito.

É triste ver promotores e juízes — hoje, veio outro à Comissão — dizerem que estão defendendo os pobres. Na realidade, eles estão propondo para a área pública um tratamento diferente do geral. Esta é a riqueza dessa reforma, caros telespectadores: todos serão iguais, tanto o agricultor quanto o trabalhador urbano, o servidor público e o militar, que também terá a sua proposta daqui a 90 dias, a 120 dias, porque a Constituição Federal determina que seja feita por lei ordinária. O Governo quis cuidar desse detalhe, e eu sou um dos que defendem que seja assim.

Será igual a partir de agora para todos, seja promotor, juiz, Deputado, Ministro ou auditor fiscal, todos que ganham 25 mil reais, 30 mil reais, 35 mil reais.



Promotores e juízes têm uma forma de fugir do teto, e ganham até 70 mil reais. Quando eu faço reunião no interior, eles me cobram isso. Tenho que mostrar e explicar, porque eles não acreditam: “*Mas o Presidente Michel vai fazer isso?*”

Há uma guerra, porque nós estamos mostrando que essa reforma da Previdência dará segurança a quem ganha menos. Todos se aposentarão com 76%, que nem o fator previdenciário dá. Vai ser preciso trabalhar por 25 anos para se aposentar? Claro, e com 65 anos de idade. Haverá tempo de transição, que será de 20 anos. Quem tem 45 anos de idade, se mulher, ou tem 50 anos de idade, se homem, estará incluído na transição. É claro: quem tem menos idade vai entrar na regra, sim. Então, nós estamos combatendo os privilégios.

Hoje, o Lula nos prestou um serviço: foi à Avenida Paulista e atacou a reforma. O Lula defendeu ou está defendendo privilégios. O Lula está fechando com juízes, com promotores, com auditores fiscais. Eu não vou dizer a heresia de que ele está fazendo isso achando que vai escapar do problema dele. Eu tenho certeza de que promotores e juízes separam isso. A juíza que hoje cortou a informação para a televisão sobre o que o Governo está fazendo para o povo, essa, sim...

Então, o Lula, hoje, confirmou que está defendendo os privilegiados, porque ninguém aqui da Oposição hoje falou das aposentadorias precoces que nós estamos atacando: um policial federal se aposenta com 50 anos de idade; um auditor, com 48; uma mulher policial, com 45. Os Deputados — nós já mudamos a regra há 15 anos e vamos mudar mais agora — vão se aposentar pela Previdência também, com até 5 salários mínimos. Se quiser, depois, vai pagar a previdência privada, a capitalização. Isso é um negócio incrível! Isso é o mais forte! O Lula hoje assinou embaixo, defendendo os privilégios das aposentadorias precoces e principalmente dos graúdos. Lá vão o PT e os partidos da Oposição acompanhando.

Vamos enfrentar o buraco fiscal. Dados do Ministério do Planejamento, da Secretaria de Orçamento, auditados pelo TCU, mostram um déficit crescente da Seguridade Social nos últimos 5 anos. Crescente! O principal é o da Previdência, por esses privilégios todos. O Lula está do lado desse povo, e a Oposição também.

Essa reforma é para garantir todos os direitos até de quem se aposentou, como o juiz que se aposentou com 48 anos de idade, o auditor fiscal, os Ministros e o Presidente Michel, que se aposentou, mas está recebendo no teto. Entrem no



Portal da Transparência e enxerguem o contracheque dele, que está lá. Ele recebe o teto!

Ninguém está tirando direitos. Por isso, a reforma não é dura. Se ela os tirasse, imaginem! Hoje incendiaram o Rio de Janeiro. Em São Paulo não houve quebra-quebra. No Rio de Janeiro houve quebra-quebra. Foi pouca gente, e houve quebra-quebra. Imaginem se ela cortasse direitos!

Se a reforma não for feita, os aposentados e os que estão próximos de se aposentar terão problema, por causa da longevidade, da expectativa de sobrevida. Quem não morre até os 5 anos de idade passa dos 65 anos. A idade de sobrevida chega a 83 anos. O nordestino que não morre até os 5 anos tem uma expectativa de sobrevida de 18,5 anos além dos 65 anos de idade. Essas são as verdades em que o pessoal do Governo não tocou.

Se nós não enfrentarmos esse déficit violento da Seguridade, ele vai crescer cada vez mais, vai tomar conta de toda a contribuição, e progressivamente vai faltar — já está faltando — dinheiro para a educação, para a saúde, para a ciência, para a inovação, para fazer ponte, para fazer infraestrutura, para baixar o serviço da dívida, que aumenta o juro, que agora está baixando. Então, essa reforma é vital para o País. É reformar ou reformar, senão é o juízo final.

Esta Casa saberá dar sua resposta. Os Deputados vão votar e vão ser aplaudidos, tanto em relação à reforma trabalhista quanto à reforma da Previdência. À medida que eles estudam, eles vão enxergando os privilégios e o risco de o Brasil quebrar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - Agradeço as palavras do Deputado Perondi.

Terminando a nossa audiência pública, passo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos, que acumula também o tempo de Liderança. Depois, nós vamos ouvir as considerações finais dos nossos convidados.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, telespectadores que a esta hora da noite ainda nos acompanham, eu quero dizer muito claramente que esta reforma da Previdência não é uma coisa



de ser Oposição nem de ser Situação. É uma questão de ter posição, de forma muito clara e transparente.

Há coisa boa na proposta? Sim. Nós não precisamos ser hipócritas, e eu não sou. No entanto, há duas coisas boas e dez coisas ruins. Então, nós precisamos separar o joio do trigo, dar nome aos bois e ver quem é quem.

O que ela tem de bom? O que é bom, Deputado Perondi, é que o teto da Previdência é para todos: Deputado, Senador, Governador, juiz, promotor, delegado, serventuário da Justiça, fazendário. É para todas as pessoas. O que for além do teto, em torno de 5 mil e poucos reais, vai ser previdência complementar, como é para mim. Eu sou do Banco do Brasil e, ao me aposentar, eu recebo a parte que paguei ao INSS. A Previ, que é a previdência complementar, vai me pagar a diferença do salário que eu recebia no Banco. Já é assim no Banco do Brasil. Aliás, já é assim para os servidores públicos que ingressam na função pública no Brasil há 10 anos. No entanto, agora vai ser para todos, algo com que absolutamente concordo.

Em segundo lugar, eu acho que tem que haver uma idade mínima para a aposentadoria. Eu concordo. Tem que haver, sim, é preciso haver.

Agora, citadas essas duas coisas, vamos aos pontos com os quais eu não concordo, com os quais nós absolutamente não podemos concordar e contra os quais nós temos que reagir.

Primeiro: 49 anos de contribuição é muito tempo, é inatingível! As pessoas não têm como atingir esse período. Por exemplo, na função pública isso é impossível, porque ninguém começa a trabalhar antes dos 18 anos. Então, é impossível alguém atingir 49 anos na função pública até chegar aos 65. Correto? Estou correto.

Outra coisa que não dá para aceitar é a idade mínima de 65 anos. Essa até pode ser a idade média, mas a idade mínima? Eu até aceitaria 60 anos, que é razoável. Mas 65 anos de idade é teto e piso. Eu não conheço uma casa que tenha piso que é teto e teto que é piso. Ninguém cabe dentro. Então, são inaceitáveis essas duas coisas juntas. Aí, fica pela hora da morte.

Como eu tenho dito aqui, o cidadão morre, fazem o velório, depois do velório chega o agente do INSS dizendo: *“Segura o corpo, porque chegou a aposentadoria*



do falecido”. A justiça tarda, mas não falha. No entanto, falhou porque tardou. Então, temos que ser muito categóricos com relação a isso.

Outra questão é a idade média das pessoas. O Governo diz que ela é de 77 anos, de 75 anos. Essa é uma meia verdade! A meia verdade é pior que a mentira, porque a mentira tem perna curta, você pega na esquina. A meia verdade prospera pelo que é verdade e engana pelo que é mentira. Onde ela prospera? As pessoas vivem 75 anos, vivem 90 anos. Isso é verdade! Mas quem vive até essa idade são as que têm qualidade de vida, que têm um salário melhor, que têm uma vida mais regrada, que têm uma profissão mais leve, que têm plano de saúde, médico, hospital, remédio, cirurgia e internação na hora em que precisam. Essas pessoas vivem. No entanto, na outra ponta está quem desequilibra essa média para baixo: o pobre, que não tem salário garantido, não tem estabilidade no emprego, está desempregado, vive empregado e desempregado, tem uma profissão pesada, como é o caso do agricultor, não tem plano de saúde, vai para o SUS e, na hora que precisa de médico, de remédio e de cirurgia, não tem, não recebe. Então, essa pessoa vai morrer antes.

Portanto, esta proposta de 65 anos é contra o pobre, porque é o pobre que não vai se aposentar, porque vai morrer antes. O medianamente rico vai sobreviver. Eu preciso deixar isso muito claro.

Outra questão é quanto ao amparo previdenciário, ao benefício de prestação continuada. Hoje, se a pessoa é pobre, tem 65 anos de idade e ganha até 235 reais por mês, que é um quarto do salário mínimo — a pessoa vive com 235 reais por mês! —, ela recebe o amparo previdenciário aos 65 anos. Qual é a proposta do Governo? Que essa pessoa só o receba quando chegar aos 70 anos. É pior! A aposentadoria e a morte vão competir para ver quem chega primeiro. E sabe quem vai chegar primeiro? A morte. A morte é ligeira. É ligeira, é uma barbaridade! A pessoa não vai chegar à aposentadoria, porque não consegue chegar aos 70 anos de idade.

Então, nós temos que denunciar que o Governo vai tirar do pobre, pobre, pobre de “marré”, “marré”, “marré”. Eu não consigo compreender como vocês enxergaram isso. Não é isso que vai salvar a Previdência.



Outra questão é o deficiente físico, a pessoa que tem deficiência de qualquer aspecto. Essa pessoa recebe um salário de pensão, de pecúlio, de apoio. No entanto, o Governo quer que ela receba menos que um salário mínimo, e ainda que o ajuste dessa pensão não seja de acordo com o reajuste do salário mínimo. Então, além de receber menos que um salário mínimo, com o tempo ela vai receber menos ainda, a pensão vai crescer que nem cola de burro: para baixo. Tirar do deficiente físico é uma coisa impressionante!

Há ainda a questão em relação às viúvas. O que acontece com as viúvas? O Governo propõe que, se marido e mulher já recebem aposentadorias, quando um deles morre o outro não herda a pensão. O cônjuge tem que escolher. Então, tira-se a metade. A pessoa perde o ente querido, vai para o sofrimento e não ganha o que o outro ganhava. É uma perda dupla. O falecido leva a sua pensão para o cemitério, leva para o caixão. Além disso, se marido ou mulher recebe uma pensão e morre o marido, a pensão fica para a viúva, mas fica pela metade. O marido leva a metade. Então, se cada um tiver uma pensão, o que morre leva sua pensão embora. Se só ele tiver uma aposentadoria, uma pensão, ele leva a metade no caixão, deixa a metade para a esposa.

Então, o Governo ataca quem? Os pobres, a pessoa com 65 anos que ganha 235 reais por mês, a pessoa deficiente e as viúvas. Há alguém que precisa mais de amparo do que essas pessoas? O Governo está tentando lhes tirar dinheiro para dar aos bancos, aos banqueiros!

A Previdência tem haveres de 600 bilhões de reais. Só a Friboi, da JBS, deve quase 2 bilhões de reais, mas o Governo não cobra essa dívida. Essa JBS distribuiu dinheiro para os Deputados na última campanha. Um Deputado que eu conheço, lá no Rio Grande, recebeu sozinho 1 milhão de reais de doação para sua campanha. Só um Deputado! A JBS, que doou quase meio bilhão de reais para Deputados e para outros políticos, deve à Previdência, mas não paga, e o Governo não cobra.

O Deputado Perondi disse que na Itália a idade é de 65 anos. Mas isso é na Europa! Traga o modelo da Europa para cá, mas traga o euro junto, traga a qualidade de vida, traga a saúde da Europa, traga a medicina europeia, traga as estradas, traga a qualidade de vida da Europa. Eu também quero. É tão bom o tempo de aposentadoria deles, que eu quero a qualidade que eles têm lá. Deem



para mim, deem para nós. O povo gaúcho, o povo brasileiro precisa dessa qualidade. Vamos parar com essas hipocrisias!

Ora, do couro saem as correias, e o Governo quer tirar o couro do nosso lombo para fazer as correias. Não dá para aceitar isso sem reclamar.

A última questão, Sr. Presidente, é sobre a mulher. Colocar homem e mulher no mesmo patamar é o suprassumo da maldade, porque todos sabemos que a mulher tem tripla jornada. A minha mãe gerou 12 filhos, eu sou filho de uma família de 12 irmãos. Ela ia para a roça com todos nós e, quando voltava para casa, ia arrumar as coisas lá. Ela era a primeira a se levantar de manhã e a última a se deitar à noite. Essa era a minha mãe. Essas são as nossas mães, as mães modernas, as agricultoras, todas as mães. Então, como vamos concordar com isso? Deve continuar diferente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - Eu pediria, Deputado Pompeo de Mattos, com toda delicadeza, que V.Exa. conclua, para podermos iniciar a etapa final de nossa audiência pública.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Vou concluir em 1 minuto.

Então, Presidente, por tudo que eu disse, tirar das viúvas, tirar das pessoas com deficiência, tirar dos velhos, tirar dos pobres não é um bom caminho, não é uma boa proposta. Deve haver até uma praga sendo rogada lá em cima, porque ela não é justa e vai cair na cabeça de quem a propôs. Vai dar errado! É muita maldade, é muita maledicência. Não será aprovada com meu voto, com meu apoio, sem a minha crítica.

Eu acho que isso, Presidente, é a vergonha da vergonha de quem tinha vergonha, que perdeu a vergonha e que começou a virar sem-vergonha. Pelo amor de Deus! Os agricultores do meu Estado não aguentam isso, os trabalhadores do meu Brasil não suportam isso.

Cobrem dos Deputados de carne e osso, porque são eles que votam! Eles têm nome, endereço, profissão, *e-mail* e telefone. Vocês conhecem os Deputados. O Presidente Temer propôs isso, mas os Deputados vão votar. Sou eu, somos nós aqui que vamos votar. Então, cobrem dos Deputados! Se você votou nele, ele vai votar por você. Se ele não votar por você, não vote nele!

Então, temos que fazer esse jogo com muita clareza.



Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - Agradeço as palavras do ilustre Deputado Pompeo de Mattos.

Passando agora ao final desta audiência pública, eu vou dar um prazo de 5 minutos para que os nossos convidados possam fazer suas considerações.

Eu passo a palavra ao Dr. Alexandre Zioli Fernandes.

O SR. ALEXANDRE ZIOLI FERNANDES - Obrigado.

Eu só queria explicar algumas coisas que talvez tenham ficado faltando nas manifestações anteriores. Parece-me que gerou um pouco de dúvida quando citamos que existe um módulo de assistência no nosso modelo de projeção de longo prazo. Aí, já se começou a misturar com seguridade. Calma, gente, não é bem assim. Esse módulo foi incluído porque, dentro da proposta, há um dispositivo que altera o acesso ao benefício de prestação continuada — BPC. Por isso, ele foi incluído, mas ele serve apenas para fazer a projeção da despesa com o BPC. Para todos os demais cálculos que envolvem Previdência, ou seja, se vai haver benefício e arrecadação para se chegar a um resultado primário, o módulo de assistência não entra. Então, preservamos isso apenas para auxiliar na avaliação da política.

Outra coisa importante é que houve muitas manifestações quando o Claudio Puty mostrou como as projeções passadas erraram, e erraram muito. Isso, de certa forma, é bastante injusto, porque as projeções são feitas a partir de um modelo de curto prazo, que usa parâmetros definidos pelo Governo como um todo. A Secretaria de Política Econômica usa parâmetros macroeconômicos que são projetados para os 3 anos seguintes. Então, trabalha-se com a inflação prevista, com o PIB previsto e tudo mais previsto para 3 anos. Dali em diante, quando não há mais grade, nós costumamos usar a meta de inflação do Governo — 4,5% é o centro da meta. Mas acontece que o tempo passa, e o que estava previsto não se realiza.

Então, se foi usada uma inflação e, no final, o que se observou foi outra, quando se voltar ao passado, os resultados vão ficar diferentes. Isso é óbvio, porque os resultados estão sujeitos, como eu falei, a riscos de mercado. Não se consegue enfrentar isso, não é possível se livrar disso.

Quem, em 2013, imaginaria que o PIB brasileiro de 2015 e de 2016 cairia tanto? Em 2013, havia grades e parâmetros para estimar o PIB de 2015 e de 2016.



Então, é feita uma projeção em cima daqueles dados, e o que se realiza é totalmente diferente. É claro, então, que aquelas projeções do passado vão estar erradas, porque faltou combinar com os outros, para que tudo desse certo. Enfim, esse é o problema.

Então, é muito fácil olhar para o modelo do passado e ver que a projeção está errada, porque é humanamente impossível acertar sempre. Não há como acertar. O ideal é que tentemos ver qual é a trajetória que as despesas vão seguir. Aí, sim, consegue-se controlar bem. O que observarmos é que as trajetórias levam para um problema fiscal cada vez maior.

Estamos projetando para este ano em quanto deve fechar o resultado primário. Deve ser algo em torno de 170 bilhões para cima. Por que não se consegue dar um número exato? Em relação à despesa, até conseguimos, mas o problema é saber como vai ser a arrecadação este ano. Ele vai melhorar ou vai piorar mais ainda? O fato é que os resultados primários ruins na Previdência vão impactar toda a política fiscal do Governo, e quem sente é a população. E, no ano que vem, de quanto vai ser o déficit? Talvez ele chegue a 200 bilhões de reais, não sei. Mas isso tudo vai pesando nas contas do Governo e vai prejudicando a economia como um todo.

Então, temos que começar a agir, e agir rápido, para poder pelo menos estancar o déficit nesse primeiro instante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - Esta Presidência agradece as palavras do nosso convidado Alexandre Fernandes.

Dando prosseguimento, eu passo a palavra ao André Calixtre, para que ele possa também fazer suas considerações finais.

O SR. ANDRÉ CALIXTRE - Antes de tudo, eu quero agradecer o convite. Acho que foi um debate memorável, muito bom. Sempre vou me lembrar dele. Oito horas de debate não é fácil.

Eu sou uma pessoa disciplinada, venho de uma carreira de Estado muito forte, que é o IPEA, e não posso deixar de queimar alguns dos meus últimos minutos para fazer uma afirmação.

Primeiro, eu não vou contrapor a última palavra do Governo, por uma questão de disciplina.



Estou de acordo com o Zioli, que colocou exatamente a questão: nos modelos de previsão existem os riscos do mercado, que são muito difíceis de prever. Inclusive, na questão orçamentária, a frustração de receitas tem que levar a correções das metas. É uma pena que hoje isso seja visto como uma questão trivial dentro do Governo. Em outros tempos, isso não era tão trivial assim. Inclusive, houve penalização do gestor exatamente porque, ao longo do tempo, estava fazendo as correções orçamentárias necessárias das frustrações de receitas que vêm dos riscos de mercado.

Feita essa reflexão, eu quero usar 2 minutos para dizer o seguinte. Como disse o Deputado Darcísio Perondi, eu trabalhei, sim, no Governo Dilma. Servi ao Ministro Gilberto Carvalho, na Secretaria-Geral, de 2013 a 2015, um período muito bom. Depois, ao Ministro Miguel Rossetto. Depois, fui Diretor de Estudos Sociais do IPEA por 1 ano, na época do Presidente Jossé, e tive como meu Coordenador de Previdência o Marcelo Caetano, que hoje é liderança da parte de Previdência.

Eu fico um pouco incomodado com essas acusações sobre a Previ e o BRASILPREV. Fico surpreso com esse tipo de acusação, porque o meu trabalho com o Marcelo Caetano foi dos melhores possíveis. Apesar de divergirmos muito em todos os pontos — e era uma questão cotidiana —, eu não tenho nada que pudesse desabonar a qualidade técnica dele.

Acho que temos que nos centrar nos argumentos técnicos das propostas. Eu duvido que um servidor do IPEA esteja liderando uma proposta com um objetivo, como foi dito por alguns Deputados, tão desviante das nossas atribuições institucionais. Então, faço esse desagravo com relação ao Marcelo, pela relação que eu tive com ele quando era diretor do IPEA em outro Governo.

Dito isso, quero encerrar, porque amanhã, às 9h30min, nós vamos discutir financiamento, e eu estarei aqui de novo. Não era para eu estar presente hoje, mas o destino me trouxe aqui para esse excelente debate. Eu preciso ainda me preparar para a apresentação de amanhã. Então, não vou conseguir me referir a todas as discussões anteriores, mas eu queria falar de duas coisas.

A primeira, Deputado Julio Lopes, é sobre os 66% que não serão atingidos. Acho que essa é uma situação que tem muito pouca probabilidade de acontecer na proposta que está formulada agora, por uma questão muito simples. O problema não



é a idade mínima, Deputado. É evidente que existe um tempo de sobrevivência mais ou menos igualitário entre as regiões. O problema não é a idade mínima nem a manutenção do salário mínimo. Acho que esse foi um ponto positivo da reforma, porque as propostas anteriores, que circulavam nos mercados de propostas, propunham até a desvinculação do salário mínimo. Achei interessante fazer isso. O problema não está muito aí.

Eu acho que o problema está em duas modulações. Primeiro, no tempo de contribuição, porque se ignoram disparidades de trabalho regional e intramercado muito grandes no tempo de contribuição. A média do tempo de contribuição não é de 25 anos hoje, ela está abaixo de 25 anos. Isso significa que quem estiver nesse sistema vai ter o salário mínimo protegido, o que é bom. O problema é que a proposta do tempo de contribuição vai diminuir a porcentagem de pessoas que chegarão a esse sistema, porque será considerada a idade mínima mais o tempo de contribuição. E, se passar desse jeito, o sistema brasileiro será um dos sistemas mais rígidos do mundo. O problema é o seguinte: essas pessoas que não chegam ao sistema têm, em um regime de solidariedade, o acesso ao benefício assistencial, que é o BPC. Se dificultarmos o acesso ao BPC, veremos a maior crueldade do sistema.

Eu gostaria de ter discutido aqui outro problema, mas não consegui: pode haver um esvaziamento também do RGPS nas faixas acima do salário mínimo também. Quarenta e nove anos de contribuição acima do salário mínimo podem ocasionar uma informalização branca dos contratos, porque ninguém vai declarar mais do que um salário mínimo nas carteiras de trabalho.

Além desse risco de desinflar o sistema do RGPS, o risco maior com relação à exclusão dos pobres ou à diminuição do acesso dos pobres ao sistema ocorre em função do sistema solidário, que é o BPC. Esse sistema protege aqueles cujo mercado de trabalho foi destruído antes dos 65 anos de idade, porque não conseguiram ter densidade mínima no setor formal para contribuir por 25 anos. Dessa forma, essa pessoa vai virar um cidadão de segunda classe, porque não vai ter acesso ao salário mínimo como renda digna. Pela regra que se está propondo, ele vai ter que se aposentar mais tarde e com uma renda que não vai acompanhar o



crescimento da produtividade e do salário mínimo, que é a proposta da desvinculação do BPC. Então, é essa a questão que eu queria comentar.

Agradeço muito o convite. Estou à disposição para os debates. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - A Presidência agradece as palavras do Sr. André Calixtre.

Agradeço à nossa assessoria, aos Deputados que participaram da reunião, aos Deputados Darcísio Perondi, Julio Lopes e Pompeo de Mattos, e aos assessores parlamentares que estão aqui.

Nada mais havendo a tratar, convoco reunião de audiência pública para amanhã, dia 16 de março, às 9h30min, no Plenário 2, com o tema *Fortalecimento da Arrecadação para a Seguridade Social*.

Declaro encerrada a nossa reunião. Muito obrigado.